



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RODRIGO DOS SANTOS BORGES**

**A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA –  
POLÍTICA OPERÁRIA (1961-1970)**

**Maceió – AL**

**2017**

**RODRIGO DOS SANTOS BORGES**

**A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA –  
POLÍTICA OPERÁRIA (1961-1970)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, na linha de pesquisa em Estado, Relações de Poder e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Alagoas como requisito básico para obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Vieira da Cruz

**Maceió – AL**

**2017**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- B732t Borges, Rodrigo dos Santos.  
A trajetória da organização revolucionária marxista – política operária (1961-1970) / Rodrigo dos Santos Borges. – 2017.  
99 f.
- Orientador: José Vieira da Cruz.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2017.
- Bibliografia: f. 94-99.
1. Marxismo. 2. Movimento operário – Brasil. 3. Política Operária (POLOP).  
4. Historiografia marxista. I. Título.

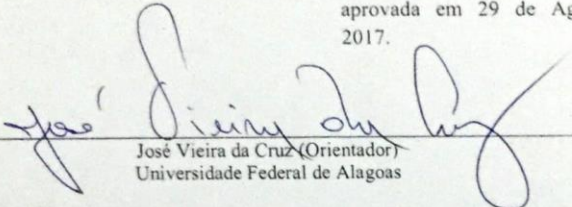
CDU: 981:316.343.632

**Folha de Aprovação**

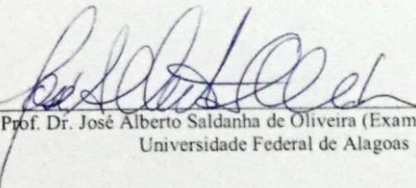
RODRIGO DOS SANTOS BORGES

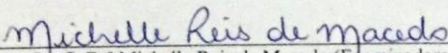
A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA - POLÍTICA  
OPERÁRIA ( 1961-1970)

Dissertação submetida ao corpo  
docente do Programa de Pós-  
Graduação em História da  
Universidade Federal de Alagoas e  
aprovada em 29 de Agosto de  
2017.

  
\_\_\_\_\_  
José Vieira da Cruz (Orientador)  
Universidade Federal de Alagoas

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Michelle Reis de Macedo (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Alagoas

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus pais pelo apoio incondicional e todo amor possível nesse novo momento de minha trajetória profissional.

Ao meu irmão, Rafael Borges por todo apoio e estímulo sempre.

Ao meu orientador José Vieira.

Aos professores Luiz Bernardo Pericás e Michelle Reis de Macedo.

Aos camaradas da turma: Magno, Osnar, Gustavo e Vitor.

Aos companheiros e companheiras do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU-UEFS).

Aos camaradas Aruã Lima e Gabriel Bádue.

Aos meus grandes amiga e amigo Maria Dolores e Rodrigo Damasceno pelo apoio, as discussões, as risadas e o companheirismo.

A Fundação de Amparo a Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) pela bolsa concedida.

A Júlio Miranda

A Grace Lira

Ao meu grande amor, Mariana Lira, por sempre estar ao meu lado.

## RESUMO

Esta dissertação investiga a trajetória da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO, ou simplesmente POLOP ou PO) entre os anos de 1961, ano do seu surgimento a 1970, quando da sua segunda cisão. A POLOP vem sendo reconhecida pela historiografia por sua contribuição para a renovação do marxismo brasileiro. Desse modo aparece como protagonista do movimento que mais tarde ficou conhecido como “nova esquerda”. Militaram na organização intelectuais importantes como Eric Sachs Ruy Mauro Marini, Moniz Bandeira, Michael Lowy, os irmãos Sader, dentre outros. Interessa-nos saber como a POLOP lutou para a construção da revolução socialista no Brasil. Sua interpretação da realidade brasileira bem como suas propostas de intervenção foram também objetivos deste trabalho. Utilizamos como principais fontes jornais, documentos de circulação interna, teses e programas que compõem o acervo Victor Meyer (LABELU-UEFS).

**Palavras-Chave:** Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, Marxismo, Historiografia.

## **ABSTRACT**

This masters dissertation investigates the trajectory of the Organização Revolucionária Marxista - Política Operária ("Marxist Revolutionary Organization - Worker's Politics" - ORM - PO or shortly POLOP or PO) between 1961, the fundation year, and 1970, when its second secession happened. The POLOP has been recognized by historiography because of its contribution to the Brazilian Marxism's restoration. Therefore, POLOP emerges as the leading group in the movement later known as "new left wing". Important intellectuals fought for the organization, such as Eric Sachs, Ruy Mauro Marini, Moniz Bandeira, Michael Lowy and the Sades brothers. We are interested in discovering how POLOP fought to the establishment of the socialist revolution in Brazil. Its interpretation of Brazilian reality as well as its intervention motions were also object of study. The main sources used in this work were newspapers, internal documents, thesis and programs from the Victor Meyer collection (LABELU, UEFS).

**Keywords:** Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, Marxism, Historiography

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AI - Ato Institucional

ALN - Ação Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

CEDEM - Centro de Documentação e Memória da UNESP

COLINA - Comando de Libertação Nacional

DIESSE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

CN – Comitê Nacional

FER - Frente de Esquerda Revolucionária

LABELU - Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais

MR-PO - Movimento pela reorganização do PO

OCML-PO - Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária

ORM-PO - Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PO, POLOP - Política Operária

POC - Partido Operário Comunista

PSB - Partido Socialista Brasileiro



PSD - Partido Social Democrático

PSR - Partido Socialista Revolucionário

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SR - Secretariado Regional

UDN - União Democrática Nacional

UJC - União da Juventude Comunista

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - <i>Por Um Brasil Socialista: A POLOP e suas elaborações teóricas</i></b> .....	14
1.1 - A Liga Socialista Independente (LSI) e o surgimento da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária.....	16
1.2 - As tarefas da POLOP.....	19
1.3 - <i>O Programa Socialista Para o Brasil: A realidade brasileira vista pela POLOP</i> .....	25
<b>CAPÍTULO 2 - Do Surgimento ao primeiro “racha”</b> .....	40
2.1 - Atuação nos primeiros anos (1961-1964).....	40
2.2 A POLOP e o golpe de 1964.....	47
<b>CAPÍTULO 3 - O racha, a luta armada e a formação do Partido Operário Comunista (POC)</b> .....	64
3.1 - O prelúdio.....	64
3.2 - A POLOP e a luta armada.....	69
3.3 - A luta pela constituinte.....	72
3.4 - O fim de um ciclo: a cisão.....	78
3.5 - O Partido Operário Comunista (POC).....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>FONTES</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga a trajetória da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO, simplesmente POLOP ou PO) desde o seu surgimento em 1961, após primeiro congresso em Jundiá até 1970, quando do surgimento da Organização de Combate Marxista leninista – Política Operária fruto de mais uma cisão.

Diversos trabalhos já foram escritos sobre o período da década de 1960, sobretudo acerca da ditadura civil-militar no Brasil. Entretanto, existe ainda um longo trajeto para ser percorrido no que diz respeito aos estudos sobre as organizações de esquerda no país. Exceto o Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal expoente de esquerda no Brasil, há muito pouco escrito sobre outras organizações de esquerda que lutaram e resistiram nesse período.

A bem da verdade esforços significativos vêm sendo feito para dar conta desse universo. Artigos, dissertações, teses estão sendo produzidos e aos poucos a História das esquerdas no Brasil está se tornando mais completa e complexa. Os trabalhos de Jacob Gorender *Combate nas Trevas* e a coletânea *As Esquerdas no Brasil*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira são exemplos desse esforço.

A organização atuou em boa parte de sua existência sob a ditadura civil-militar. Apenas três anos e alguns meses da sua atuação foram num regime democrático. Vários são os trabalhos acadêmicos que se dedicaram a pesquisar a ditadura civil-militar no Brasil. Um dos mais importantes, sem dúvida, foi a obra de Dreifuss intitulada *1964 – A conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe*. A utilização do termo “civil-militar” está embasada nessa obra. Para nós o acréscimo do “civil” ao termo ditadura militar coloca em evidência o sentido mais importante do que foi o esse período, ou seja, foi uma ditadura com participação ativa da sociedade civil. Entretanto, é importante salientar que, quando dizemos civil aqui, estamos colocando em destaque o caráter classista da ditadura, isto é, o papel de protagonista da burguesia nacional, ou nas palavras de Dreifuss, do empresariado brasileiro na condução da ditadura no país. A polêmica em torno da ditadura e seu sentido vem crescendo ano após ano. Um esforço bastante importante de crítica a uma determinada visão do golpe e da ditadura vem sendo feito por Demian Melo. O historiador foi organizador de uma coletânea chamada *A miséria da historiografia*, que tem como objetivo principal criticar determinada produção sobre o golpe e a ditadura caracterizada pelo autor como revisionista. Esta obra também nos serviu de base para compreender o sentido do período. Ainda sobre a questão do “civil” o autor escreve:

Entretanto, em vez de o termo “civil” se ligar à participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial, parte da historiografia vem defendendo a mistificação calcada na ideia de algo como uma *cumplicidade* da “sociedade brasileira”, com a ditadura, como se fosse possível a existência de tal “sociedade”, como algo coisificado e homogêneo. Essa reificação da sociedade, capaz de “assumir responsabilidades” ou “esquecer” (talvez até, arrependida”, colocar-se “em frente ao espelho”), nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo o qual a intervenção militar se fez por “exigência do povo brasileiro”<sup>1</sup>

Para nós a crítica do autor é acertada e nos coloca uma visão bem clara de uma determinada produção que usa o termo “civil” esvaziando-o do sentido classista da ditadura no Brasil.

A POLOP desde o início de sua trajetória produziu textos teóricos sobre a realidade brasileira. Esses textos são de extrema importância para a compreensão do período e a sua interpretação, por vezes inovadora, foi uma das razões para investigar a trajetória dessa organização de esquerda.

Em 1961, após seu primeiro congresso em Jundiaí, a Organização Marxista Revolucionária – Política Operária surge no cenário brasileiro. A POLOP, como ficou mais conhecida, foi fruto de articulações e uma série de debates entre quadros políticos e intelectuais marxistas que militavam na *Juventude* do Partido Socialista Brasileiro (PSB) – seção Guanabara, na *Liga Socialista Independente* e a *Mocidade Trabalhista* de Minas Gerais. Esses militantes traziam consigo as mais diversas referências teóricas, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Ernest Talheimer, August Brandler, entre outros.

Os primeiros anos da PO foram marcados pelas críticas ao PCB, e suas formulações teóricas a respeito da realidade brasileira como alternativa à política do Partido Comunista. Para a organização o Partido Comunista Brasileiro havia falhado na tentativa de ser o partido da classe operária. A crítica continha dois pontos principais. O primeiro era sobre a política de conciliação de classes praticadas pelo PCB. No entendimento da POLOP o Partido tornava a classe operária brasileira prisioneira dos interesses da burguesia, ou seja, suas lutas estavam condicionadas a outros interesses que não eram os seus de fato. Por isso a crítica à política “reboquista” do PCB. O outro ponto da crítica era acerca da revolução no Brasil. Para a PO, em poucas palavras, o Brasil já era um país capitalista, portanto a única revolução possível seria a

---

<sup>1</sup> MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014, pág. 168.

socialista. A revolução em etapas propostas pelo PCB, em que primeiro era necessário uma etapa democrática-burguesa para a destruição das forças que atrasavam o país, isto é, o imperialismo e o latifúndio, depois uma revolução socialista foi amplamente criticado pela organização. Para a consolidação da revolução no país a POLOP reconhecia a classe operária como força motriz do processo, que lideraria uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo rumo à revolução socialista.

Desse modo a POLOP foi de extrema importância para o processo de renovação da esquerda brasileira surgindo como uma das matrizes teóricas do que hoje comumente se chama de “nova esquerda” brasileira<sup>2</sup>.

Em 1967, após o seu IV congresso, aconteceu o primeiro “racha” da PO, que dividiu a organização ao meio, fruto das discussões sobre as formas de enfrentamento contra a ditadura civil-militar. Uma parte do grupo resolveu partir para a luta armada e dali surgiram dois grupos: o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O grupo que permaneceu como POLOP se articulou com a Dissidência do Rio Grande do Sul e formou o Partido Operário Comunista (POC). Em 1970 ocorreu outra cisão que acabou com o POC. Em 1971, o grupo da antiga PO rearticula-se e surge a Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária, que chega ao seu fim nos primeiros anos da década de 1980 diluída no interior do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esta dissertação investigou a trajetória da organização até o ano de 1970, quando acontece a sua segunda cisão. Nosso intento com esse recorte temporal foi acompanhar as mudanças táticas e estratégicas da organização nos diferentes períodos e depois de sofrer a sua primeira cisão e se reorganizar como Partido Operário Comunista (POC). Compreendemos o POC como uma fase histórica da mesma organização, isto é, da POLOP. Isso porque o partido adotou o *Programa Socialista para o Brasil* como seu levando em conta os mesmos objetivos expressos no programa. Contudo, não foi nosso objetivo ignorar as diferenças e especificidades, pelo contrário apontamos elas quando existiram.

---

<sup>2</sup>Alguns autores sustentam essa afirmação como, por exemplo, MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002, pág. 199.

<sup>3</sup>MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Boitempo – Perseu Abramo, 1999.

<sup>4</sup>Como Marco Aurélio Garcia, que vê no surgimento da POLOP um episódio significativo na emergência de uma “nova esquerda” revolucionária brasileira GARCIA, Marco Aurélio. *Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira*. Contribuição à História da Esquerda Brasileira 1960-1979. *Em Tempo*, 84, 4 de outubro de 1979.

No primeiro capítulo o objetivo principal foi apresentar ao leitor o documento mais importante da POLOP e as circunstâncias da sua produção. O *Programa Socialista para o Brasil* foi aprovado no IV congresso nacional da organização em 1967, seis anos após seu surgimento e em plena ditadura civil-militar. Foi um longo período de intensas discussões internas que culminaram no programa e que colocou a organização como uma das protagonistas na renovação da esquerda no país, pela sua interpretação inovadora em diversos aspectos da realidade brasileira.

No segundo capítulo nosso objetivo foi acompanhar mais de perto a atuação da POLOP, isto é, suas propostas de intervenção junto à classe operária e seus locais de militância. Percorremos essa trajetória até 1967, ano da primeira e mais dura cisão que a organização sofreu. Tentamos também identificar mudanças nas táticas e estratégia da PO, pois em 1964 houve o golpe militar, que mudou drasticamente as condições do país, sobretudo o trabalho das organizações de esquerda.

Por fim, no terceiro e último capítulo, nosso objetivo foi investigar a cisão da organização. Para isso nos aprofundamos nas discussões internas da POLOP em que os temas da luta armada e constituinte ganham destaque e representou um dos principais motivos do rompimento de quase metade dos militantes.

## CAPÍTULO 1

### **POR UM BRASIL SOCIALISTA: A POLOP E SUAS ELABORAÇÕES TEÓRICAS**

Em todos os debates realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos "Partidos Operários", ou a "esquerda", como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores.<sup>3</sup>

Nos primeiros anos da década de 1960 surgiram algumas organizações de esquerda no Brasil. Dentre elas podemos citar a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop). As duas primeiras surgiram oficialmente em 1962 e a última, da qual vamos nos ocupar, em 1961. Desde 1956, mais precisamente, fevereiro desse ano, o PCB e o movimento comunista internacional sofreram um duro golpe. Estamos nos referindo ao informe de N. Krushev, que deu início ao processo de desestalinização.

Desde então, pipocavam as dissensões por toda parte, anunciando e gerando *rachas* e hipóteses alternativas. A Declaração de Março de 1958, formulada pelo Comitê Central do PCB, abandonando as teses radicais de 1950 e 1954, favoráveis ao enfrentamento armado, foi recebida por esses grupos com desagrado e pesados ataques: O PCB consagrava um caminho *reformista*, a reboque da burguesia e da conciliação de classes<sup>4</sup>

Na América Latina processos revolucionários desde a década de 1950 estavam se desenvolvendo. As experiências revolucionárias da Guatemala, Bolívia e Cuba são exemplos desse momento histórico. Revoluções que fizeram tremer os países imperialistas, sobretudo os Estados Unidos, principal força imperialista na América Latina. A Revolução Cubana, assim como os outros processos revolucionários que tinham como grande inimigo o imperialismo norte-americano, foi um divisor de águas na História da América Latina. Seja para os

---

<sup>3</sup> MARTINS, Ernesto. *Convocatória para o 1º congresso da POLOP*. Julho de 1960, mimeo, pág. 1. Centro de Documentação e Memória da UNESP (doravante CEDEM), Fundo POLOP.

<sup>4</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In: REIS FILHO, D. A. e FERREIRA, J. *Revolução e Democracia. 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. pág. 55

movimentos sociais ou para os partidos políticos de esquerda este evento exerceu grande influência, ou melhor, um papel decisivo para as decisões no campo político latino americano.

Foi nesse momento histórico em que a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, que ficou mais conhecida como POLOP ou simplesmente PO, surgiu oficialmente em seu primeiro congresso no ano de 1961, em Jundiaí, São Paulo. Entretanto, os jovens marxistas que participaram do congresso em 1961, já estavam se articulando pelo menos desde a década de 1950, divulgando suas ideias através do jornal *Ação Socialista* – periódico da Liga Socialista Independente (LSI), organização que iremos tratar a seguir – e a revista *Movimento Socialista*, revista que teve como diretor Moniz Bandeira, que viria a ser um dos mais importantes militantes da POLOP.

A revista *Movimento Socialista*, lançou apenas dois números, mas a revista está na raiz do que foi a POLOP. Nas duas edições já era possível identificar um dos objetivos principais da PO, a criação de um partido revolucionário de quadros que pudesse codificar uma nova orientação política<sup>5</sup>.

O objetivo principal da revista era criar uma alternativa ao campo da esquerda, até então hegemônica pelo PCB e criar uma alternativa socialista para o Brasil.

[...] A denúncia dos crimes de Stalin por Krushev no XX Congresso do PCUS, com a denúncia, a cisão no PCB, a formação do *Movimento Socialista Renovador* liderado por Agildo Barata, todos esses acontecimentos criaram um clima que favoreciam as nossas idéias. Eric Sachs e eu nos aproximamos do grupo de Agildo Barata, em cujo jornal *O Nacional* passei a colaborar, bem como na revista *Novos Tempos* dirigida por Oswaldo Peralva. Eu, pessoalmente, mantinha contacto com José Maria Crispim e os trotskistas da IV Internacional, mas eles eram muito difíceis, sectários e dogmáticos e o que Eric Sachs e eu articulávamos no movimento em escala nacional era formar uma esquerda revolucionária, antistalinista, pois considerávamos que o Brasil já era um país capitalista maduro e não um semi-colonial conforme a tese do PCB<sup>6</sup>

A Revista *Movimento Socialista* surgiu no final da década de 1950 e contou apenas com duas publicações, mas foi fundamental para a aglutinação de inúmeros intelectuais e militantes de esquerda que eram contrários ao reformismo, ao nacionalismo e à ideologia do desenvolvimentismo, servindo como uma espécie de laboratório,” espaço de elaboração e de

<sup>5</sup>Entrevista de Moniz Bandeira in: OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado. UNESP. Araraquara, 2007.

<sup>6</sup>Idem, ibidem, pág.48



aproximação de posições políticas que, poucos anos depois, apareceriam organizadas na forma-partido”<sup>7</sup>.

Nessa época Moniz Bandeira e Eric Sachs, que foi um dos fundadores da POLOP e um dos teóricos mais importantes da organização, já se conheciam e mantinham contato. Pouco tempo depois juntos iriam fundar a PO. Entretanto, nos parece importante remontar, mesmo que rapidamente a história da LSI, pois dessa experiência surgiu a necessidade de construir uma organização nos moldes da POLOP.

### **1.1 A Liga Socialista Independente (LSI) e o surgimento da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária**

Nesta seção iremos discutir rapidamente a relação da Liga Socialista Independente (LSI) com o surgimento da POLOP. A LSI pode ser identificada como o embrião da PO, pois aglutinou vários dos militantes que fundariam a organização anos depois.

A Liga surgiu em 1956 aglutinando alguns militantes que buscavam construir uma nova organização marxista, revolucionária e anti-stalinista. Muitos desses militantes tinham uma ligação com o trotskismo. Participou da Liga o militante comunista Hermínio Sachetta, um dos mais experientes do grupo. Moniz Bandeira, sobrinho de Edmundo Moniz, que foi militante trotskista, também participou e, fundamentalmente, alunos da Universidade de São Paulo (USP), como Alberto da Rocha Barros, estudante de física e filho de um dos fundadores do Partido Socialista Revolucionário (PSR): Alberto Moniz da Rocha Barros; e os estudantes do curso de ciência sociais, os irmãos Sader (Eder e Emir), sobrinhos do sociólogo Azis Simão, que manteve relações com o trotskismo. Também participaram os militantes Michael Löwy e Gabriel Cohn. A LSI contou também com presença inicial de Paul Singer e Mauricio Tragtenberg (também ex-militante do PSR), que não permaneceram muito tempo.

Embora houvesse uma aproximação de alguns militantes com o trotskismo, militantes como Moniz Bandeira e Michael Löwy reivindicam a posição da organização enquanto luxemburguista. Segundo Moniz Bandeira, a Liga Socialista era mais luxemburguista, pois considerava a União Soviética um capitalismo de Estado, que era a tese que ele defendia, não Estado Operário. O militante acreditava na premissa que caracterizava a Rússia como um capitalismo de Estado, claro que se tratava de uma ideia proveniente de uma facção trotskista

---

<sup>7</sup> NOBERTO, Lineker. *A Experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (1961-1964)*. Dissertação de mestrado. UFF. Niterói, 2015, pág. 74

que rompeu com a IV Internacional, já no tempo de Trotski. Mario Pedrosa começou a defender esta tese e foi expulso da *IV Internacional*<sup>8</sup>.

Michael Löwy também afirmou que a LSI nunca passou de um grupo de 20 pessoas, que publicavam um pequeno jornal, chamado de Ação Socialista. A maioria dos membros era jovens estudantes. O único operário era, segundo o militante, um sapateiro de origem anarquista. O que os reunia era, antes de tudo, o culto a Rosa Luxemburgo. Sem mais esperanças com o bolchevismo, Sacchetta via no marxismo luxemburguista a verdadeira resposta ao eterno problema do movimento operário – a síntese efetiva entre revolução e democracia, socialismo e liberdade. O autor ainda afirmou que o retrato de Rosa Luxemburgo era a única “decoração no austero quartinho do Brigadeiro Luiz Antônio que servia de sede à “Liga”<sup>9</sup>. Não podemos afirmar que a organização era luxemburguista, mas estamos certos da grande influência da intelectual no ideário de parte do grupo.

A LSI defendeu a independência de classe contrapondo-se à política do PCB. Também criticou a revolução em etapas e a aliança com setores ditos progressistas da burguesia nacional. Segundo Oliveira,

A revolução socialista era o principal objetivo da Liga e viam na sujeição ao imperialismo e no problema agrário os primeiros e importantes obstáculos a serem ultrapassados cuja solução passava pela libertação de todos os produtores diretos com a instauração de um governo operário e camponês<sup>10</sup>

Um dos objetivos da LSI, enquanto vanguarda, seria o de denunciar a condição de espoliação pelo qual passavam os trabalhadores brasileiros, pois estes ainda não tinham consciência de que estavam sendo explorados pelo regime burguês. Portanto, o papel destes militantes era o de levar a teoria revolucionária para o seio da classe trabalhadora.

A experiência da liga durou pouco tempo. No final do ano de 1956 Moniz Bandeira conheceu Eric Sachs, um austríaco que dizia haver pertencido à corrente de Heinrich Brandler (ex-dirigente do PC alemão) chamada na Alemanha *Arbeitspolitik* (Política Operária), que era uma fração rotulada como *III ½ (Terceira e meia)*, devido ao fato de ter abandonado a III Internacional e não haver aderido IV. Moniz Bandeira era naquele momento militante do Partido Socialista, mas achou melhor criar dentro do Partido Socialista a Esquerda Socialista.

<sup>8</sup>OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado. UNESP. Araraquara, 2007.

<sup>9</sup>NOBERTO, Lineker. *A Experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (1961-1964)*. Dissertação de mestrado. UFF. Niterói, 2015

<sup>10</sup>OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado. UNESP. Araraquara, 2007, pág.42

Foi o que aconteceu. Ele criou no Rio de Janeiro, juntamente com Eric Sachs, a Esquerda Socialista, que lançou um jornal (dois números) chamado *Esquerda Socialista*<sup>89</sup> e panfletou no Rio no 1º de maio de 1957, incorporando elementos da dissidência do PC isso em 1957. Desde então, Eric Sachs e Moniz Bandeira estabeleceram contato com o grupo dissidente, liderado por Agildo Barata, e alguns que saíram da União da Juventude Comunista (UJC). Tempos depois eles se encontrariam na Juventude Socialista. Sachs e Bandeira dirigiram tal processo. Eles tinham uma ideia, uma formação melhor e um interesse em criar algo e foi isso que aconteceu, por iniciativa de ambos. Foi um período de efervescência ideológica, de debates, em que todas as tendências, inclusive os trotskistas, se reuniam para debater.<sup>11</sup> Foi nesse cenário de intenso debate e tentativa de construção de uma alternativa à política do PCB que surgiu a POLOP, que agregou militantes da *Esquerda Socialista* mais conhecida como *Juventude Socialista* e membros também da *Mocidade Trabalhista* do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>12</sup>

Até hoje a literatura produzida sobre a história da POLOP dera ênfase à sua contribuição teórica, deixando de lado um dos aspectos mais importantes da trajetória de um partido político, isto é, sua luta pela direção da classe. Isso se deve, por um lado, pelo fato de importantes intelectuais terem participado da organização. Intelectuais como Eric Sachs, Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, os irmãos Sader (Emir e Eder) e etc. De fato a trajetória da POLOP teve grande importância no campo da esquerda brasileira e foi, sem dúvida, relevante para a renovação deste. Suas elaborações teóricas sobre a realidade brasileira tiveram grande impacto em uma geração de intelectuais, que mais tarde passaram a ser vinculados à “teoria da dependência”. Por outro lado, a dificuldade da POLOP em penetrar nos movimentos de massa produziu uma literatura sobre sua história na qual essa dificuldade foi sempre tratada de forma superficial e que não dá conta de explicar e compreender os motivos desse problema. Afirmarões como a organização “ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, em conseguir penetração nos movimentos de massa<sup>13</sup>”, ou que, “na passagem para a prática social,

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado. UNESP. Araraquara, 2007.

<sup>12</sup> Para mais informações sobre o surgimento da organização vide NOBERTO, Lineker. *A Experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (1961-1964)*. Dissertação de mestrado. UFF. Niterói, 2015 e OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado. UNESP. Araraquara, 2007.

<sup>13</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1990, pág. 36.

havia uma espécie de emperramento, como se as engrenagens, acionadas, não funcionassem<sup>14</sup>”. Nos parece insuficientes para explicar essa dificuldade ainda mais se levarmos em consideração que as elaborações táticas da organização eram “perfeitamente compatíveis com as deliberações dos encontros sindicais dos primeiros anos da década de 1960, nos quais as teses pecebistas eram largamente majoritárias<sup>15</sup>”. Aprofundaremos sobre esta questão a fim de trazer mais elementos que expliquem tal dificuldade. Nesse primeiro capítulo iremos nos ocupar da teoria desenvolvida pela PO, pois é a partir da análise sobre a realidade brasileira feita pela organização que a PO elaborou e tentou implementar suas estratégias e táticas para lutar junto à classe trabalhadora pela Revolução Socialista no Brasil.

## 1.2 As tarefas da POLOP

Se fôssemos resumir a luta da POLOP em apenas um aspecto o escolhido seria a luta por um partido da classe operária independente. Desde o texto de convocatória, redigido por Ernesto Martins (um dos pseudônimos usados por Eric Sachs antes e depois da ditadura militar) para o primeiro congresso tal questão já estava posta. Mas qual seriam as características desse partido? Escrevia Eric Sachs

Já declaramos por diversas vezes que a mera reunião de tantos e quantos indivíduos, ou mesmo grupos existentes que resolvam "fundar" um partido, não representa ainda uma solução. Isso criaria um mero rótulo, como já foi tentado em tantas dúzias no passado, sem deixar traços. O surgimento de um partido do proletariado brasileiro será um acontecimento de alcance tão profundo, que mudará não só o panorama político do país como toda a sua história futura. Tal acontecimento não se dará por um ato meramente formal, que não tenha outra base do que a vontade subjetiva de revolucionários. Um partido é um organismo vivo, com problemas mais complexos. Ele consiste não somente de nome, estatutos e de um programa adotado. Ele existe na medida em que disponha de órgãos de base, que levem a luta para adiante, e essas bases são compostas de quadros. E já que pretendemos romper com a tradição de um partido burocrático, constituído de cima para baixo, dividido numa direção que pensa (ou recebe ordens de fora) e uma base que executa, devemos colocar a premissa da existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, para que o novo partido possa funcionar democraticamente e para que a base possa de fato determinar a "linha".

---

<sup>14</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In: REIS FILHO, D. A. e FERREIRA, J. *Revolução e Democracia. 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pág. 61.

<sup>15</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil, vol. V.* Campinas, Edunicamp, 2002, pág. 204.

Pressupõe isso ainda que esses quadros falem uma linguagem comum, que encarem os fenômenos da luta de classes sob um ângulo comum e que tenham pelo menos tanto em comum, para que uma minoria possa se submeter à decisão da maioria, sem que isso se choque com as suas concepções revolucionárias de princípio. Isso, entretanto, não esgota ainda o problema<sup>16</sup>

Embora ainda não estivesse organizada como POLOP as ideias expostas pelo comunista austríaco nessa convocatória seriam amplamente aceitas e difundidas a partir de 1961. Para a PO ainda não existia no Brasil tal partido. O rompimento com a tradição burocrática seria o primeiro passo, porém havia outros. O partido de quadros tentado pela organização tinha a classe operária brasileira como força motriz do movimento revolucionário. Para a organização, no Brasil da década de 1960 não era mais possível conceber e existir um "partido operário", composto principalmente por elementos da pequena burguesia. Mas quando Sachs falava da necessidade da presença de operários no partido, não se referia a simples adesões na periferia da organização, mas sim à criação de quadros políticos da classe operária. Para a POLOP, num organismo democrático, esses dirigentes operários fariam sentir a sua presença ao lado dos intelectuais e estudantes revolucionários, sendo indispensável a sua colaboração ativa na elaboração tática da luta. Num organismo que “se intitula de "partido" esses quadros políticos operários terão de estar na maioria. Um partido desse gênero requer uma base material para a sua existência”<sup>17</sup>.

Segundo a POLOP a classe operária brasileira ainda não se constituía enquanto classe política, isto é, ainda encontrava-se como uma *classe em si*, existente ainda apenas como fator econômico e social. Seu atraso se deve por dois motivos: primeiro, à sua juventude, fruto do afluxo de elementos do campo. O segundo fator foi a renúncia do PCB em dar uma educação socialista a esta jovem classe brasileira. Na prática, o que caracterizava o proletariado brasileiro era o domínio e a tutela da burguesia nacional que impediam sua participação política independente. Este domínio, nas análises feitas pela PO, era realizado materialmente pelo Ministério do Trabalho, a legislação sindical herdada do Estado Novo de Vargas. A classe trabalhadora do Brasil a partir da década de 1930 foi hegemônica pela política trabalhista de Vargas. Colocando o trabalhador brasileiro como o centro de sua política e difundindo a importância dos trabalhadores para o crescimento do Brasil, o projeto político de Vargas, embebido da ideologia do trabalhismo, encontrou terreno fértil no seio da jovem classe trabalhadora. Nesse sentido, este projeto englobava

---

<sup>16</sup>MARTINS, Ernesto. *Convocatória para o 1º congresso da POLOP*. Julho de 1960, mimeo, pág. 1. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>17</sup>Idem, *Ibidem*, pág.2

variadas políticas públicas, entre as quais o grande destaque era a implementação da organização sindical. A formação de um novo espírito unindo o povo e Estado precisava da inestimável colaboração dos sindicatos, órgãos representativos do cidadão-trabalhador. Eles se constituíam, desta forma, numa das grandes forças da vitória final, pois a vida sindical neste momento supremo da nacionalidade impunha o máximo de eficiência<sup>18</sup>

Embora o trabalhismo não implicasse “necessariamente uma organização partidária”<sup>19</sup> foi criado em 1945 o PTB. Assim,

a formação de uma Comissão Executiva Nacional para dar organização ao PTB data de 15 de maio de 1945 (...) o provável modelo inspirador do PTB foi o Partido Trabalhista Inglês, e suas bases do Ministério do Trabalho, ou seja, com a utilização das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários<sup>20</sup>

A criação do PTB coroa a política nacional daquele período, pois haveria a possibilidade de continuidade da mesma política através de outros representantes, já que no mesmo ano, pouco tempo antes haviam sido criados a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD).

No campo ideológico a tutela era exercida por várias teorias que pregavam uma comunidade de interesses entre burguesia e operário – desenvolvimentismo, nacionalismo – as quais amarravam os trabalhadores à reivindicações que não eram propriamente as suas. Teorias inclusive defendidas pelo PCB. Ainda em sua convocatória Eric Sachs afirmava

Essa tutela ideológica, já o dissemos, a burguesia exerce hoje preferencialmente por meio das "teorias" de desenvolvimentismo - sem por isso desprezar recursos mais antigos, como o clero, o patriotismo, a ignorância cultivada por meio de um sistema de educação arcaico, etc. O "desenvolvimentismo", como é aceito nas chamadas esquerdas e nas cúpulas sindicais, se apresenta geralmente sob o signo do nacionalismo e a fusão das duas ideologias é tendência geral. Também nesse terreno a nossa burguesia não mostra excessiva originalidade e usa essencialmente os mesmos argumentos clássicos do capitalismo europeu do século passado. Do mesmo modo, ela prega uma pretensa comunidade de interesses de classes, a paz social para o desenvolvimento do país, para que em data futura, e sempre futura, sejam resolvidos os problemas sociais e a miséria existente. O culto da renda per capita reviveu, e sua elevação faz parte hoje de qualquer meta oficial, como fez parte da bagagem ideológica dos reformadores liberais dos

<sup>18</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. Pág. 237.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, pág. 284

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, pág. 283.

tempos de Marx. Com uma diferença, todavia: naquele tempo ainda se sonhava com uma sociedade burguesa ideal, a qual se realizaria quando a renda da nação atingisse certo nível. Hoje, as previsões sobre o futuro do capitalismo são mais cétricas e a alternativa do socialismo começou a se impor. Hoje, os apologistas da reforma burguesa se limitam a afirmar que somos pobres demais para pensar em experiências socialistas, temos de passar primeiro pela escola do capitalismo nacional, etc. Mas mesmo esse gênero de argumentação está destinado à falência, em vista dos exemplos da Rússia e da China, que fizeram as suas revoluções em estado de desenvolvimento mais primitivo do que se encontra presentemente o Brasil. Porém quanto, a burguesia e seus ajudantes eficientes no movimento operário se limitam a esconder esses fatos<sup>21</sup>.

De acordo com Sônia Regina Mendonça<sup>22</sup> três diferentes projetos estavam em disputa na década de 1950. Um defendia a livre entrada de capital estrangeiro no Brasil sem o controle do Estado brasileiro. Este Projeto era encabeçado pela UDN. O Segundo era o Nacionalismo radical, que rejeitava totalmente a entrada de capital estrangeiro no país. Este projeto seguia basicamente a política de Vargas. Parte do PTB, PCB e simpatizantes de Vargas defendiam tal projeto. Por último, o nacional-desenvolvimentista, que era o equilíbrio entre as duas outras propostas. Defendiam, portanto, a entrada de capital estrangeiro, mas indicava a necessidade do controle do Estado nesse processo. Os industriais eram os principais defensores desse projeto que acabou sendo o vencedor. O crescimento industrial brasileiro a partir da década de 1950 e no decorrer da ditadura civil-militar esteve baseado no nacional-desenvolvimentismo.

Desde o início de sua trajetória, a PO fez diversas críticas ao PCB e sua linha política, sobretudo a adotada pelo partido a partir da Declaração de Março de 1958, a qual deu a tônica reformista à política do mesmo. Os pontos chave da política adotada pelo PCB apresentam em seu núcleo a conciliação de classe e a ideologia reformista. O partido também empreendeu grande esforço para retornar à legalidade e ampliar ainda mais a sua atuação. Podemos perceber isso com a aprovação de um novo programa e estatuto, em 1961 no seu congresso nacional, quando altera seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla PCB.

Na Declaração de Março de 1958 o PCB fazia uma leitura da realidade brasileira e reiterava o caráter de etapas da revolução, isto é, primeiro democrática-burguesa e depois socialista. De acordo com o Partido, apesar de uma mudança em curso no Brasil, fruto do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, prevaleciam ainda no país as forças

---

<sup>21</sup>MARTINS, Ernesto. *Convocatória para o 1º congresso da POLOP*. Julho de 1960, mimeo, pág. 2. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>22</sup>MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

retrógradas. O imperialismo, sobretudo o norte-americano, representava um atraso à nação. O desenvolvimento da burguesia nacional tem um papel importante no processo de independência política para o desenvolvimento capitalista nacional, pois “o desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.”<sup>23</sup>. Havia, seus militantes diziam, duas contradições fundamentais na sociedade brasileira. A primeira era entre “a nação e o imperialismo e seus agentes internos. A segunda era a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura”<sup>24</sup>. Portanto, a revolução no Brasil ainda não poderia ser socialista, mas sim, antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Um aspecto importante para contribuir na concepção etapista da revolução é o fato do PCB ter adotado “as resoluções aprovadas em 1928, no VI Congresso da Internacional Comunista – entidade à qual o PCB estava filiado desde 1924 -, e reiteradas em 1929, na 1ª Conferência dos PPCC da América Latina.”<sup>25</sup>.

Sobre a questão nacional, o partido comunista brasileiro formulava que a exploração imperialista impunha pesado tributo à nação. Nesse sentido, transferia para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduzia, em consequência, grande parte da taxa de acumulação capitalista no país, diminuindo o ritmo do seu progresso e influindo no baixo nível de vida da sua população. A independência política do Brasil sofria sérias restrições em virtude da situação desse processo que gerava dependência econômica. Para o PCB “à medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano”<sup>26</sup>.

Para o PCB o desenvolvimento do capitalismo brasileiro esbarrava no imperialismo norte-americano, que tinha como seus aliados os latifundiários e setores da burguesia. Para mudar essa correlação de forças o PCB propunha uma “frente única”, que na prática, abarcava quase toda a sociedade. Essa frente contaria com a classe operária, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação, os camponeses, que estavam interessados em liquidar uma estrutura retrógrada e a pequena burguesia urbana, que não podia expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país. Ainda comporiam essa frente a burguesia, interessada no

<sup>23</sup> Declaração de Março de 1958. In: CARONE, Edgard. *O P.C.B. 1943-1964*. São Paulo, DIFEL, 1982, v.2, pág.178

<sup>24</sup> Idem, ibidem pág.184

<sup>25</sup> PRESTES, Anita Leocadia. *A estratégia nacional-libertadora e o reformismo na história do PCB*. Texto apresentado no seminário promovido pelo PCB por ocasião do 90º aniversário de sua fundação

<sup>26</sup> COELHO, Eurelino. *A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a classe e a nação (1956-1959)*. No prelo.



desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e os setores de latifundiários que possuíam contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado externo ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos<sup>27</sup>

Como alternativa para essa política de conciliação de classes, que colocava o operariado brasileiro à reboque da burguesia a PO propunha uma **Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo**. Para isso seria necessário que a esquerda brasileira reunisse forças para organizar as necessidades da luta de classes. O que era entendido pela POLOP como esquerda naquele momento era basicamente o PCB, a ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e alguns setores do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os sindicatos e as ligas camponesas, embora não se caracterizassem enquanto agremiações políticas também seriam de extrema importância para levar a cabo tal frente. A ação dessa frente teria dois momentos distintos: um defensivo e outro ofensivo. Inicialmente, a ação da frente seria defensiva, isto é, uma luta travada contra a desvalorização do trabalho e pela manutenção do nível de vida dos trabalhadores, já que em 1962 o país passava por uma crise econômica e a inflação subia rapidamente. Num segundo momento passaria à ação ofensiva, ou seja, uma luta pelo controle público dos preços<sup>28</sup>. A reivindicação do controle público dos preços seria exercido por organismos em que os trabalhadores estivessem representados, por intermédio dos seus órgãos de classe. Tal reivindicação implicaria no controle dos preços nos lugares de produção – o que seria feito pelos Comitês de Empresas, cuja ação se verificaria antes que as mercadorias, correndo pelas mãos dos intermediários, fossem postas à venda no mercado consumidor – e deveria complementar-se, nos bairros, pelo controle a cargo dos Comitês Populares. Este controle pela base, essa cooperação por baixo, seria um instrumento de mobilização das massas e daria força aos organismos de controle da cúpula. Os quais, entretanto, “só terão autoridade se estiverem em condições de propor medidas concretas, intervenções ou expropriações contra os trustes e especuladores, nacionais e estrangeiros”<sup>29</sup>. Tal proposta teve certa repercussão, a qual discutiremos num outro capítulo. Por ora, fiquemos atentos apenas a questão da PO se apresentar como alternativa política ao PCB, fazendo uma intensa disputa teórica com o partido.

---

<sup>27</sup>Idem, *ibidem*

<sup>28</sup>*Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*. In: Política Operária n.1, janeiro de 1962. CEDEM, fundo POLOP.

<sup>29</sup>Idem, *ibidem*.

Na convocatória as principais tarefas dos militantes podem ser sintetizadas em três pontos. 1) **Criação de um programa para o partido operário no Brasil.** Essa não seria uma tarefa fácil. Nesse programa deveria conter informações importantes que forneceriam ao movimento revolucionário metas mais claras e que permitisse aos seus militantes “interpretar os problemas diários sem perder de mira o objetivo final”<sup>30</sup>. 2) **Recrutar jovens militantes operários para a organização.** A POLOP nunca se apresentou em sua trajetória como um partido. Todavia, era necessário dar “exemplo, em miniatura, de um futuro partido operário e, nesse sentido, a questão da composição social do grupo é aguda para nós”<sup>31</sup>. 3) **Procurar influir sobre o desenrolar da luta de classes no país.** Para a PO,

no presente momento isso significa que temos de encontrar meios de propagar as nossas opiniões sobre os setores mais avançados e de maior importância do proletariado. E temos de fazer isso, independentemente do fato deles já aceitarem ou ainda rejeitarem as conclusões do marxismo revolucionário. O que importa é que eles tomem conhecimento e que se lembrem delas em todas as crises, que virão<sup>32</sup>

A organização utilizou como um dos meios para propagar suas idéias o periódico *Política Operária*, que começou a circular desde 1962, tendo quatro edições como revista trimestral e a partir de 1963 voltou a ser jornal.

### **1.3 O Programa Socialista Para o Brasil: A realidade brasileira vista pela POLOP**

Nesta seção iremos discutir como a PO interpretou o Brasil, isto é, como a luta de classes se desenvolvia no plano internacional e, sobretudo, no plano nacional na década de 1960. Desde seu surgimento em 1961 até a sua aprovação em 1967, em seu IV congresso nacional, as teses do *Programa Socialista para o Brasil* vinham sendo desenvolvidas e debatidas por seus militantes. Portanto, muitas das questões que irão ser discutidas abaixo, foram amplamente desenvolvidas pela organização e sintetizadas no programa. O Programa é um dos documentos mais importantes da trajetória da POLOP. Aprovado em 1967 ele foi confirmado no V Congresso (congresso de fundação do Partido Operário Comunista – POC), em abril de 1968 e na reunião de fundação a Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária em

---

<sup>30</sup>MARTINS, Ernesto. *Convocatória para o 1º congresso da POLOP*. Julho de 1960, mimeo, pág. 2. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>31</sup>Idem, ibidem, pág.2

<sup>32</sup> MARTINS, Ernesto. *Convocatória para o 1º congresso da POLOP*. Julho de 1960, mimeo, pág. 2. CEDEM, Fundo POLOP.

abril de 1970. O programa conta com seis seções que serão analisadas. É importante salientar ao paciente leitor, mais uma vez, que a análise da produção teórica da organização nos é de extrema importância, visto que, é a partir dessa análise que se constituiu boa parte da sua prática política. A atuação política, isto é, sua luta pela direção da classe operária brasileira é um dos aspectos que serão analisados neste trabalho. Quando discutirmos a atuação política da organização nos próximos capítulos teremos a oportunidade de nos ater com mais ênfase em tal questão.

Na primeira seção do *Programa Socialista para o Brasil* é feita uma análise acerca da situação internacional, sobretudo sobre o imperialismo e suas consequências. Para a PO naquele momento o imperialismo passava por uma fase chamada de **cooperação antagônica**. Tratava-se de uma cooperação visando à conservação do sistema e que tinha a sua base no próprio processo de centralização de capital, e que não eliminava os antagonismos inerentes ao mundo imperialista. A cooperação prevalecia e prevalece sobre os antagonismos. Mesmo a rebeldia francesa, em seu ponto mais extremo não colocou em xeque a cooperação antagônica; “visava, em última análise, melhores condições dentro da associação imperialista mundial”<sup>33</sup>. Em contrapartida, no campo socialista que amadurecia no mundo subdesenvolvido, o imperialismo tinha forte impacto, pois

as duras condições em que se levou a cabo a revolução soviética, submetida ao isolamento e ao assédio imperialista, produziram um controle burocrático sobre o primeiro Estado Operário, que afetou, em seguida, as relações entre os partidos comunistas e entre os países socialistas. O internacionalismo proletário, visando a unidade da revolução mundial, foi substituído pela submissão dos partidos dos países capitalistas aos partidos já no poder. O próprio fato das revoluções se darem primeiro nos "elos mais fracos da cadeia imperialista" — hoje no mundo subdesenvolvido — nos mostra que o socialismo ainda está em sua infância, necessitando partir das economias mais atrasadas. Isso não pode deixar de refletir sobre os sistemas sociais e políticos desenvolvidos<sup>34</sup>

No mundo subdesenvolvido, com grande parte de seus países recentemente libertos do domínio colonial, seus povos, naquele momento nutriam “um forte sentimento antiimperialista, que as novas classes dominantes são obrigadas, freqüentemente, a respeitar e que se faz sentir em sua política externa”<sup>35</sup>. Esse nacionalismo, por vezes, era aproveitado pelas burguesias nacionais que se utilizavam disso como instrumento de pressão para reivindicar melhores termos em suas

---

<sup>33</sup>Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 103

<sup>34</sup>Idem, ibidem, pág. 4

<sup>35</sup>Idem, ibidem, pág. 4

relações econômicas. Portanto, a burguesia nacional nunca esteve interessada em liquidar com o capitalismo, mas sim, obter vantagens, na avaliação da organização.

Quando do surgimento da POLOP, a Revolução Cubana já havia ocorrido e o processo do socialismo já estava em curso no país. Para PO, a história da América latina dividiu-se em dois momentos: antes e depois da revolução. Região capitalista subdesenvolvida, foi considerada pela política internacional no pós-guerra domínio incontestável do imperialismo norte-americano. Esse domínio atingiu seu auge depois da segunda guerra mundial, com a virtual eliminação da concorrência europeia, quando os países latino-americanos já não podiam mais negociar em sua política externa com os choques interimperialistas. De acordo com a POLOP, a Revolução Cubana havia quebrado o monopólio do domínio americano mas não se limitou a isso. Libertou, pela primeira vez na história, um país latino-americano de todo e qualquer domínio imperialista. Finalmente, mostrou às massas exploradas que a única forma de libertação absoluta do jugo imperialista consistia “na derrubada da própria classe dominante, na revolução socialista”<sup>36</sup>. A experiência cubana confirmou na prática que era possível fazer uma revolução socialista em um país subdesenvolvido, ou melhor, em um país economicamente mais atrasado que o Brasil. Esse foi o grande ensinamento da revolução cubana para a POLOP. A organização sempre foi crítica a transposições mecânicas da teoria marxista. Em sua trajetória buscou analisar a realidade concreta do país, fugindo do fácil caminho da imitação, isto é, do “caminho russo”, “chinês” ou “cubano”.

Sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a organização analisava que “o modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial, agrária e financeira”<sup>37</sup>. Tal desenvolvimento surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se despreendeu disso completamente. Acomodando-se ao latifúndio, o capitalismo industrial teve, posteriormente, que arcar com as consequências: a baixa produtividade agrícola e a carência de mercado. E por outro lado, embora sem destruí-lo, a burguesia industrial continuava pressionando o latifúndio a reformar-se, modernizar-se, ou seja, a racionalizar sua produção. Isso quer dizer que o latifúndio não era um elemento exterior ao sistema capitalista constituído no país. Formou-se uma complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio. As altas taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. Ou através da rede bancária, ou pelas das inversões diretas feitas pelos fazendeiros,

---

<sup>36</sup>Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 106

<sup>37</sup>Idem, ibidem p.107

ou, ainda, pela mediação do Estado, “as indústrias cresceram alimentadas pela exploração latifundiária”<sup>38</sup>. Essa aliança construída entre a burguesia e o latifundiário foi acompanhada de uma identidade de interesses entre os trabalhadores da cidade e do campo, que criou as condições sociais para a aliança entre operários e trabalhadores do campo, ou seja, a aliança proposta pela POLOP foi mais que uma simples resposta à frente proposta pelo PCB, mas também foi fruto de uma elaborada análise do desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes no Brasil. Em 1999, Victor Meyer, histórico militante da PO, escreveu um pequeno texto sobre a trajetória da organização com o título de: *Frágua Inovadora: o tormentoso percurso da POLOP*. No referido texto o autor fala sobre o sentido da aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo.

Desdenhando as teses transpostas de outras realidades, que mencionavam uma esquemática “aliança operário-camponesa”, o Programa Socialista para o Brasil constatava, pela via da análise histórica, que aqui se delineavam as condições para uma ampla frente dos trabalhadores. Ainda não se conheciam, como hoje, movimentos interclasses de grande envergadura, tais como as mobilizações e organizações populares de bairros, o Movimento dos Sem-Terra, dos Sem-Teto, de desempregados, etc. Mas a experiência viva já permitia concluir pela existência de uma gigantesca camada de trabalhadores proletarizados, em sua maioria assalariados, embora também havendo os pequenos-proprietários em proletarização, nas cidades, nos campos e na confluência cidade-campo. A história das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, assim como a história do movimento estudantil, dos bancários e outros, já esboçavam essas potencialidades, tão evidentes aos olhos do observador de hoje, mais de 30 anos depois<sup>39</sup>

Ainda sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas agora especificamente sobre a questão agrária. De acordo com a organização a base econômica da produção agrícola no país isto é, o latifúndio do café, açúcar, algodão, etc, já oferecia – pelo seu alto grau de capitalização – as condições para a sua transformação em Unidades Coletivas. Onde o desenvolvimento das forças produtivas fossem insuficientes para tal avanço, a PO propunha a “posse da terra pelos camponeses, acompanhada de formas cooperativas” para destruição do latifúndio no país. Entretanto, segundo a POLOP havia uma medida que podia se impor em todas as porções do território nacional, independentemente das diversidades anotadas. Tratava-se da nacionalização do solo, isto é, a passagem para as mãos do Estado da renda da terra. A nacionalização da terra não impedia ainda a existência de pequenas propriedades privadas sobre

---

<sup>38</sup>Idem, ibidem p.109

<sup>39</sup> MEYER, Victor. *Frágua Inovadora: o tormentoso percurso da POLOP*. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, p.

ele, mas impedia, no limite, o arrendamento privado da terra e da utilização da terra para fins especulativos. Era por isso que onde não houvesse condições já para a coletivização, “a nacionalização do solo garantiria a destruição das formas mais atrasadas de exploração agrícola”.<sup>40</sup> Eis o entendimento da organização sobre a questão agrária no Brasil.

Nos países mais desenvolvidos, onde o capitalismo chegou à sua fase imperialista, o processo de acumulação de capitais caminha em um ritmo bem mais rápido que sua capacidade de absorção interna. Nesse cenário as burguesias internacionais resolvem pela aplicação externa. O Brasil integra-se ao imperialismo nesse sentido. Segundo a PO o capitalismo no Brasil conhecia naquela época um alto grau de monopolização. Mas o monopólio no Brasil foi imposto precocemente de fora, não foi produto do crescimento econômico interno. Nossa burguesia teria surgido tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado a dominação dos mercados mundiais. “Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas”<sup>41</sup>. As empresas estrangeiras participaram nesse processo para obter mais lucros aqui do que em sua terra, pois havia aqui uma maior exploração do trabalhador.

as empresas estrangeiras vieram explorar seus lucros, aqui mais gordos que em seus países de origem, principalmente pela maior exploração dos trabalhadores. Para os capitalistas brasileiros a entrada desses maquinários (lá, obsoletos, mas aqui bastante modernos) significava maior produtividade e, logo, mais lucros. Por isso, o “nacionalismo” só é usado como arma de pressão para obterem mais vantagens na associação com o imperialismo. Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado<sup>42</sup>

Para a organização, com a integração da burguesia brasileira na economia imperialista, o desenvolvimento capitalista nacional criou as condições para que a luta antiimperialista fosse também uma luta anticapitalista. Tal desenvolvimento criou também uma classe operária numerosa, a quem caberia comandar essa luta. O caráter da Revolução brasileira é enunciado pela POLOP como uma revolução socialista, pois o “processo revolucionário que subverterá as estruturas do país, organizando-as com as necessidades históricas, é o de uma revolução socialista”<sup>43</sup>. Seria socialista a revolução brasileira, pois o modo de produção no Brasil já era

---

<sup>40</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, p.110

<sup>41</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 111.

<sup>42</sup> Idem, ibidem, pág. 111.

<sup>43</sup> Idem, ibidem, pág.113.

fundamentalmente capitalista, que contava com uma burguesia industrial mesclada em seu surgimento com o latifúndio e o imperialismo, em “processo de integração com o sistema imperialista sob hegemonia ianque e, por outro lado, integrando a produção latifundiária a seus fins”<sup>44</sup>. Além disso, a burguesia industrial, setor mais dinâmico do sistema, vinha desde a década de 1950 aproveitando o aparelho do Estado em benefício do seu crescimento, atraindo capitais de fora para lhe suplementar “a carência interna, carreando financiamentos governamentais, inflacionando ou deflacionando à custa dos salários reais, apelando para o Estado nos setores econômicos em que não se julga potente para enfrentar”<sup>45</sup>. A burguesia já era uma classe no poder. Portanto, a revolução só poderia ser socialista. Observe que em vários aspectos a POLOP diverge da leitura da realidade brasileira em relação ao PCB, mas sem dúvida este configura um dos pontos mais importantes. A concepção etapista da revolução brasileira proposta pelo Partido Comunista, visando livrar o país dos restos feudais, isto é, dos setores mais atrasados para se desenvolver no Brasil uma burguesia nacional independente, choca-se radicalmente com a proposta da PO, visto que a organização já coloca o Brasil como um país capitalista, mesmo que dependente.

Por um Brasil socialista a POLOP entendia que seria uma ordem social:

reinante no país na qual os meios de produção pertençam à coletividade inteira; na qual a produção seja planificada de acordo com os interesses do povo trabalhador e não deixada à mercê de interesses privados, na qual a produção se oriente pelas necessidades dos trabalhadores e não pela ganância e caça ao lucro; na qual as máquinas e a terra estejam a serviço do homem, e não vice-versa. Entendemos um Brasil no qual não haja exploradores e, portanto, explorados; no qual todos os homens desfrutem igual e livremente do progresso e das riquezas comuns; no qual seja garantida a sua existência como membros úteis de uma sociedade e a sua subsistência, quando não estiverem em condições de preencher esse papel<sup>46</sup>

A revolução significava para POLOP a passagem do poder de uma classe para outra. Quando o poder estivesse nas mãos da classe operária, a revolução seria socialista, pois este não poderia instaurar outro regime senão o socialista. O caminho da revolução passaria pela ditadura do proletariado, que seria a expressão máxima de uma democracia. No início, para garantir o desenvolvimento do socialismo, o proletariado não poderia contentar-se em tomar conta dos ministérios, do exército, da polícia, isto é, de todo o aparelho estatal burguês, continuava a

---

<sup>44</sup>Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 113.

<sup>45</sup> Idem, pág. 114.

<sup>46</sup> Idem, págs. 114-115.

POLOP. Entretanto, a classe operária não poderia desistir, de todo, do Estado. A classe no poder teria de assegurar o seu domínio contra a resistência das velhas classes exploradoras, que fomentaria a contra-revolução interna e que, principalmente, recorreriam à reação externa. Para vencê-las, para superar a herança do velho regime, para mobilizar os recursos populares para a construção do socialismo, seria necessário, durante certo tempo, a formação de um Estado operário que exerceria a ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado seria, portanto, a ditadura contra as velhas classes que exploravam os trabalhadores e que tentariam restaurar o velho sistema, segundo pensamento da POLOP. Mas ao mesmo tempo tratava-se de uma ditadura da imensa maioria da população brasileira, que decidiriam, pela primeira vez na história do país, seu próprio destino. Portanto, para as massas, essa ditadura seria mais democrática que qualquer democracia já existente no Brasil, assinalava a PO. A ditadura do proletariado iria desaparecer na medida em que estivesse assegurado

o caminho socialista, na medida em que desaparecer o perigo da reação interna e externa, a revolução socialista renunciará ao seu Estado. Na medida em que desaparecerem as contradições de classe com a construção socialista interna e mundial, a Ditadura do Proletariado será superada e o Estado dos trabalhadores brasileiros definhará. A República Socialista do Brasil integrará-se numa sociedade comunista universal<sup>47</sup>

Ainda sobre a temática da revolução, a PO entendia que uma revolução dos trabalhadores ocorreria quando a classe operária alcançasse a consciência socialista. Esta seria desenvolvida a partir das lutas econômicas e políticas contra o poder burguês, na medida em que a vanguarda apontasse os objetivos que elevassem seu nível de luta e formasse a sua consciência de classe. Ao combater a ditadura de um ponto de vista de classe, os trabalhadores amadureceriam as condições sociais para o desfecho de sua revolução. Do ponto de vista da organização, o golpe militar que se abateu em abril de 1964 não foi um acidente na política brasileira. De acordo como Maciel<sup>48</sup> um novo padrão de acumulação de capital estava em processo desde 1950. Com efeito,

Podemos afirmar, em termos gerais, que o padrão de acumulação instalado em meados dos anos 1950 viabilizou um processo de crescente monopolização capitalista puxada pelo dinamismo industrial do setor de bens de consumo duráveis – Departamento III (DIII) –, baseado na forte presença do capital externo. Esse processo não só redefiniu o modelo de industrialização e a

---

<sup>47</sup>Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 118

<sup>48</sup> MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã, 2004.



supremacia definitiva da indústria sobre a agricultura, como reinseriu a economia brasileira na divisão internacional do trabalho de forma dependente, além de aprofundar o papel desenvolvimentista desempenhado pelo Estado<sup>49</sup>

A partir de 1962 ocorre o primeiro momento recessivo desse padrão, que se articula com uma crise política. Foi, portanto, a decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário no país. Incapaz de oferecer uma saída popular para a crise econômica que se abateu sobre a produção nacional, a burguesia teve que recorrer a um "regime forte", para um regime que possibilitasse uma solução à custa dos trabalhadores. O objetivo das classes dominantes naquele momento era o de reerguer a taxa de lucro à base da exploração dos trabalhadores. Essa foi a palavra de ordem das classes dominantes que deu o sentido ao golpe de abril. A concentração das riquezas, a racionalização das empresas, o aceleração do domínio dos grandes monopólios, com a conseqüente intervenção do imperialismo em maior escala, acompanhavam o processo capitalista no país. Para essa política econômica de defesa do lucro e corte geral dos salários foi necessário um regime político mais opressor e repressivo. Por isso a ditadura aberta não é um fenômeno passageiro na vida brasileira; ela é o resultado de uma política burguesa, quando a burguesia não pode mais exercer a ditadura de maneira velada. Por isso, também, a única saída revolucionária contra essa ditadura era a revolução dos trabalhadores<sup>50</sup>. Para chegar à revolução seria necessária também uma aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo.

Uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo foi proposta pela primeira vez no jornal *Política Operária* de abril de 1962, em sua edição inaugural. Como já foi dito anteriormente, no campo da luta política e ideológica representou uma alternativa à frente única proposta pelo PCB. Unidos, os trabalhadores da cidade e do campo lutariam nos idos de 1962, basicamente, contra a carestia de vida imposta pela inflação crescente dos primeiros anos da década de 1960. Embora seja possível identificar o caráter radical, isto é, revolucionário da proposta na época. O que nos interessa aqui é identificar uma mudança qualitativa na proposta apresentada no *Programa Socialista para o Brasil*. O país em 1967, data da aprovação do programa, já vivia em plena ditadura militar. Nesse sentido, a tática da organização mudou sensivelmente. Agora, a revolução dos trabalhadores, organizados em uma frente e em torno da classe operária – força motriz da revolução para POLOP – passaria pela luta conseqüente contra a ditadura militar. Combater à ditadura através da luta de classes significava confrontar a soma de poderes concentrada nas mãos dos grandes capitalistas e latifundiários. Combater poderes

<sup>49</sup> MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã, 2004, pág. 36.

<sup>50</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). In: *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, págs.118-119.

que eles exerciam através do controle da economia, através dos governantes e dos magistrados que eles colocavam nas câmaras, nos tribunais e nos governos. Somente a destruição desse poder eliminaria a opressão sobre o povo, o recurso da violência sobre os movimentos sociais, a ameaça do fascismo como golpe extremo das classes dominantes. Para isso seria necessário mobilizar as classes cujos interesses estivessem na aniquilação dos grandes exploradores. As classes trabalhadoras da cidade e do campo eram as grandes massas que nada teriam a perder com o extermínio da ordem vigente. Portanto, seria em torno “da classe operária industrial – seu setor mais concentrado e organizado – que as massas exploradas deverão levar a luta contra a ditadura e os seus sustentáculos sociais, formando a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”<sup>51</sup>.

A tarefa principal não só da POLOP, mas dos grupos revolucionários seria o de mobilizar o proletariado no caminho da Revolução dos Trabalhadores pois, esse era o traço que distinguiu a vanguarda operária revolucionária do reformismo pequeno burguês. Para a organização, consequentes com seus objetivos puramente liberais – a “redemocratização” –, os reformistas baseavam sua estratégia em “amplios movimentos de opinião pública”, em “pressões de massa” e em divisões verticais do Exército com setores progressistas contra setores entreguistas. A esquerda revolucionária, entretanto, verificando que a única garantia para a conquista das liberdades para os trabalhadores estava na destruição mesma das bases sociais do golpe, baseava sua luta na revolução dos trabalhadores contra o regime. “Nesse processo a classe operária deve liderar as amplas lutas dos camponeses, dos assalariados em geral, dos soldados e marinheiros, que fazem parte do potencial revolucionário do país”<sup>52</sup>.

A superação da ditadura civil-militar levaria a um governo revolucionário dos trabalhadores. Tal governo seria resultado da frente dos trabalhadores da cidade e do campo. Tendo como missão destruir os pilares da reação, os trabalhadores revolucionários junto com sua vanguarda deveriam tomar as seguintes medidas básicas propostas pela organização:

- Destruição final das atuais forças armadas organizadas para a repressão contra as classes populares; organização de milícias dos trabalhadores.
- Encampação dos monopólios imperialistas e nacionais; planificação dos setores básicos da economia.
- Nacionalização da terra e liquidação do latifúndio; organização de cooperativas, fazendas coletivas e entrega da terra aos camponeses, de acordo com as condições locais.
- Completa liberdade de organização e manifestação para as classes trabalhadoras.

<sup>51</sup>Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, Idem, págs.119-120.

<sup>52</sup> Idem, ibidem, pág. 121.

- Política externa antiimperialista e de solidariedade ativa aos movimentos revolucionários, principalmente da América Latina.
- Retirar dos grandes capitalistas o controle da grande imprensa.
- Convocação de um Congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política do novo regime.
- Medidas drásticas de combate à carestia e de elevação do nível de vida do povo, como confisco dos estoques dos especuladores, controle operário dos preços, elevação geral dos salários e congelamento dos preços.<sup>53</sup>

Embora não descartasse o enfrentamento armado para instaurar um governo revolucionário, parte importante da POLOP tinha reservas quanto ao foco guerrilheiro. Os desdobramentos desse debate serão discutido num outro capítulo.

As tarefas propostas pela PO acompanham a organização em toda sua trajetória, com alguns ajustes táticos, fruto das mudanças sofridas no bojo da ditadura. A formação de um partido independente da classe operária também continuava sendo a tarefa da vanguarda, para que a luta contra a ditadura fosse travada conseqüentemente e sem compromissos, no caminho da revolução dos trabalhadores, para que o processo revolucionário fosse levado até o objetivo da sociedade socialista, era indispensável a hegemonia do proletariado. Para isso era indispensável que o marxismo, a teoria do socialismo científico, penetrasse na classe operária, que se fundisse com o movimento operário existente e guiasse a sua luta. “O partido revolucionário que lidera a classe operária é o resultado dessa fusão da teoria marxista com o movimento operário vivo”<sup>54</sup>.

A contribuição da POLOP, enquanto vanguarda, seria o de acelerar o processo de formação de um partido revolucionário da classe operária. Como partido revolucionário era necessário travar uma luta, junto com outros setores conseqüentes, em três frentes principais: 1) **Luta econômica:** embora representasse uma forma de luta burguesa, visto que objetivava apenas aliviar a classe operária ou parte dela dos excessos do sistema, representa um passo indispensável e inicial para a movimentação

e organização da classe, uma escola para futuras batalhas contra o sistema capitalista em si. Cada campanha salarial, cada greve, cada operação tartaruga é uma luta parcial que servirá ao movimento revolucionário para transformar a solidariedade de classe do proletariado em consciência de classe, isto é, para fazê-lo compreender o conjunto da luta de classes e o seu próprio papel<sup>55</sup>

<sup>53</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, págs.122-123.

<sup>54</sup> Idem, ibidem, págs.123-124.

<sup>55</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 125.

Isso só seria possível mediante a estreita relação entre a luta econômica diária e a luta política.

2) **Luta política:** a luta do proletariado contra a sociedade e instituições burguesas.

A luta política proletária é um constante confronto de classe. A nossa sociedade é burguesa-latifundiária; a nossa classe dominante, a burguesia, aliada ao imperialismo. O sentido da luta política nas nossas condições só pode ser, portanto, de opor o proletariado e seus aliados à burguesia e seus aliados; só será uma luta conseqüente se for travada em torno dos objetivos políticos do proletariado: a destruição do domínio de classe da burguesia e a elevação do proletariado como classe dominante<sup>56</sup>

Mas essa luta, segundo a PO, só seria travada de forma conseqüente por um proletariado livre da tutela ideológica da burguesia e que tivesse assimilado, em diversos níveis a teoria do socialismo científico, do modo em que foi elaborada pelo marxismo-leninismo. 3) **Luta ideológica:** luta contra o impacto da ideologia burguesa exercida diariamente por intermédio dos meios de comunicação – televisão, rádio, jornais, etc. – sobre as massas trabalhadoras, contra os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses que se aproximam da classe operária. A luta também seria travada contra o reformismo e revisionismo do movimento operário que,

em grande parte, são resultados do domínio ideológico pequeno-burguês do passado, e o processo de proletarização de grandes camadas da classe média faz que numerosos quadros políticos cheguem ao proletariado como porta-vozes da ideologia pequeno-burguesa dos mais diversos matizes. Somente a constante luta ideológica, fundamentada na teoria do marxismo-leninismo, pode, de um lado, transformar esses elementos em revolucionários e, de outro, repelir as ideologias pequeno-burguesas que, na prática, visam amarrar novamente o proletariado à política burguesa<sup>57</sup>

O penúltimo ponto abordado pela organização no seu programa para um Brasil socialista foi a formação de uma frente de esquerda revolucionária. A formação de um partido revolucionário baseado nas premissas do marxismo-leninismo prescindia, segundo a POLOP, uma unidade das forças revolucionárias do país. De acordo com seus militantes o

estabelecimento de uma unidade de ação da esquerda revolucionária, em torno de princípios básicos e com fins imediatos de luta contra a ditadura, será um passo decisivo para a mobilização da classe operária. Ao mesmo tempo, essa

<sup>56</sup> Idem, ibidem, pág. 125.

<sup>57</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág.126.

unidade cria condições mais favoráveis para que a linha proletária e revolucionária se apresente com maior impacto na vida nacional: como alternativa ao reformismo dominante<sup>58</sup>

A organização apresentou uma plataforma para a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária, que os distinguiam enquanto revolucionários proletários, com os seguintes pontos:

- reconhecimento do caráter socialista da revolução no Brasil;
- reconhecimento da hegemonia do proletariado e da formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo como premissa da revolução;
- luta por um partido revolucionário que lidere a classe operária, à base da teoria do marxismo-leninismo;
- reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas;
- organização da classe operária nos lugares de trabalho, e desenvolvimento de uma agitação revolucionária na classe<sup>59</sup>

Embora escape do recorte temporal da pesquisa, é possível identificar traços de uma articulação inicial no sentido de uma formação da Frente de Esquerda Revolucionária, que se efetivou em algum nível durante meados da década de 1970. A partir de 1975, ano da primeira publicação da revista *Brasil Socialista* é possível verificar tal afirmação. A revista aglutinou membros da POLOP, como Ruy Mauro Marini e Eder Sader (exilados na época), membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). A revista era editada no exterior, porém tinha circulação aqui no Brasil. Tal articulação se intitulou *Tendência Operária*. Mesmo ganhando certa projeção, a *Tendência Operária* seria desarticulada, fruto das intensas discussões e divergências sobre o debate de como seriam enfrentadas as questões referentes às lutas pelas liberdades democráticas. De um lado,

o MR-8 e a AP-ML, apoiados um pouco mais tarde por uma cisão que surgiu no interior da PO, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), defenderiam intensa e incondicional participação nas lutas que despontavam por liberdades democráticas, com a maior participação possível no jogo institucional-eleitoral, nas margens oferecidas pelo regime, inclusive lançando candidatos próprios, quando as circunstâncias permitissem, sob a legenda do MDB. A questão da hegemonia deveria ser objeto de disputa, e não algo definido previamente, o que estreitaria a *frente*, que deveria ser a mais ampla possível<sup>60</sup>

<sup>58</sup> Idem, ibidem, pág. 126.

<sup>59</sup> Idem, ibidem, págs. 126-127

<sup>60</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da política Operária – POLOP (1961-1986). In: REIS FILHO, D. A. e FERREIRA, J. *Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pág.64

do outro,

A PO não aceitava essas posições. Com o órgão próprio, *Marxismo Militante*, editado também no exílio, denunciava os desvios embutidos nessas propostas, as esquerdas resvalando, mais uma vez para o beco sem saída da hegemonia burguesa. Na segunda metade dos anos 1970, em virtude dessas divergências, e progressivamente, se diluiria no contexto das lutas democráticas a tendência proletária<sup>61</sup>

Permaneceram na PO os mesmo princípios defendidos desde o início da década de 1960. As tarefas da organização ainda consistiam no trabalho político junto a classe operária e a formação de um partido independente da classe. Parece-nos importante abriremos esse breve parênteses sobre essa questão, pois aqui podemos ter uma dimensão do alcance real das idéias da POLOP no campo da esquerda revolucionária brasileira. Portanto, essa foi a breve experiência que podemos chamar de uma Frente de Esquerda Revolucionária.

Voltando à análise do *Programa socialista para o Brasil*, entramos na última seção do documento. Na chamada *guerra revolucionária* a POLOP propõe a organização de um foco guerrilheiro como forma de resistência e liquidação da ditadura. Para a organização, uma das formas “básicas da luta de classe no continente é a guerra de guerrilha travada no campo, que aproveita o potencial revolucionário local como catalisador de um movimento em escala nacional”<sup>62</sup>. Iniciando-se com poucas forças a luta iria desenvolvendo-se a partir das primeiras vitórias, “delineando os objetivos de luta para os trabalhadores do país inteiro”<sup>63</sup>. Nesse sentido, a guerrilha seria uma

forma de combate à ditadura burguesa-latifundiária, mina e desgasta todo o aparelho de repressão, tanto do ponto de vista militar, quanto econômico e político. A guerrilha preenche este papel quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes oprimidas. Para isto, tem que apelar às classes revolucionárias do país, ao proletariado e seus aliados, para a luta comum a ser travada em todas as frentes contra o sistema explorador. Realizando, desde o início, em miniatura, a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final<sup>64</sup>

<sup>61</sup> Idem, ibidem, pág.64

<sup>62</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág.127.

<sup>63</sup> Idem, ibidem, pág.127

<sup>64</sup> Idem, ibidem, pág.128

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro seria colocar-se como uma nova liderança, isto é, uma alternativa revolucionária à ditadura e as classes dominantes do Brasil. Segundo a PO,

O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo. Será essa a nossa contribuição decisiva para a construção de uma nova sociedade no mundo, liberta para sempre da exploração do homem pelo homem. Ao mobilizar os operários sob a bandeira da luta de classes ouvir-se-á, também, dos rincões deste país, o brado de guerra: **Proletários de todos os países, uni-vos!**<sup>65</sup>

O foco guerrilheiro, até o ano de 1967, não foi desenvolvido pela organização. Entretanto, a cisão dentro da organização que ocorreu no referido ano, fez surgir algumas importantes organizações de esquerda armada no país. Da importante seção de Minas Gerais o “racha” cindiram os militantes que formariam os Comandos de Libertação Nacional (Colina), organização que foi a favor das ações armadas imediatas. Os militantes da seção de São Paulo migraram para a Vanguarda Revolucionária Popular (VPR), organização que se formou em torno de ex-militantes do PCB e nacionalistas revolucionários. No último capítulo discutiremos com mais vigor sobre as questões que envolveram a primeira das muitas cisões que a organização sofreu em sua trajetória.

As formulações teóricas da POLOP encontraram terreno fértil na década de 1960, sobretudo nos meios universitários. Ao analisar as formulações teóricas da organização sintetizadas no seu *Programa Socialista para o Brasil* aprovado em 1967 buscamos alcançar um duplo objetivo. O primeiro e mais evidente foi compreender as estratégias e táticas formuladas pela PO – que serão analisadas e destacadas nos próximos capítulos – a partir da sua visão de mundo, isto é, da interpretação da realidade internacional e, sobretudo nacional feita pela organização. O outro, mais secundário, foi identificar aspectos que colocassem a POLOP no cenário da “Nova Esquerda”. Para nós não bastava aderir ao rótulo sem uma análise prévia dos escritos produzidos pela organização. Isso porque não bastava apenas ter posições antistalinistas para ocupar esse espaço. A leitura e análise destes documentos revelaram um

---

<sup>65</sup> Idem, ibidem, pág.128

esforço real da organização em constituir-se enquanto alternativa à esquerda tradicional brasileira. Não só pelas críticas endereçadas à política *reformista e reboquista*, mas também por uma interpretação sólida e inovadora, a partir das premissas do marxismo-leninismo feitas pela organização.



## CAPÍTULO 2

### DO SURGIMENTO AO PRIMEIRO “RACHA”

Neste capítulo iremos analisar a atuação política da POLOP entre os anos de 1961, ano de seu surgimento oficial, até 1967, quando a organização sofre sua primeira cisão. Dividimos cronologicamente esse período em dois momentos: o primeiro compreende os anos de 1961-1964. Nessa fase os grupos políticos de esquerda em geral atuavam com algum nível de liberdade, visto que experimentavam um período “democrático”. A partir de 1964, com o golpe militar, o cerco se fecha e a atuação da organização ganha novos contornos, dramáticos. A clandestinidade e o exílio fizeram parte da trajetória da POLOP nestes anos. Não só isso, houve mudanças sensíveis nas suas estratégias e táticas. Uma das justificativas para essa divisão em dois momentos é captar tais mudanças nas formas de luta adotadas pela PO. A caracterização que a organização fez do golpe e da ditadura civil-militar serão analisadas, pois é a partir daí que foram traçadas novas formas de atuação frente a essa nova conjuntura.

#### 2.1 Atuação nos primeiros anos (1961-1964)

A POLOP surge em 1961 com uma tarefa importante que deveria realizar. Tratava-se de ajudar a construir um partido independente da classe operária e lutar contra o reformismo e os ideais burgueses e pequeno-burgueses que se encontravam amplamente difundidos nos movimentos dos trabalhadores, de acordo com a organização. Para isso não bastava somente o trabalho junto à classe nos sindicatos, movimento de massas, movimento estudantil, etc. Era necessário um instrumento de luta ideológica. Foi com essa intenção que foi criado o periódico “Política Operária” (de onde derivou a sigla POLOP) a sua principal publicação.

“Política Operária”, que circulou como boletim antes da fundação oficial do grupo, depois como jornal mensal, a seguir como revista (1963), posteriormente como jornal semanal de janeiro de 1964 até o golpe e, clandestinamente, daí até a desestruturação do grupo em 1984<sup>66</sup>

A luta no campo ideológico não excluía a atuação junto aos trabalhadores. Pelo contrário. Fazia parte do trabalho político realizado pela organização. Em seu trabalho sobre a

---

<sup>66</sup> LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária: A quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. UFF: Niterói, 1992, pág.35

POLOP Oliveira<sup>67</sup> divide a atuação política da organização em dois momentos: num primeiro momento a organização tratou de fazer a luta no campo ideológico, sobretudo combatendo as teses do PCB. Somente após travar essa luta e marcar sua concepção nos círculos de esquerda foi que a POLOP passou a atuar diretamente junto à classe trabalhadora. Para nós a luta na esfera ideológica, além de fazer parte do que entendemos como atuação política foi exercido concomitantemente aos trabalhos nos meios sindicais, nos movimentos de massa e no movimento estudantil.

O periódico *Política Operária* foi organizado pela PO em quase toda sua trajetória e representou um importante instrumento para a organização. Sobre o jornal, três características são importantes: 1) o caráter e função do jornal; 2) qual o público a ser atingido; 3) sua linguagem, como último requisito de análise. Vejamos o que a organização pensava sobre a circulação de um jornal e seus objetivos. Sobre o caráter, tratava-se de um jornal operário. O lançamento de um jornal não era apenas para que a organização contasse com um órgão próprio de divulgação. Ele era um dos objetivos da mesma. Outro, porém, e da maior importância segundo a POLOP, era o de atingir todo um setor do movimento de massas, que não encontrava na imprensa de esquerda eco e orientação para suas lutas: o movimento operário. O jornal era, pois, basicamente, um jornal operário, o “que não quer dizer que seja um órgão sindical, visto que busca exprimir, sobretudo, o aspecto político da luta operária e trazer-lhe a informação precisa, mas orientada, de tudo que lhe diz respeito na política nacional”<sup>68</sup>

A organização teve de lidar com algumas dificuldades práticas na sua intervenção junto aos trabalhadores. Se tratando de um jornal operário, não era, entretanto, um jornal de massa. Isto, antes de tudo, por uma questão imediata, isto é, de recursos. A POLOP era forçada a tirar um semanário, e não um diário; um tablóide de doze páginas e não um tamanho normal de vinte. Ao invés de um milhão de exemplares, vinte mil. Mas, também, em função da hierarquia de tarefas que a organização enfrentava, o primeiro alvo era, não a massa operária desorganizada, “mas o movimento operário organizado nos sindicatos; não toda a massa sindicalizada, mas a sua vanguarda eficiente e combativa”<sup>69</sup>. Essa vanguarda não poderia ser confundida com a liderança sindical, pois era nesse círculo que o peleguismo, e o reformismo campeiam mais livremente. A vanguarda operária era constituída pelos quadros médios do movimento sindical, isto é, pelos delegados sindicais, membros de conselhos operários,

---

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista*. Dissertação de mestrado. Araraquara, 2007.

<sup>68</sup> *O que é o jornal*, 1964, mimeo, pág.1, CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>69</sup> *O que é o jornal*, 1964, mimeo, pág.1, CEDEM, Fundo POLOP.

militantes anônimos que animam e impulsionam a vida sindical e a luta nas fábricas, nas greves, etc. Era a essa vanguarda politizada, mas não “corrompida”, que a POLOP se dirigia. Era ela que permanecia “sem qualquer recurso publicitário capaz de manifestar seus interesses e de elevar seu nível de consciência”<sup>70</sup>

Sobre a linguagem, a organização alertava que, em primeiro lugar, tratava-se de colaborações para um jornal, e não para uma revista. As grandes pinceladas, os quadros teóricos de análise e interpretação, teriam de ser substituídos pelo dia-a-dia do movimento operário e da vida política, pois já não se tratava de teorizar simplesmente, mas de mostrar que, na prática diária, os fatos davam razão e consistência a linha política adotada pela POLOP, a qual impunha ao proletariado a meta suprema da revolução. Em segundo lugar, eram colaborações a um público operário, dotado de certa consciência política. Isto significava que a linguagem teria de ser acessível, embora não precisasse torna-se popularesca. As análises deveriam fugir ao complexo, sem perder a precisão. Nesse sentido, os militantes da POLOP, relembram a crítica feita por Lênin aos que, alegando necessidade de clareza e simplificação, serviam material de segunda qualidade às massas. Para a organização o intelectual marxista que se dirige aos operários deveria dar-lhes o melhor de que eram capazes, preocupando-se “apenas em suprimir os cacoetes “intelectualóides”, próprios de pequeno-burgueses”. Em terceiro lugar, as colaborações deveriam limitar-se ao pouco espaço de que gozavam e não perder de vista que um jornal

semanal nos liberta da ansiedade de dizer tudo de uma vez só, que nos caracterizava quando fazíamos revista; notícias em uma lauda datilografada (sempre em espaço três), reportagem de uma a três laudas, artigos nunca superiores a cinco. Tais medidas podem servir de indicação<sup>71</sup>

A experiência de lançar revistas mostrou, nos parece, a pouca eficiência desta, pois sua linguagem era bastante acadêmica, caracterizada pelos grandes quadros teóricos, atingindo somente uma parcela do movimento estudantil e alguns círculos de intelectuais. A revista mostrou-se distante da realidade e da luta diária dos trabalhadores. A edição de um jornal semanal possibilitou à organização a ampliação do seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, estar mais próximo e presente no cotidiano dos operários, denunciando as políticas burguesas do governo, apoiando e fazendo críticas a movimentos grevistas em todo o país e difundindo o caráter socialista da revolução brasileira, em contraponto ao reformismo de setores da esquerda.

---

<sup>70</sup> Idem, ibidem, pág.2

<sup>71</sup> Idem, ibidem, pág.2

Tudo isso com uma linguagem bem mais simples que a apresentada em suas revistas. Entretanto, na prática, o problema não foi apenas de recursos e a linguagem do jornal. O fato era que as questões debatidas no periódico não eram atrativas para as massas tanto pelo seu conteúdo quanto pela sua forma. Isto não significa, porém, que as questões debatidas não fossem importantes, mas o fato é que a POLOP foi muito mais eficiente no debate nos círculos de esquerda e dentro das universidades, onde se encontravam os setores mais intelectualizados, do que nos movimentos de massa, nos sindicatos e nas fábricas e isso, nos parece, tem relação com a falta de sintonia entre o trabalho de militância da organização, isto é, sua pouca inserção nos sindicatos, nas fábricas e nos movimentos de massa.

Em 1962 a organização apoiou a candidatura de Cid Franco para o governo do Estado de São Paulo. Cid Franco saiu naquela ocasião como candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, além de ter sido apoiado pela PO, também o foi pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Aquela situação representou um passo importante na formação de uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo, embora as Ligas Camponesas não tivessem se pronunciado sobre tal candidatura, na avaliação da organização. Quem também não se pronunciou foram o PCB e a ala de esquerda do PTB. A POLOP entendia o silêncio desses partidos atrelado a uma tradição eleitoral de votar nos candidatos burgueses “menos ruins”. Segundo eles, esse era

o caso do Partido Comunista Brasileiro, que encontra, entretanto, a ocasião para romper com a tradição dos apoios aos candidatos burgueses “menos ruins” e para desempenhar o seu papel num movimento de classe. O mesmo ocorre com a ala de esquerda e sindical do Partido Trabalhista Brasileiro, que aspira a representar interesses proletários<sup>72</sup>

A organização decidiu apoiar a candidatura de Cid Franco para o governo de São Paulo por ver nela uma possibilidade real de mobilização das massas operárias da cidade e dos trabalhadores do campo contra as candidaturas burguesas e latifundiárias. Ao contrário das candidaturas tidas como burguesas pela POLOP, seus militantes achavam que uma candidatura que pretendia servir de veículo para o amadurecimento das massas não poderia consistir em um simples “desenrolar de promessas eleitorais e de apresentação de soluções de cima para baixo, mas sim na apresentação de um programa de reivindicações e de ações políticas das próprias massas”<sup>73</sup>. A PO esperava que essa plataforma fosse elaborada conjuntamente com todos os organismos que apoiavam a candidatura de Cid Franco.

---

<sup>72</sup>São Paulo Ensaia a Frente Única dos Trabalhadores. *Jornal Política Operária* nº3, maio de 1962, pág. 2.

<sup>73</sup>São Paulo Ensaia a Frente Única dos Trabalhadores. *Política Operária* nº3, maio de 1962, pág. 2

A POLOP tentou nessa candidatura colocar em prática sua tática de formar uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. Também procurou participar, através da via eleitoral, da construção de um programa de reivindicações junto às massas, caso fosse eleito Cid Franco. Mas, vale dizer, que a organização não via o processo eleitoral como a forma de transformar o sistema do país. Assim,

O que distinguirá uma política operária de uma política burguesa não serão as ideias “mais avançadas” dos portadores daquela. O que distinguirá uma política operária de uma política burguesa é a maneira mesma de utilizar as eleições. Não diremos ao povo o que faremos “se formos eleitos”. Diremos o que é preciso que o próprio povo faça. Veremos as eleições como um momento na organização das massas que se preparam para transformar o regime e dirigir seus próprios destinos. Por isso é mais do que nunca necessário distinguirmo-nos das posições burguesas. É preciso mostrar claramente um programa socialista e mobilizar o povo transcendendo o episódio eleitoral<sup>74</sup>

As eleições seriam, em sua visão, apenas um instrumento de aglutinação, que não teria nenhum sentido sem um programa socialista. No mesmo número desse jornal a PO criticou propostas de voto em branco no momento em que candidaturas importantes se lançavam.

Importante também foi a atuação do conhecido militante da POLOP, Luiz Alberto Moniz Bandeira, que foi “o principal elo entre os trabalhistas de esquerda e a organização, uma vez que era assessor político do Deputado Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara dos Deputados e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista.”<sup>75</sup>. Na publicação do primeiro número do seu jornal a POLOP tinha feito um apelo para unir as forças de esquerda numa “Frente de Esquerdas” que lutaria pela formação de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Na ocasião o chamado da POLOP causou reações das mais diversas. O PCB em oposição a proposta apresentada pela PO lançou um artigo em fevereiro de 1962 no periódico *Novos Rumos* com o título “frente das esquerdas ou frente única nacionalista e democrática”. Exatamente três meses após a primeira publicação, o segundo exemplar do jornal *Política Operária* trouxe depoimentos dos deputados Sérgio Magalhães do PTB e Almino Afonso da bancada trabalhista da Câmara Federal apoiando as propostas da PO. Sérgio Magalhães, em entrevista concedida à organização dizia que “torna-se inadiável a formação de uma frente única de todas as forças de esquerda frente à atual crise que atravessa o país”<sup>76</sup>. Ele

<sup>74</sup> As Esquerdas e as Eleições. *Política Operária* nº3, maio de 1962, pág.11

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista*. Dissertação de mestrado. Araraquara, 2007, pág. 80.

<sup>76</sup> *Frente Única – Frente de Classe*. In: *Jornal Política Operária* nº2, abril de 1962, pág.2.

completava dizendo que a frente única “deverá constituir-se à base de um programa comum de ação, colocando na ordem do dia as reivindicações fundamentais do povo trabalhador das cidades e dos campos”<sup>77</sup>. O deputado Almino Afonso também demonstrou o seu apoio à POLOP. Nas suas palavras a frente única era “uma necessidade dentro do regime democrático, de modo que o povo não se limite a opções meramente de nomes, mas ao invés, se defina em termos de programa que melhor expresse as suas reivindicações”<sup>78</sup> e ele concluiu: “(...) Louvo, pois, a iniciativa do grupo “Política Operária” e faço votos para que realmente se venha a verificar a união das forças de esquerda, sobretudo diante da ameaça da reação, cada vez mais agressiva contra o povo”<sup>79</sup>.

No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte a PO marcou suas posições revolucionárias. O congresso contou com cerca de 1500 delegados e 3000 camponeses, segundo dados da organização. Duas tendências estavam postas. De um lado, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), com a liderança do militante do PCB Lindolfo Silva, com um discurso reformista sobre a reforma agrária. Do outro, apoiado pela PO e apresentado pelas Ligas Camponesas havia um discurso mais radical sobre a reforma. Ao final do congresso os resultados foram no sentido de uma reforma radical. Uma declaração final aprovada por unanimidade pelo plenário e apresentada na forma de tese pela ULTAB consagrou a urgência de uma reforma radical. Lá também foi aprovada a proposta para que fosse realizado em Goiânia o I Congresso Nacional de Operários, Estudantes e Camponeses. Uma moção apresentada pela União Nacional de Estudantes (UNE) e pela União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES). A moção aprovada continha dois pontos e uma proposta, que também foi aprovada.

1) Tendo em vista a necessidade urgente de reforma agrária radical, já que a atual estrutura no campo é responsável pela miséria, ignorância e fome no país. 2) Tendo em vista que a efetivação de uma Reforma Agrária só é possível mediante uma ação dos trabalhadores da cidade e do campo e outras forças populares, como os estudantes;

**PROPOMOS:**

A realização do I Encontro de Operários, Camponeses e Estudantes com encerramento no dia 1º de Maio em Brasília, para constituição real dessa aliança, considerando-se que a libertação do camponês está ligada intimamente à libertação dos seus companheiros operários<sup>80</sup>

<sup>77</sup> Idem, ibidem, pág.2.

<sup>78</sup> Idem, ibidem, pág.2

<sup>79</sup> Idem, ibidem, pág.3

<sup>80</sup> *Reforma Agrária ou Revolução no Congresso dos Camponeses*. In: *Jornal Política Operária* nº2, abril de 1962, pág.2.

Segundo o deputado Francisco Julião, uma das lideranças das Ligas Camponesas, em entrevista à Política Operária o Encontro teria como objetivo a elaboração de uma plataforma de reivindicações.

A POLOP também esteve presente na rebelião dos sargentos em setembro de 1963, em Brasília. A orientação da organização foi no sentido de aliar suas forças com os movimentos de massa. Assim “a consequência mais importante do levante de Brasília foi estreitar sua aliança com os movimentos de massas, no esquema da frente de Mobilização Popular”<sup>81</sup>.

A organização também teve sua atuação nos sindicatos, embora de forma restrita nesses primeiros anos. Otavino Alves da Silva, marceneiro, militante da POLOP falou sobre a participação da organização nos sindicatos. Segundo ele,

o Eric dava assistência aos têxteis do Rio e o Eder aos gráficos de São Paulo. No Sindicato dos Marceneiros, tínhamos *O Serrote*, um boletim que tratava dos problemas da categoria. (...) O Serrote chegava todas as segundas-feiras nas marcenarias. Conseguimos organizar um grupo de uns cinquenta marceneiros, distribuídos nas várias fábricas<sup>82</sup>

A organização esteve presente no primeiro encontro sindical que deu origem ao Comando Geral dos Trabalhadores<sup>83</sup> (CGT), que mais tarde se transformaria em uma confederação.

Nos movimentos de reivindicação no campo a inserção da PO foi mais restrita. A organização teve uma ligeira aproximação com os movimentos sociais no campo em Minas Gerais, através das Ligas Camponesas.

Já no movimento estudantil a POLOP teve uma inserção bastante significativa nos primeiros anos de sua atuação. Do ponto de vista da organização, o movimento seria importante para acelerar o processo revolucionário, porém isso só iria acontecer se houvesse uma aproximação das pautas estudantis com a luta dos trabalhadores da cidade e do campo. Aluísio Leite Filho (às vezes Aluísio assinava seus textos com o pseudônimo de Luis Cayo) era a figura de destaque da PO no movimento estudantil. A POLOP chegou a disputar a presidência da UNE nos primeiros anos da década de 1960, coligada com a AP e contra o PCB. Em São Paulo tinha uma base bastante sólida nos diretórios de Filosofia da USP, em Economia e na Politécnica<sup>84</sup>.

<sup>81</sup> *O movimento dos sargentos e o avanço da luta de classes*. In: *Jornal Política Operária*, n° 8, janeiro de 1964, pág.3

<sup>82</sup> POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. In: *Revista Teoria e Debate* n°24, 1994.

<sup>83</sup> Idem. Sobre este episódio ver também OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista*. Dissertação de mestrado. Araraquara, 2007, pág. 82. Em entrevista concedida a autora, Theotônio dos Santos também confirma a participação da organização no evento.

<sup>84</sup> Informações dadas por Ceici Kameyama. Ver OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista*. Dissertação de mestrado. Araraquara, 2007, pág. 80.

Em proposta para o terceiro congresso, que aconteceu em 30 março de 1964, dias antes do golpe, a POLOP culpava o PCB e sua política que levou à derrota da esquerda. No mesmo documento a organização fez uma avaliação positiva da sua atuação nos primeiros anos da década de 1960. Tendo como base quatro estados em sua fundação, a PO contaria em 1964 com seis bases. O crescimento da organização em militantes e de suas bases regionais era fruto do seu trabalho político, sobretudo nos círculos de esquerda e no movimento estudantil. A POLOP participou do II Congresso dos Trabalhadores de Brasília, no Encontro Camponês de Goiânia e no Congresso da CUTAL. Outro aspecto importante foi o lançamento do jornal. No movimento estudantil os trabalhos também iam bem, entretanto caminhava a passos lentos, pois a tradição reformista e domínio ideológico do PCB se faziam presente. O alinhamento da POLOP com os movimentos ainda não havia acontecido de forma satisfatória. Na avaliação da organização o fato de constituir-se como um grupo pequeno, “sobretudo com a predominância de quadros pequeno-burgueses” poderia tornar a POLOP em uma seita. Segundo a organização essa tendência implicaria na sectarização da sua linha política. Isto se dava por duas razões:

primeiro, porque, desligados da massa, seus membros perdem a noção do real, deixam se influenciar por seus desejos subjetivos, estimulados pela unanimidade de opinião que prevalece no pequeno círculo em que se movem; segundo, porque a palavra de ordem mais correta torna-se absurda se não é compreendida e aceita pela massa<sup>85</sup>

Na conjuntura pré-golpe a organização resolve intensificar seu trabalho junto à classe operária e os movimentos de massa, porém o golpe e a consequente mudança na conjuntura fez com que a PO fosse obrigada a mudar suas estratégias e táticas, dificultando ainda mais sua tentativa de inserção nos movimentos sociais, nas fábricas e nos sindicatos.

## 2.2 A POLOP e o golpe de 1964

Alguns anos antes do golpe militar já era possível identificar em alguns círculos de esquerda uma interpretação que apontava num futuro próximo um possível golpe empreendido pela burguesia brasileira. A Liga Socialista Independente (LSI) em 1958, através do seu periódico *Ação Socialista* já alertava a sociedade para o risco de uma ditadura bonapartista. Para o PCB a crescente insatisfação com o governo de João Goulart nos setores mais conservadores da sociedade brasileira era preocupante. Desde a sua posse a contestação já

---

<sup>85</sup> *Propostas para o 3º congresso*, pág.4. Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), Fundo POLOP.



estava sendo forjada. O imperialismo e seus aliados internos – setores mais conservadores – eram a grande ameaça para o Partido Comunista. O comprometimento do presidente com a frente nacionalista tornava a ameaça mais perigosa. Entretanto, o PCB parecia acreditar que o projeto golpista seria derrotado ainda em sua fase inicial pela mobilização popular juntamente com alguns setores militares, que já havia dado provas de seu apreço à legalidade<sup>86</sup>.

Para a POLOP o quadro político no início dos anos 60 apresentava-se bastante diferente do pintado pelo PCB. Diversas tendências da classe dominante arquitetavam suas próprias alternativas golpistas, porém não só a direita. Setores ligados a João Goulart vislumbravam, através da “frente ampla”, que os poderes do presidente fossem aumentados para assim constituir-se em um governo forte. Em sua 13<sup>o</sup> publicação, dias antes do golpe, a POLOP convocava os trabalhadores ao comício com a seguinte chamada: TRABALHADORES AO COMÍCIO: FRENTE DE CLASSE CONTRA AMEAÇA DE GOLPES. No jornal não encontramos mais detalhes sobre esse comício, mas tudo indica que ele foi realizado contra o pedido de autorização feito pelo presidente João Goulart ao Congresso para decretar estado de sítio por 30 dias. Coelho chama a atenção para o fato de que o título da convocatória feita pela PO falava em “golpes”, no plural. A POLOP iria para o comício para negar seu apoio a qualquer golpe.

Nós vamos ao comício para deixar bem claro que a classe operária se oporá a qualquer golpe, venha de onde vier, pois um golpe vitorioso, seja ele da direita ou com aparências populistas acabará colocando os trabalhadores sob permanente estado de sítio, a mercê de maior exploração pela classe dominante<sup>87</sup>

Caso viesse a acontecer, em qualquer dos dois cenários, o golpe resultaria de uma opção política da própria classe dominante, mais especificamente da burguesia industrial brasileira, “e não de uma reação movida contra ela pelo imperialismo e seus sócios”<sup>88</sup>.

Em 1962 foi publicado o livro intitulado “*O caminho da Revolução Brasileira*” escrito pelo então militante da POLOP, Luiz Alberto Moniz Bandeira, um dos mais importantes teóricos da organização. Esta brochura circulou amplamente entre os seus militantes, visto que

---

<sup>86</sup>COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar. IN: MATTOS, Marcelo Badaró, VEJA, Rúben (orgs.) *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

<sup>87</sup> *Política Operária*. n.13, março de 1964. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>88</sup> COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar. IN: MATTOS, Marcelo Badaró, VEJA, Rúben (orgs.) *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

fez parte do curso básico da POLOP, mesmo depois do rompimento do militante com a organização, em 1965. Nela já podemos encontrar uma análise consolidada sobre o golpe como uma alternativa política da classe dominante brasileira. Embora o tema central do livro não seja o golpe – o texto faz uma ampla análise da crise brasileira – pode-se identificar tal aspecto. Em meio a uma forte crise econômica instaurada no país a partir de 1961, Moniz Bandeira identifica a falta de capacidade da burguesia nacional em dar uma solução para a crise. A incapacidade da nossa burguesia em solucionar tal problema abria o caminho para o bonapartismo, segundo o militante. Nesse sentido,

Nenhum setor da classe dominante estava em condições de impor sua solução para a crise e nem, por isso mesmo, de conquistar a unidade em torno de uma candidatura burguesa única. Jânio Quadros fracassou em seu intento de credenciar-se como árbitro bonapartista. João Goulart e sua política de conciliações não terá melhor sorte<sup>89</sup>

A partir de 1965 a POLOP começou a produzir informes políticos sobre a conjuntura. Eram textos pequenos – a grande maioria tinha duas páginas – que por vezes caracterizavam e denunciavam a fase oculta da ditadura. No Informe Nacional número 5, de novembro de 1965, a organização identificou na aplicação do Ato Institucional (AI) n.2 uma síntese das contradições internas das facções da classe dominante brasileira. Portanto,

o choque que se trava, portanto, constitui, em última análise o conflito entre a democracia burguesa (os militares voltam para os quartéis para serem usados pelas classes dominantes torna necessário reprimir a massa) e a ditadura militar (quando os militares usam diretamente o poder sem prestar contas formais às classes dominantes). Trata-se, assim, de um conflito interno do sistema<sup>90</sup>

Segundo a PO, ao mesmo tempo em que reprimia os movimentos sociais e a militância de esquerda, o governo tentava ampliar sua influência nas classes dominantes e nos movimentos sindicais enquadrados no regime. Mesmo a contragosto, Castelo Branco assinou o AI n.2 agradando assim a extrema direita, que constituía um importante pilar do regime. A tática nos primeiros anos era lutar e mobilizar a classe trabalhadora para garantir a posse dos eleitos e impedir uma nova investida golpista, preparando assim a continuidade da luta e o consequente desmascaramento da “legalidade” de Castelo branco.

---

<sup>89</sup> COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar. IN: MATTOS, Marcelo Badaró, VEJA, Rúben (orgs.) *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

<sup>90</sup> *Informe Nacional* n.5, novembro de 1965, mimeo, pág.1. CEDEM, Fundo POLOP.

Chamada pela organização de “oposição de fachada” o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não se apresentava de fato como uma oposição contra a ditadura, em sua avaliação. Tratava-se apenas de “alguns setores que não encontraram vaga na Arena oficial”. Portanto, cabia a esquerda brasileira ocupar o lugar vago de oposição política à ditadura, fundando-se nos interesses das classes trabalhadoras. Para isso, porém, não bastava apenas levantar bandeiras contra a política econômica antipopular, pela liberdade de associação dos trabalhadores, pelas manifestações, contra o domínio do imperialismo e a exploração do latifúndio. A esquerda precisava de unidade revolucionária como importante passo para a organização do povo “para sustentar a insurreição que, só ela, poderá abrir caminho para a libertação das classes exploradas no país”<sup>91</sup>. Entretanto, a POLOP não conseguiu sustentar essa unidade nem mesmo de forma interna, em 1967 sofre o primeiro “racha”, mas voltaremos a essa questão mais tarde.

Cerca de um ano após o golpe militar no Brasil, em junho de 1965, reaparece Política Operária enquanto jornal impresso. Para a organização o momento era bastante oportuno, pois havia um movimento de reerguimento das forças revolucionárias. Nas primeiras manifestações populares contra a política econômica, contra as perseguições políticas, contra o envio de tropas à República Dominicana e nos primeiros ensaios de luta armada contra o regime era possível sentir a presença política de uma nova liderança que apontava “para a massa o caminho da luta revolucionária”<sup>92</sup>. Para a POLOP essa nova liderança de esquerda se fortaleceu pela confirmação de sua linha de atuação provada com a consumação e o desenvolvimento do golpe militar.

o recuo inevitável da burguesia e seu apoio a um “governo forte” para fazer frente às reivindicações dos trabalhadores, a consolidação da unidade entre burguesia, latifúndio e imperialismo, a inviabilidade do caminho pacífico: os fatos decretaram a falência política reformista que pôs o movimento operário a reboque da burguesia, desarmando-o ante a reação recente<sup>93</sup>

A PO aumentou, sobretudo nos primeiros anos da ditadura, o número de militantes e simpatizantes, principalmente no meio estudantil. Isto se deve em parte pelas críticas feitas à política reformista e “reboquista”, isto é, que levava a classe trabalhadora a lutar por interesses

<sup>91</sup> *Informe Nacional* n.7, dezembro de 1965, pág. 2, CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>92</sup> *Política Operária* n.14. Junho de 1965, CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>93</sup> *Idem*, *ibidem*.

que não eram os seus de fato, mas sim da classe dominante. Esta política era praticada por parte da esquerda e a classe trabalhadora estava de alguma forma ligada a esta tradição de luta.

No meio sindical ocorreram mudanças significativas desde o golpe militar de abril de 1964. Era necessário fazer uma avaliação segura para dar prosseguimento na luta política. Logo depois de desfechado o golpe era possível sentir o esvaziamento no movimento operário brasileiro. Para a POLOP o problema tinha duas questões centrais. Em primeiro lugar, nem o recesso havido e o conseqüente abatimento da classe operária brasileira, que eram fatos conjunturais, mudavam uma constatação da sociedade brasileira: não haveria processo revolucionário efetivo no país senão sob a hegemonia da classe operária. Segundo, o reerguimento da classe operária e sua capacitação política dependeriam do árduo e contínuo trabalho da vanguarda revolucionária no seio da classe operária, acompanhando suas lutas imediatas e elevando seu nível de consciência. Portanto, era necessário conhecer concretamente as condições atuais do movimento sindical. Segundo a PO,

o golpe de abril determinou uma série de modificações nas relações entre a classe operária, suas organizações, e o Estado brasileiro. A verificação específica dessas modificações nos levará a uma compreensão melhor do nível atual de luta operária e de nossas tarefas atuais<sup>94</sup>

A política salarial do governo era denunciada pela POLOP. A desvalorização do salário dos trabalhadores e uma cláusula que afirmava reajustes salariais acima da orientação do governo não seriam computados para o cálculo do aumento dos custos de produção, todas essas medidas visavam o rebaixamento das rendas dos trabalhadores e eram expostas pela organização. Com base em cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a organização tentava demonstrar ao trabalhador a farsa da política econômica imposta pela ditadura, que afirmava que houvera uma diminuição no aumento do custo de vida da população. De maneira bastante simples a organização demonstrava a partir desses dados – mesmo os questionando acerca de sua veracidade – que de nada importava se os preços não subiram tanto como no ano anterior, pois os salários haviam caído ainda mais. A denúncia dessas políticas impostas pelo governo era a tentativa da POLOP em se inserir na luta cotidiana dos trabalhadores, fazendo o trabalho de agitação e propaganda política. Ao passo que essas lutas imediatas, sobretudo as que diziam respeito à aumento salarial e contra a sua

---

<sup>94</sup>Política Operária n.14. Junho de 1965, CEDEM, Fundo POLOP.

desvalorização, faziam parte do amadurecimento da classe operária que a organização tanto se empenhava em acelerar.

As greves em 1965 haviam declinado bastante em números. As paralisações dos serviços diminuíram drasticamente, pois a legislação sobre as greves, na prática, representou uma lei anti-greve. A lei 4330 de junho de 64, que regulamentava as greves, determinava uma greve ilegal uma vez declarado o dissídio. Como o dissídio – regulamentado pela lei 4725 – já tinha prefixado seu ajuste, a greve perdia todo o seu sentido, uma vez que não poderia ser mais utilizada como instrumento para negociar salários mais justos. Somado a isto havia a forte intervenção nos órgãos da classe trabalhadora e “o desmantelamento de suas cúpulas através de perseguições, prisões e torturas”<sup>95</sup>. Neste novo cenário não havia, segundo a POLOP, “uma nova organização para enfrentar a luta nas novas condições”<sup>96</sup>.

Mesmo com os sindicatos cada vez mais vazios, resultado das prisões, intervenções e ocupações militares, a estabilização econômica e social pretendida pelo governo não se efetivou. Por isso eram necessários sindicatos controlados, despolitizados e divididos, mas que guardassem alguma representatividade afinal

ainda é principalmente através deles que as classes dominantes controlam as classes trabalhadoras (elas preferem “permitir” que o proletariado faça suas reivindicações dentro de órgãos que “respeitem as regras” do jogo burguês, do que deixá-lo entregue a ações “longe de seus olhos”)<sup>97</sup>

Segundo a POLOP, a essência da promulgada portaria 40, que estabeleceu normas para as eleições sindicais, era de tornar os sindicatos a imagem e semelhança da ditadura civil-militar. Estabelecimento de cassações, necessidade de atestados do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), atestado de fidelidade ao que eles chamavam de “regime democrático” e outros “abortos” fascistas eram as armas de defesa dos patrões e pelegos. Realizadas as eleições sindicais haveria quatro resultados possíveis para os militantes da POLOP. 1) Vitória das chapas de esquerda, vencendo todas as perseguições e obstáculos e começando um movimento, ainda tímido, de medidas contra a ditadura e iniciam a reorganização nas empresas. 2) Vitória das chapas de conciliação. Imobilizadas, iriam a reboque dos acontecimentos, como pelegos aplaudiam o governo e faziam críticas com meias palavras. 3) Vitória das chapas de direita, aproveitando-se das pressões policiais e da legislação em vigor. 4) Manutenção das

---

<sup>95</sup> Informe Nacional n.18, Março de 1966, pág.2. CEDEM, Fundo POLOP

<sup>96</sup> Idem, ibidem.

<sup>97</sup> Idem, ibidem.

intervenções devido ao receio das eleições. De acordo com a organização, de um modo geral, a maioria das direções sindicais procurava se apoiar nos agentes da ditadura, mas a base de apoio desses chamados “novos pelegos” era bastante frágil, pois enquanto os antigos pelegos (getulistas) contavam com o apoio de uma classe com baixo nível de consciência de classe, os novos contam com a timidez da classe “cujo o grau de consciência, embora ainda baixo, reflete o amadurecimento que lhe trouxeram as lutas do período passado”<sup>98</sup>.

As tarefas da vanguarda operária seriam

em primeiro lugar, é necessário que a reorganização da classe se faça pelas bases, nos locais de trabalho. Reunindo os trabalhadores mais combativos da empresa, dando-lhes a função de coordenar as lutas locais, levar os trabalhadores da empresa a lutarem no sindicato, dar formação política aos outros e fazer propaganda da luta geral contra a ditadura, estaremos lançando uma base para uma oposição efetiva e de classe contra o regime. Em seguida será preciso tratar da unidade sindical em torno da luta intransigente contra a política econômica e sindical da ditadura<sup>99</sup>

Para que a classe trabalhadora se tornasse uma força social capaz de mudar o panorama político nacional, a vanguarda marxista deveria persistir em seu trabalho cotidiano ao mesmo tempo em que estaria criando uma nova liderança revolucionária no proletariado.

Até agora apresentamos alguns informes e balanços políticos produzidos pela organização, mas que ainda não representavam de fato uma interpretação da ditadura civil-militar no Brasil. O primeiro documento que apresenta uma análise mais extensa sobre a ditadura foi o *Classe e Estado, Democracia e Ditadura*. Escrito por Eric Sachs em 1967, por ocasião das discussões em torno da elaboração de um Programa Socialista para o Brasil e do seu IV congresso. O texto circulou entre militantes da esquerda revolucionária como documento interno da POLOP. Os debates ocorridos na fase preparatória do congresso intensificaram a luta interna que culminou no primeiro racha da organização após seu congresso. Trataremos dessa questão em outro momento.

Para definir o que seria uma democracia Sachs retoma as discussões feitas por Lênin, que ressaltava que a democracia é uma forma de Estado. A concepção de Estado tomada na forma clássica do marxismo, isto é, enquanto instrumento de dominação de classe foi reafirmada pelo militante. De acordo com Sachs, a república democrática parlamentar seria a forma mais adaptada ao domínio da burguesia por dois motivos. Em primeiro lugar, a burguesia

---

<sup>98</sup> Informe Nacional n.18.março de 1966, pág.2. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>99</sup> Idem, ibidem, pág. 2.

manda, em virtude do seu poder econômico, representantes para o parlamento, os quais defendem os seus interesses imediatos na legislação. O exercício do poder pelo parlamento significa, portanto, o exercício direto do poder pela burguesia. “a democracia parlamentar burguesa significa, portanto, a ditadura direta da burguesia, que não precisa de intermediários para governar”<sup>100</sup>. Em segundo lugar, o sistema democrático e suas regras permitem que a ditadura não apareça abertamente, mas sim de um modo velado. “as eleições, os debates parlamentares, etc., escondem do grande público o caráter de classe do Estado. Diminuem os pontos de atrito criados pela ditadura da classe dominante. Permitem mudanças de governo sem arriscar o sistema de governo”<sup>101</sup>. As regras do jogo parlamentar ainda oferecem outros recursos à classe dominante. A divisão do órgão legislativo em duas câmaras (Câmara e Senado) e a costumeira divisão em três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário “asseguram o funcionamento da ditadura velada, mas direta, da burguesia na república democrática”<sup>102</sup>.

Sachs ainda lembra no texto que a recuperação dessa caracterização de democracia, que foi formulada no século XIX pelos clássicos do marxismo, foi abandonada pelos reformistas que passaram a lutar dentro dos limites do Estado democrático burguês, almejando o caminho pacífico da revolução. Os leninistas, revolucionários, desmascaravam a democracia como ditadura de classe, embora reconhecessem que a liberdade de organização e ação, maior nos regimes democráticos do que nos regimes fechados, não poderia ser esquecido. Quando a democracia não serve mais aos seus fins imediatos, a máquina estatal, o exército, a polícia, a burocracia, permitem a ela “abandonar as aparências e escolher o caminho da ditadura militar”<sup>103</sup>.

Sachs descreve três formas de ditadura abertas e indiretas da burguesia. A primeira é forma apresentada pelo autor é o bonapartismo, estudado por Marx no livro “*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*”. Ameaçadas pelos efeitos devastadores da crise econômica e política que não podiam mais controlar, as facções da classe dominante francesa entregam o poder a Luís Bonaparte em troca de repressão aberta contra as massas populares. Sendo assim, a classe dominante sacrificava seus partidos e representantes parlamentares, privando-os dos instrumentos imediatos do poder. Neste sentido, o bonapartismo “entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de

---

<sup>100</sup> SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág. 74.

<sup>101</sup> Idem, ibidem, pág.75.

<sup>102</sup> Idem, ibidem, pág.75.

<sup>103</sup> Idem, ibidem, pág.76.

assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade.”<sup>104</sup>. Porém, todo regime tem sua base de classe de sustentação e serve a uma classe. No caso bonapartista, tínhamos com sua base de sustentação o campesinato conservador juntamente com a Sociedade 10 de Dezembro. A ditadura de Bonaparte serviu à cúpula das classes dominante, ou seja, à grande burguesia industrial e aos latifundiários aburguesados. A segunda forma apresentada por Sachs é o fascismo. Seria a continuação da experiência bonapartista, mas em condições históricas mudadas. A ditadura fascista surge como reação ao movimento sindical da classe operária. Sua base de sustentação é a pequena burguesia, ameaçada em sua existência material, trilha o caminho à direita. São os pequenos burgueses que fornecem

as milícias fascistas, que procuram conquistar a praça pública e eliminar os adversários pelo terror. É igualmente a pequena burguesia que fornece a ideologia fascista, uma mistura de nacionalismo, anticapitalismo popular e um messianismo misticista<sup>105</sup>

Quando o radicalismo pequeno-burguês torna-se um incômodo para a ditadura fascista já estabelecida, provoca choques internos e alas mais extremistas são suprimidas com o mesmo terror que foi usado contra a esquerda, lembra Sachs. Assim como no bonapartismo a ditadura fascista também priva a burguesia dos instrumentos diretos do governo, isto é, partidos, parlamento, etc. Entretanto, diferente do período estudado por Marx, o regime fascista governa para os expoentes do capital financeiro e dos grandes monopólios do imperialismo. “não é por acaso que o fascismo surge numa época em que as contradições interimperialistas foram mais agudas”<sup>106</sup>.

Por fim, o autor caracteriza as ditaduras militares, que representam o recurso imediato das classes dominantes, pois regimes como a ditadura bonapartista e o fascismo apresentam certo nível de complexidade, isto é, demandam tempo e condições apropriadas para o seu amadurecimento. Mais frequentes na América Latina, as ditaduras militares a longo prazo não correspondem “aos anseios da burguesia”<sup>107</sup>, pois ditaduras prolongadas seriam mais efetivas em sociedades dominadas pelas velhas oligarquias do campo. Em países industrializados ou em processo de industrialização ditaduras prolongadas seriam menos prováveis, pois em

---

<sup>104</sup>SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág. 77.

<sup>105</sup> Idem, *ibidem*, pág. 77

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*, pág. 78

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, pág. 79



sociedades capitalistas modernas haviam problemas demais “para uma ditadura militar, com seu imobilismo, conservadorismo e seu código de continências”<sup>108</sup>. Embora o crescente militarismo fosse uma realidade das sociedades capitalistas, a burguesia prefere as forças armadas como uma “reserva estratégica governamental”<sup>109</sup>.

As formas de ditadura aberta da burguesia diferem entre si. O bonapartismo, o fascismo e a ditadura militar dependem do grau de desenvolvimento da sociedade burguesa, das relações de classe próprias de cada país. Na realidade, os diferentes sistemas não se apresentam em formas puras, “mas tomam emprestado mutuamente seus métodos de governo”. Engels, salienta o teórico da POLOP, já havia falado em traços bonapartistas do governo Bismark. Falar em movimento fascista espanhol, por exemplo, deve-se mais “à conjuntura internacional na qual surgiu do que ao seu conteúdo de classe”<sup>110</sup>. O movimento fascista espanhol denominado Falange tem um papel totalmente secundário no regime de Franco, que tem como base as forças conservadoras de seu país. Sachs alerta que mesmo as ditaduras militares latino-americanas, não podem mais se satisfazer com o tradicional paternalismo com o qual tentaram fundamentar a sua legitimidade no passado e “procuram armas ideológicas mais agressivas, tomadas de empréstimo a sistemas mais dinâmicos”<sup>111</sup>. Entretanto, apesar das diferenças existentes nas diversas formas de ditadura aberta, existe um traço comum entre elas: trata-se de ditaduras abertas, mas indiretas da burguesia. Nesse sentido, a burguesia, seja por imaturidade ou senilidade, entrega seus negócios do Estado a um “governo forte”, em que o executivo apresenta-se com aparente independência para conservar as condições essenciais do modo de produção capitalista contra as ações dos operários, principalmente.

O Brasil, num espaço de tempo relativamente curto, experimentou quase todas as formas de governos burgueses produzidas em escala internacional. Superada a tradição dos governos oligárquicos com a revolução de 1930, o caminho estava aberto para a burguesia exercer seu poder político. A brecha criada pela revolução, porém, não pôde ser aproveitada pelas forças burguesas, pois encontravam-se ainda pouco desenvolvidas. Temerosas com os rumos da revolução, após alguns anos de indefinição, entregaram o poder a Getúlio Vargas. A ditadura de Vargas representa a fase bonapartista da burguesia brasileira. Servindo aos interesses da burguesia e do latifúndio, Vargas selou uma aliança em que as forças burguesas aumentavam a

---

<sup>108</sup>SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág. 79.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, pág. 79.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, pág. 79.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*, pág. 80.

todo momento seu peso, em virtude da maximização do seu papel na economia nacional. Vargas serviu diretamente à burguesia brasileira, “iniciando a fase de industrialização de cima para baixo, dando-lhe tempo e meios de aburguesamento, de adaptação às novas circunstâncias econômicas”<sup>112</sup>. A experiência bonapartista do governo Vargas tinha uma característica diferente dos casos de bonapartismo clássico. Ele não tinha como base de apoio o campesinato de pequenos proprietários, que não existiam no país. Sua base, criada por ele e utilizada como meio de pressão, foi o proletariado de origem camponesa. Muito jovem e inexperiente, esse proletariado ainda não tinha consciência do seu papel político e social, “conquistado pelo Estado mediante uma legislação trabalhista e isolado pelo terror da influência revolucionária”<sup>113</sup>. Vale lembrar que mesmo anos depois, na década de 1960, a POLOP lutava contra a herança Vargas que assombrava os trabalhadores e sindicatos através da tutela exercida pelo Ministério do Trabalho. Vargas também contou por muito tempo com o apoio da classe média, que só se tornou uma força de oposição ao final da guerra, “quando a grande burguesia brasileira, agora mais autoconfiante, exigia formas mais diretas de exercício de poder”<sup>114</sup>. Sem o apoio das forças armadas, Vargas não poderia ter exercido o poder e foi justamente o Exército, junto com as classes dominantes, que causaram a sua deposição, que se deu sem a participação da população.

Surgiu também no Brasil tendências fascistas, Sachs não falava apenas das características conjunturais tomadas de empréstimo temporariamente pelo Estado Novo, mas sim do movimento integralista e as tentativas do Clube da Lanterna. Em ambos os casos as tendências não chegaram a se materializar, principalmente, por falta de amadurecimento das contradições de classe no país, mas também por falta de apoio da pequena-burguesia, que não se encontrava em total desespero a ponto de unir-se a um movimento de extrema-direita.

Não foi por acaso que nossa classe dominante não escolheu o parlamentarismo puro e optou pelas tradições presidencialistas em 1945, quando se deu a redemocratização no país e a elaboração da Constituição no ano seguinte. Para o militante comunista, os motivos da escolha não eram somente de origem histórica e em consideração ao caráter federativo da República. O fato era que a burguesia não se sentia forte o bastante para essa experiência. Ela não governava sozinha, embora tivesse conquistado a hegemonia na coligação das classes dominantes. A burguesia precisava do apoio do latifúndio em qualquer casa representativa constituída à base

---

<sup>112</sup> SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág. 80

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*, pág. 80.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*, pág. 81.

de votos. O latifúndio era dono, por meio do voto de cabresto, de boa parte do eleitorado brasileiro. Segundo Sachs, essa influência do campo era mais sentida nas eleições locais que em pleitos nacionais, pois a burguesia conseguia se organizar nacionalmente mais facilmente que os latifundiários. Nesse cenário o presidencialismo se tornava mais uma arma da burguesia para firmar posição entre seus aliados no campo. Além disso, a evolução dos Estados Unidos, exemplo histórico, já havia demonstrado que o presidencialismo se adaptava perfeitamente às necessidades de um capitalismo monopolista.

Quando da posse de João Goulart tentou-se o parlamentarismo para limitar os tradicionais poderes do executivo, o governo ficou paralisado com o jogo de interesses contrários e imediatos das diversas frações da classe dominante, mas a tentativa foi abandonada sem encontrar forte resistência. O que distinguia a nossa democracia dos padrões históricos europeus era o papel dos grandes proprietários de terra, argumentava o teórico da POLOP. “Em 1930, a burguesia não fez nenhuma tentativa de levar a revolução ao campo, para mudar as relações de propriedade. Traiu sua revolução, deixando-a pela metade”<sup>115</sup>. O caminho escolhido pela burguesia para solucionar o problema agrário no país, isto é, o da penetração do capitalismo no latifúndio, lento e doloroso para as massas rurais, prolongava sua dependência do campo. Sendo assim, a democracia no Brasil, na fase do pós-guerra até a ditadura militar, era uma ditadura velada, “mas direta da coligação das classes dominantes, na qual a burguesia governava em aliança com o latifúndio”<sup>116</sup>.

Essa ditadura da aliança das classes dominantes se tornou aberta com o golpe militar. Burguesia e latifúndio saudaram a ação repressiva das forças armadas, quando “seus privilégios e a ordem pareciam ameaçados”<sup>117</sup>. Entretanto, a atitude subjetiva das duas classes variava. Enquanto a ditadura militar não representava maiores problemas para o latifúndio, que desejava ver garantido o estado das coisas, os problemas da burguesia eram mais complexos. Embora aceitasse a retirada dos seus instrumentos por intermédio dos quais havia exercido o governo direto e sacrificasse os seus representantes – Jango, Juscelino, Jânio e etc – um executivo que governava à base de “coronéis dos IPMs não resolvia seus problemas”<sup>118</sup>. A burguesia necessitava de um “governo forte” frente às manifestações das massas, mas para produzir e

---

<sup>115</sup> SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág. 82.

<sup>116</sup> Idem, ibidem, pág. 82.

<sup>117</sup> Idem, ibidem, pág. 82.

<sup>118</sup> SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág. 83

comercializar num cenário de “normalidade” e “tranquilidade” que “não fossem perturbados pelas decisões arbitrárias de militares em postos executivos na vida econômica e política”. Para Sachs, este ideal ainda representava o governo Dutra, que nos anos agitados do pós-guerra tinha assegurado a “paz social” e a “ordem” ao país.

Na prática o governo de Castelo Branco não havia conseguido reproduzir o equilíbrio de forças dos anos anteriores. Isto era resultado das mudanças sociais e políticas ocorridas que tornavam mais difícil o apaziguamento dos interesses contraditórios das classes dominantes no Brasil. Segundo o teórico da POLOP, a falta de apoio popular vedava qualquer saída bonapartista, que poderia ajudar a superar, mesmo que provisoriamente, a divisão surgida no campo do golpe. A ditadura, pois, não conseguiu encontrar um denominador comum para satisfazer o desejo das frações da classe dominante. O seu sustentáculo maior era o “medo de voltar à agitação e convulsão do fim do governo Goulart”<sup>119</sup>.

Apesar disso o governo de Castelo Branco, produto de um golpe militar, conseguiu uma liberdade de ação qualitativamente maior em relação às aspirações imediatas das frações da classe dominante do que qualquer outro governo desde o Estado Novo. Com a inoperância dos órgãos representativos do Congresso, somente a cúpula da classe dominante, isto é, as grandes indústrias e os monopólios, tinham acesso permanente às reuniões governamentais e estavam em condições reais de influir nas suas decisões. Entre outras coisas,

a ditadura militar livrou a burguesia da dependência política imediata do latifúndio, cujos os votos não pesam na legislação. É essa liberdade de ação do Executivo que permite a ele seguir uma política a longo prazo de consolidação da sociedade exploradora em bases modernas, isto é, uma política de concentração de capitais, de racionalização da indústria e do fortalecimento dos monopólios, que está ligada ao nome de Roberto Campos<sup>120</sup>

Era esse processo, segundo Sachs, que criava o choque de interesses no seio da própria burguesia. A burguesia não se voltava contra o sistema implantado pelo golpe, tampouco contra a ditadura em si, mas sim contra a política econômica diária, que não levava totalmente em conta as necessidades imediatas da classe. A burguesia aceitava o fato consumado da ditadura aberta e indireta, mas desejava vê-la exercida de modo “mais flexível frente às suas necessidades econômicas e financeiras imediatas.

---

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*, pág. 83.

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*, pág. 83.

Nas condições concretas em que se encontrava o país – o processo de centralização de capitais que fortalecia os grupos monopolistas mais fortes – favoreciam forçosamente o capital imperialista. Isso fazia com que nas análises políticas e econômicas o governo militar tivesse sido caracterizado apenas como “pró-imperialista”. A POLOP chamava a atenção para o caráter de classe do Estado brasileiro. As suas bases se encontravam no país e a política nacional, no limite, era feita aqui. Mesmo quando “as decisões políticas e econômicas estão sendo tomadas no exterior, elas só se realizam quando aceitas e endossadas por autoridades nacionais”. O governo e o Estado são expoentes das classes existentes no país, na realidade são instrumentos e sustentáculos da nossa classe dominante. A influência do imperialismo no país devia-se “unicamente às atitudes da nossa burguesia, que lhe abriu as portas, que diariamente clama pela vinda de capitais estrangeiros e que está associada ao imperialismo mundial, especialmente ao norte-americano”<sup>121</sup>. Não havia outro meio do imperialismo influir na política interna do país, isto refletia a atitude da classe dominante brasileira e do seu Estado.

Quando a burguesia brasileira endossou o golpe militar, desistiu da tentativa de conseguir concessões do imperialismo mediante uma política populista, que se realizava através do aproveitamento da pressão exercida pelas massas. Fez o contrário, pediu apoio ao imperialismo para restabelecer a “ordem e a paz social” e a repressão dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Na cooperação antagônica estabelecida entre o imperialismo e a burguesia nacional havia pontos de atrito, mas, segundo Sachs encerrando sua análise,

querer ver na oposição dos bancos à política creditícia do governo uma “reação antiimperialista” da burguesia brasileira, ou na posição de Ademar de Barros um reflexo de “nacionalismo” da indústria paulista, é mostrar não ter aprendido nada das derrotas do passado. Derrotas que, não em última instância, se devem à incapacidade das esquerdas de analisar e julgar o caráter de classe do Estado Brasileiro<sup>122</sup>

Foi a partir dessa análise e entendimento da realidade brasileira que a organização procurou atuar na política brasileira. A luta contra a ditadura militar era, no limite, o enfrentamento contra o Estado Burguês em uma de suas formas e a tática elaborada pela organização – política para enfrentar o regime limitar – delimitava-se no terreno da estratégia da revolução socialista. A POLOP, assim como outros partidos de esquerda, enfrentou outro problema tático central até

<sup>121</sup>SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág. 84

<sup>122</sup> SACHS, Eric. Classe e Estado, Ditadura e Democracia. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, pág.85

os primeiros anos da década de 1970, a questão do foco guerrilheiro. Entretanto, abordaremos esta questão no próximo capítulo, pois o enfrentamento armado da ditadura militar foi um dos pontos centrais da discussão que culminou no primeiro “racha” da organização em 1967, em que quase metade de seus militantes rompeu com a POLOP.

Em janeiro de 1965 circulou dentro da organização um documento intitulado “orientação interna”. Desfechado o golpe militar não demorou muito para a repressão avançar sobre os círculos revolucionários. O problema básico que a POLOP enfrentava era o de se adaptar à luta clandestina. Na avaliação da organização, para um movimento clandestino não bastava somente criar as condições de segurança para seus quadros, mas também enfrentar o problema da atividade política junto às massas, isto é, dirigir a sua luta e fornecer perspectivas de ação para a classe. O golpe militar havia abalado profundamente as organizações de esquerda, mas, por outro lado, proporcionou o fortalecimento das forças revolucionárias do país.

a desmoralização da liderança reformista e das concepções pacifistas de luta, o aprofundamento da crise econômica e política, tudo isso vem colaborando para acelerar a formação da nova esquerda revolucionária<sup>123</sup>

Cabia à nova esquerda, a qual a POLOP fazia parte, lutar e organizar os trabalhadores rurais e urbanos para a derrubada da ditadura militar. Com a ditadura militar não era mais possível a “utilização dos métodos clássicos de mobilização popular”. A repressão e a censura restringiam as possibilidades de ação legal da organização, impedia a existência de uma imprensa legal de esquerda. Esta situação obrigava a PO a usar métodos conspirativos, o que limitava bastante o seu raio de atuação, mas ao mesmo tempo garantia a continuidade da luta.

Com o progressivo dismantelamento das cúpulas sindicais a POLOP tinha na ordem do dia a criação de grupos, conselhos ou comitês de fábricas, que organizassem as lutas das bases operárias localmente e, ao mesmo tempo, ligassem estas lutas ao movimento geral contra a ditadura militar. A partir desse trabalho era possível construir “uma nova liderança da classe operária e criar as premissas de um verdadeiro movimento de massas contra o regime, que culminará na luta insurrecional popular”<sup>124</sup>. Para a organização tais tarefas só poderiam ser enfrentadas por uma vanguarda organizada em um aparelho partidário. “Com amadorismo e as improvisações levianas do passado, que ainda perduram na esquerda em geral, não se enfrenta

---

<sup>123</sup> *Orientação Interna*, janeiro de 1965, mimeo, pág. 1. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>124</sup> *Orientação Interna*, janeiro de 1965, mimeo, pág. 1. CEDEM, Fundo POLOP.

mais a ditadura policial-militar”<sup>125</sup>. A sobrevivência naquelas circunstâncias exigia a formação de quadros disciplinados e combativos. A formação destes quadros implicava na criação de um “aparelho de segurança com base material”. Para isso a formação de uma frente única com outros grupos seria não só um passo importante, mas decisivo para a construção de tal instrumento.

Em 1966 a PO participou das passeatas promovidas pelo movimento estudantil contra a ditadura militar. Nesse sentido,

em setembro de 1966, a agitação estudantil um primeiro auge das passeatas realizadas em torno à palavra de ordem “abaixo a ditadura”. Apesar de todas as limitações, essa agitação foi expressão de alta disposição de luta e potencialidade do movimento estudantil. Tivemos participação destacada nessas jornadas<sup>126</sup>

As teses da PO desde o início de sua trajetória encontraram terreno fértil no movimento estudantil o que facilitou bastante sua inserção e atuação no movimento. Sem dúvida, foi no movimento estudantil que a organização foi mais atuante.

A POLOP lançou em 1967 uma plataforma de ação para a classe trabalhadora, que um ano depois foi publicada no seu jornal. O momento parecia oportuno para a organização, pois entendia que os movimentos de massa ganhavam novo fôlego naquele momento. Havia dez pontos na plataforma que exigiam liberdade imediata para todos os operários e dirigentes sindicais, anulação de todos os processos, condenações e demais medidas de perseguição decorrentes dos Atos Institucionais, liberdade sindical, direito de greve, imediata revogação de todas as leis de arrocho salarial, auxílio desemprego, revogação de todas as leis que impediam a livre reunião e manifestação dos trabalhadores em recinto fechado ou praça pública. A plataforma era pra ser divulgada entre a classe trabalhadora nas fábricas, nas assembleias sindicais, pois somente os trabalhadores organizados poderiam impor tais ações, visto que “o ministro e seu governo não vou concedê-las”<sup>127</sup>.

Durante três anos a POLOP lutou tanto no campo teórico quanto na prática contra a ditadura no Brasil, porém, não resistiu às divergências internas que cresciam cada vez mais em torno dos caminhos para enfrentar o regime militar. Em 1967, após o seu IV congresso nacional, quase metade de seus militantes rompem com a organização e partem para a luta armada. Os

---

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*, pág.1

<sup>126</sup> VILLA, Raul. *Por um balanço da PO. In: Brasil Socialista*, n° 7, 1976, pág.9. CEDEM, Fundo POLOP

<sup>127</sup> *Política Operária*, n.16. Março de 1968, CEDEM, Fundo POLOP.

militantes que optaram por continuar com o trabalho de base, isto é, com a organização da classe trabalhadora juntam-se com outros grupos de esquerda e criam o Partido Operário Comunista (POC). É deste momento histórico que iremos nos ocupar no próximo capítulo.



## CAPÍTULO 3

### O “RACHA”, A LUTA ARMADA E A FORMAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC)

Neste capítulo iremos nos ocupar dos debates internos que levaram à primeira cisão da POLOP, que teve como polêmica central questões referentes à luta armada, luta pela Constituinte e as formas de enfrentamento a ditadura. Discutiremos também a formação do Partido Operário Comunista (POC) que foi oficializada no seu V congresso em 1968.

Partindo da documentação referente aos debates internos da organização analisaremos o processo de cisão e surgimento do POC. Analisar suas propostas de intervenção junta a classe trabalhadora também será objetivo desse capítulo.

#### 3.1 O prelúdio

Em setembro de 1967 o Comitê Nacional (CN) produz um relatório para ser apresentado no IV Congresso Nacional da organização. Nele a direção faz uma autocrítica sobre sua trajetória, destacando seus erros e acertos tomando como ponto de partida o seu terceiro congresso, realizado em março de 1964, às vésperas do golpe militar.

Levando em consideração o aumento da tiragem do seu jornal semanal, a PO reconheceu ali um aceleração do ritmo de trabalho e a abertura de novas perspectivas. Entretanto, a ascensão das massas nos anos de 1961-1964

se deu sob a direção do reformismo, e nossas posições eram uma nota dissonante no conjunto da política pequeno-burguesa. Se a esquerda revolucionária se desenvolveu nesse período, não teve tempo, todavia, para amadurecer e pesar nos acontecimentos mais importantes<sup>128</sup>

As discussões do terceiro congresso revelaram a insuficiência teórica da organização, que os impedia de explicitar sua visão programática de forma mais sólida. Mais uma rodada de discussões foi sugerida para ocorrer em julho, em seu congresso extraordinário, para que fosse enfim aprovado o Programa Socialista para o Brasil. No informe sobre o terceiro congresso ganhou destaque quatro posições apontadas pela organização: 1) Frente à ameaça de golpe

---

<sup>128</sup>Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO. Setembro de 1967, pág.1. CEDEM, Fundo POLOP.

fascista e radicalização das massas em caso de golpe bonapartista; 2) Frente à campanha por uma Constituinte levanta por Brizola como alternativa ao golpe de Jango. 3) Concentração de esforços da organização no trabalho junto aos grupos de onze, que tinha como objetivo acelerar o processo de conscientização das massas radicalizadas e organizadas e a construção do partido revolucionário. 4) Denúncia diária do reboquismo do PCB em relação a Jango.

Embora em suas formulações fosse cogitado a possibilidade de um golpe, nem a esquerda tradicional, nem a POLOP estavam preparadas organizativamente para tal emergência. Na avaliação da organização o golpe criou uma nova realidade, que superava o nível das diretrizes traçadas na véspera. Iniciou-se então um duro e lento trabalho de readaptação às novas condições. A defecção e os fracassos, os pacientes e sempre recomeçados trabalhos de rearticulação, exigiram grande esforço dos militantes da organização. Àquela altura não se tratava mais de somente organizar a esquerda revolucionária e a vanguarda proletária, mas, primeiramente, de efetuar uma mudança qualitativa para enfrentar a situação. Na avaliação da PO “o peso do amadorismo, das improvisações e do liberalismo – marcas da origem e do meio de atuação pequeno-burgueses da maioria dos militantes – dificultou nossa adaptação às condições novas de luta”<sup>129</sup>. Em maio de 1964 saiu a primeira análise da POLOP acerca do golpe militar. Se por um lado a circulação limitada refletia a precariedade organizatória da PO, por outro, a análise fora imprescindível para a continuidade do trabalho, “por refletir uma concepção correta da situação”.<sup>130</sup> O documento intitulado “o golpe militar e as novas tarefas revolucionárias” procurou extrair do golpe uma base para estratégia de luta, ressaltando três pontos. 1) “a falência das estratégias que especulavam com as divisões internas da classe dominante, entregando a liderança da classe operária a uma dada facção delas”. De acordo com a organização havia duas forças básicas no Brasil e que polarizavam o resto. A força dos trabalhadores, que só poderia se manifestar através de uma frente de classe, um governo um governo revolucionário, sob a liderança do proletariado industrial e a força das classes dominantes – a burguesia e o latifúndio – que estabeleceu uma ditadura com a força do exército para a manutenção dos seus privilégios. 2) “a tendência das classes dominantes para um governo autoritário”. O golpe militar havia demonstrado com clareza que o ponto básico que unia toda a classe dominante era a repressão, isto é, barrar o avanço da classe trabalhadora, atacando suas organizações e fazendo recair todo o ônus da crise econômica pela qual o país estava atravessando. 3) “o caráter de classe do Estado brasileiro, exprimindo-se na aliança

---

<sup>129</sup> *Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO*. Setembro de 1967, pág. 2. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>130</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 2.

burguesia-latifúndio sob domínio imperialista, e a impraticabilidade do chamado "caminho pacífico". Para a POLOP o Governo Revolucionário dos Trabalhadores seria o único capaz de aniquilar as bases da reação. Diante da nova situação, outras formas de luta ganharam importância e urgência. Era o caso da luta armada, que foi encarada como fator fundamental para a derrubada da ditadura civil-militar. Era preciso mobilizar desde as lutas imediatas das bases sociais da revolução, no que seria uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo. A POLOP mostrou-se capaz de apontar as grandes linhas da estratégia revolucionária e isso permitiu o avanço da propaganda de uma linha proletária num meio em que ainda predominava a perplexidade ou "as perspectivas de uma luta armada como mero apêndice de uma estratégia nacionalista e democrática".<sup>131</sup> Ao mesmo tempo a PO teve dificuldades em enfrentar as tarefas imediatas. Na sua avaliação, no plano imediato,

a tarefa que tínhamos de enfrentar exigia uma O., superior ao que éramos. No momento em que a luta de massa estava completamente bloqueada pela ditadura e em que todos os setores mais combativos que se viam encostados à parede pelas perseguições policial-militar, a resistência armada assumiu o aspecto principal da prática das organizações revolucionárias. E exatamente, o prestígio que nos dera a comprovação de nossas teses fez com que para nós convergissem várias das melhores forças da esquerda, buscando uma organização política que dirigisse a luta contra o regime. O que na prática se pôs a prova era a concretização de um caminho político que formulávamos em teoria. E o fato é que a O. ainda não estava amadurecida para cumprir todas as tarefas colocadas pelo momento<sup>132</sup>

A POLOP traçou um esquema básico mais concreto sobre o papel da ação armada naquelas circunstâncias. A luta de guerrilhas seria a forma básica de luta armada, que carregava consigo caráter prolongado. A função essencial do foco guerrilheiro era funcionar como polarizador para a reaglutinação da vanguarda operária sob direção revolucionária.

Concomitantemente, a organização tentava acelerar o avanço organizatório para fazer frente a essas tarefas. Entretanto, segundo a POLOP, o imediatismo da esquerda contagiou seus quadros e seu insuficiente desenvolvimento, ou seja, falta de quadros, a organização precária e a improvisação no final fizeram valer seu peso. Naquele momento a PO já se encontrava totalmente desarticulada. As seções da Bahia e de Goiás permaneceram isoladas por um longo período. Em Brasília pouco chegava da assistência nacional. Minas Gerais e Guanabara estavam

<sup>131</sup> *Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO*. Setembro de 1967, pág. 3. CEDEM, Fundo POLOP

<sup>132</sup> *Idem*, *Ibidem*, pág. 3.

em crise prolongada. Os recém-nascidos núcleos de Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul durante o congresso já haviam se desarticulado. De acordo com a PO,

só em SP, onde a repressão fora menor, a O. se vinha fortalecendo, contando inclusive com quadros vindos de outras seções. A desarticulação do próprio CN retardou um balanço da situação e a assimilação das lições. Não resta dúvida, entretanto, que a derrota também nos educou e a experiência vivida e assimilada faz parte hoje do nosso acervo e contribuirá para nosso aperfeiçoamento nesse setor<sup>133</sup>

A organização, assim como todos os partidos de esquerda, enfrentou inúmeras dificuldades de rearticulação nos primeiros anos que se seguiram após o golpe. As seções de São Paulo e Minas, que conseguiram manter o mínimo de organização, tentaram rearticular a POLOP. Porém, sem uma orientação política sólida houve desvios e interpretações diversas da linha política da Política Operária. A seção de Minas Gerais concentrava esforços nas tarefas de massa, isto é, com o objetivo de “romper os pontos de estrangulamento”, colocando em segundo plano outras atividades como a propaganda, a formação de quadros, a imprensa, etc. Tal orientação tida como conspirativa por parte do grupo atrasou o reerguimento político da seção Minas. A direção executiva do Comitê Nacional que se formou em São Paulo deixou-se levar pelo espontaneísmo, que centrava sua estratégia na previsão de inevitáveis insurreições urbanas, desprezando o papel central e ativo da vanguarda. Em agosto de 1964 foi lançada uma análise sobre a conjuntura chamada “Perspectivas da Crise Política” em que o grupo cravava que as insurreições e a guerra civil eram inevitáveis nas condições da em que se encontravam a luta de classes naquele momento. Dava um prazo de dois anos para a crise chegar ao seu ápice. Nesse sentido, os acontecimentos também teriam um prazo semelhante, eleições em 1966, para acontecerem. Substituindo a palavra-de-ordem da guerrilha, já que a insurreição era inevitável e urbana, aparecia a tarefa de organizar as “tropas de choque”.

Internamente surgia os primeiros impactos positivos das publicações que mantiveram certa atividade na formação de quadros. Nesse período,

saíram os Cadernos de Esquerda Revolucionária nos 1 e 2 “Por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores” e “O Plano de Governo contra o povo”. Esses dois documentos, se por um lado forneceram fundamentos para nossa análise do plano econômico do governo (no 2) e mantiveram nossa argumentação sobre as bases sociais da revolução (no 1), revelaram também boa dose do espontaneísmo anotado no documento de agosto<sup>134</sup>

<sup>133</sup> *Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO*. Setembro de 1967, pág. 3. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>134</sup> *Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO*. Setembro de 1967, pág. 4. CEDEM, Fundo POLOP.

Em 1965 o Comitê Nacional se rearticulou e esboçou as primeiras medidas para uma reconstrução nacional “alterando os estatutos "ad referendum” do Congresso para permitir maior centralização e disciplina, escolhendo 3 elementos para constituir uma Secretaria Executiva do CN”. Porém, as divergências internas ficariam ainda mais fortes e evidentes naquele ano.

Em janeiro de 1965 militantes da Secretaria Regional de Minas Gerais enviaram uma proposta política ao Comitê Nacional. O objetivo da proposta era de centrar a luta na convocação da “Constituinte Popular”. A proposta foi rejeitada pelo mesmo. Em abril foi aprovado pelo CN o Manifesto-Programa, que passou a ser o documento base da organização até seu próximo congresso. Em suma o documento colocava as tarefas do partido revolucionário principalmente no que diz respeito à organização clandestina da massa – base em que se apoiaria prioritariamente a vanguarda proletária no momento da insurreição, para construir e manter o seu governo revolucionário – e a preparação e efetivação para a luta armada. Tal documento cumpriu a função de uma resolução política, de uma convocatória para a luta revolucionária. Mais tarde, numa autocrítica, a POLOP afirmou que o documento era insuficiente para um manifesto, pois não se deteve na explicação do caráter da revolução brasileira e isso, certamente, teria provocado deficiências na formação dos quadros. Em abril de 1965 a secretaria regional de Minas Gerais lança o documento “Por uma Constituinte Popular”, que procurava fundamentar e aprofundar sua proposta de Janeiro. Para o CN ficava evidente que a luta pela Constituinte era vista por aqueles militantes não como um simples objetivo tático, que pudesse ser oportuno em algum momento da luta, mas sim como o próprio fio condutor que levaria a revolução brasileira.

O Informe Nacional, que começou em novembro sua tiragem semanal, convocou em seus primeiros números à luta pela “posse dos eleitos”, que estava sendo ameaçada pela linha dura do governo. Parte da organização fez oposição à palavra-de-ordem, pois para eles era necessário convocar a classe trabalhadora a luta pelos seus próprios interesses e não pelos objetivos de qualquer facção burguesa. Mais tarde o CN voltou a discutir a questão e, por unanimidade, considerou equivocada a posição defendida pelo Informe.

Em abril de 1966 o Comitê convocou um Pleno Ampliado. Tal pleno foi de extrema importância para a organização, pois aprovou-se ali as diretrizes políticas decisivas para o revigoramento da organização.

A "Resolução Política" foi aprovada contra os 3 votos. O PN de abril aprovou também as "Teses sobre a Situação Internacional" e as "Teses de Tiradentes" — onde se traça uma linha estratégica para a O. a partir do objetivo de criar uma classe operária politicamente independente. Tomou medidas para superar a situação de isolamento a que ficara relegado o setor operário de MG e para tentar a reorganização da seção de Brás<sup>135</sup>

Outro Pleno foi realizado em Julho e foi marcado pela rejeição do texto “Resposta ao documento da direção intitulado “a propósito da constituinte””. Com o documento “Mais uma vez sobre a Constituinte” o Comitê Nacional rebate todas as críticas da tese proposta pelo grupo de Minas. Em Outubro do mesmo ano foi realizado o último Pleno antes do Congresso Nacional. Foram discutidas questões referentes a situação política nacional e foi elaborada as normas para o IV Congresso Nacional da organização.

Em setembro de 1967, no seu IV congresso, a POLOP não consegue chegar a um consenso e sofre a sua primeira cisão, que dividiu praticamente ao meio a organização.

### **3.2 A POLOP e a luta armada**

Com a nova realidade imposta a partir de 1964 por ocasião do golpe militar a esquerda brasileira, mais especificamente a POLOP, teve que se rearticular e repensar suas formas de luta. A luta armada era tema frequentemente discutido pela organização, que sofreu algumas mudanças de posicionamento acerca de sua forma ao longo dos anos. Entretanto o trabalho junto a classe operária nunca perdeu espaço no entendimento da organização. Segundo Coelho,

Quanto à guerrilha, o posicionamento da POLOP sofreu algumas mudanças ao longo dos anos. Num primeiro período, compreendido entre o pós-golpe e os últimos anos da década de 60, o foco guerrilheiro é considerado necessário e a ele é dedicada atenção frequente nos documentos da organização. Em janeiro de 1965 a prioridade era superar a dispersão gerada pelo golpe, que atingiu a POLOP com prisões, inclusive de dirigentes, logo nos primeiros meses. Com o objetivo de preparar a organização para atuar sob as novas condições impostas pela ditadura a direção emite uma “Orientação interna” em janeiro de 1965, e nela a guerrilha já é abordada. Os “métodos clássicos de mobilização popular” estavam fora de cogitação em face da repressão, obrigando os revolucionários a investir nos “métodos conspirativos, o que limita o raio de ação dos militantes, mas garante a continuidade da luta”. Nada de abandonar a prioridade do trabalho político junto à classe operária, questão de honra reafirmada em todos os momentos da trajetória da organização. O

---

<sup>135</sup> Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO. Setembro de 1967, pág. 5. CEDEM, Fundo POLOP.

terreno essencial em que esse trabalho teria de ser feito era, portanto, a classe operária: conselhos e comitês de fábricas, construídos no espaço deixado pelo desmantelamento das cúpulas sindicais reformistas, seriam a base da criação de núcleos revolucionários.<sup>136</sup>

A POLOP trazia em seu pensamento certa inovação, pois sua concepção de luta armada não é uma visão simplesmente militarista da guerrilha. Outro aspecto que nos ajuda a afirmar tal inovação é o fato de que a organização compreende a guerrilha enquanto tática revolucionária e não enquanto estratégia, ou seja, o foco guerrilheiro só seria possível se cumprisse o papel de elevar a um nível superior a luta camponesa e, ao mesmo tempo, despertar as massas urbanas para insurreição. De acordo com a visão da organização ao lado do significado militar o foco guerrilheiro teria fundamentalmente um papel político, isto é, fomentador e orientador da luta revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo. Portanto, a POLOP buscou equilibrar três elementos da luta revolucionária: o foco guerrilheiro, a insurreição urbana e o trabalho nas fábricas para a construção do partido de vanguarda.

No projeto de resolução aprovado no pós-golpe a POLOP discute cinco pontos centrais sobre a luta armada. 1) **A necessidade da luta armada.** De acordo com a organização os interesses do latifúndio e das classes dominantes são historicamente garantidos pelas forças militares e policiais. A partir de abril de 1964, escolhido o caminho da repressão e exploração mais direta “a própria burguesia apontou para as classes trabalhadoras a necessidade da ação violenta; cabe-nos dirigir essa luta”<sup>137</sup>. 2) **Luta das massas e luta armada.** O sucesso da luta armada só seria possível se a vanguarda armada se ligasse organicamente à classe trabalhadora, que constitui sua grande força, que seria chamada num primeiro momento pela desvalorização de seus salários. Segundo a PO não bastava que se constituísse “um pequeno grupo armado; é por isso que é preciso que esse grupo armado faça parte de uma poderosa organização que, unida a luta de massas, mostre aí onde esta se dê a ligação entre os destinos dela e os destinos da luta armada”<sup>138</sup>. 3) **Classe operária e luta armada.** O papel hegemônico do proletariado industrial nas lutas era ratificado pela organização. Nesse sentido, “guiar e armar os operários contra a repressão policial, saber dirigir os choques parciais espontâneos no sentido de verdadeiros levantes contra a ditadura são tarefas necessárias e que unem a luta de massas a

---

<sup>136</sup> COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar. IN: MATTOS, Marcelo Badaró, VEJA, Rúben (orgs.) *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. Pág. 207.

<sup>137</sup> *Problemas da luta armada na revolução brasileira*. pág.1. CEDEM, Fundo POLOP.

<sup>138</sup> Idem, ibidem, pág.1

luta armada”<sup>139</sup>. 4) **Guerrilhas – o papel do foco.** Para a organização, dentre as formas de luta armada o foco é a maneira mais adequada para o caso brasileiro. Iniciando-se com pequenas forças (mas identificadas com os objetivos e interesses das massas) o movimento cresce e transforma-se na “vanguarda combatente de todas as classes exploradas”. Por outro lado, ela cumpriria também o papel de polarizar a luta, dando-lhe uma direção proletária, despertando a confiança das classes trabalhadoras e, principalmente, voltando a desencadear em outro nível a luta camponesa. Segundo a PO a necessidade de preparar o foco se dava pois, a execução dessas tarefas foram deixadas pela velha direção. 5) **O exército nacional e as forças armadas do trabalhadores.** A lealdade dos altos escalões e o poder da hierarquia fazem do exército nacional um instrumento de repressão. Porém, a luta de classes também se manifesta nessas instituições e cumprem um papel importante no país. Para PO era extremamente importante desenvolver um trabalho junto aos soldados, marinheiros e subalternos das forças armadas. Sua organização nos quartéis, bases navais e aéreas deveria esclarecer o caráter da luta, desmistificar a repressão e a ditadura e, sobretudo, identificar os soldados com os trabalhadores. “Milícias operárias, estudantis, unidades guerrilheiras, soldados rebeldes, são as bases das F.A. que sustentarão o Governo Revolucionário dos Trabalhadores”<sup>140</sup>.

Em 1967 a POLOP reafirma de forma mais consolidada sua formulação da luta armada e apresenta em seu documento mais importante, o Programa Socialista para o Brasil. Assim,

A guerrilha, como forma de combate à ditadura burguesa-latifundiária, mina e desgasta todo o aparelho de repressão, tanto do ponto de vista militar, quanto econômico e político. A guerrilha preenche este papel quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes oprimidas. Para isto, tem que apelar às classes revolucionárias do país, ao proletariado e seus aliados, para a luta comum a ser travada em todas as frentes contra o sistema explorador. Realizando, desde o início, em miniatura, a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo

<sup>139</sup> Idem, ibidem, pág.1

<sup>140</sup> *Problemas da luta armada na revolução brasileira.* pág.1. CEDEM, Fundo POLOP



traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo.<sup>141</sup>

Sem dúvida o debate em torno da luta armada foi um dos principais motivos da cisão da organização em 1967. Joelma Oliveira também aponta tal problemática como central para o rompimento da organização.

Sobre a questão organizativa da POLOP Joelma Oliveira traz um episódio à tona sobre a publicação de um boletim operário publicado em Minas Gerais que gerou grande desconforto entre o Comitê Nacional e os militantes de Minas. Para Oliveira,

Os documentos e as entrevistas, a nosso ver, reforçam a nossa hipótese de que a organização passava por um processo em vias de constituir-se como partido centralizado e a disputa de posições já estava sendo travada para ver qual linha iria dar a direção política da organização. Mais do que nos mostrar este aspecto, a tentativa de centralização, evidencia também o seu oposto, a completa falta de coesão, a dispersão, a distância não só física, mas também de entrosamento entre seus membros, frente a uma diretriz política. Em algumas entrevistas ficou claro que após o golpe as relações com a organização não eram coordenadas, ao contrário, eram muito desconexas. Existia um clima de tensão, no qual ninguém confiava plenamente em ninguém<sup>142</sup>

A autora não aprofunda muito acerca desta questão, porém tais aspectos trazidos por Oliveira torna ainda mais complexa as questões que envolveram a primeira cisão da organização.

### 3.3 A luta pela constituinte

Outro tema bastante importante para compreendermos as divergências que levaram à cisão da organização é a luta pela Assembleia Constituinte. O debate começa a partir de 1965, mas foi a partir de 1966 que de fato a discussão ganhou proporções importantes.

Em abril de 1966 a direção do CN escreve um documento intitulado “A propósito da Constituinte”. Tratava-se de uma resposta aos militantes do núcleo de Minas Gerais que haviam escrito um documento em que defendiam a palavra-de-ordem “por uma constituinte soberana e do povo” como tática para o enfrentamento da ditadura. Neste documento de circulação interna

<sup>141</sup> Programa Socialista para o Brasil. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, págs. 127-128.

<sup>142</sup> OLIVEIRA, Joelma Alves de Oliveira. *Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado. Araraquara, 2007. Págs. 157-158.

o Comitê faz uma crítica severa ao grupo de Minas, pois considerava um desvio pequeno-burguês a palavra de ordem, isto é, a luta por uma constituinte. A direção acreditava que a luta por uma constituinte não mudaria em nada a realidade do proletariado brasileiro, que tratava-se de uma solução pequeno-burguesa. Os militantes lembram que já tiveram de lutar contra tal proposta, quando reunidos no último congresso regular, nas vésperas do golpe, os brizolistas levantaram a questão como tentativa de resposta à “ofensiva bonapartista de Jango, e que encontrou porta-vozes na própria organização.”<sup>143</sup> Naquela ocasião o plenário decidiu pela rejeição da palavra de ordem de “Constituinte Popular”, deixando claro que, “enquanto ficasse inalterada a estrutura social e econômica do país, a eleição de uma constituinte não produziria uma assembleia com uma posição de classe diferente da vigente na Câmara de Brasília”.<sup>144</sup>

A argumentação do CN estava amparada na experiência do agitador socialista Lassale, que na ocasião, dizia aos operários alemães, na campanha pelo voto universal no século XVIII, que todo o país conhecia duas constituições. Uma escrita, que geralmente declara “que todo poder emana do povo” e uma real, de fato, que consiste nas relações de força existentes na sociedade. A constituição escrita, segundo os militantes do comitê,

só funciona na medida em que reflete a constituição de fato. Caso contrário, transforma-se em um “pedaço de papel” ignorado na prática, ou rasgado quando se torna um incômodo. Não são os princípios jurídicos, os parágrafos e artigos que determinam a constituição de fato, mas sim vice-versa<sup>145</sup>

De acordo com a direção as constituições mais avançadas não foram redigidas porque eram “justas” ou porque intelectuais da época encontraram fórmulas ideais para solucionar os problemas políticos e sociais. Foram escritas porque refletiam as conquistas ou os compromissos das lutas de classe. O comitê cita as experiências como a da França, que foi debatida, votada e posta em vigor sob a pressão direta do povo armado nos subúrbios de Paris. Processos semelhantes aconteceram também nas revoluções burguesas na Europa em 1848. Em 1918, as novas repúblicas herdeiras dos impérios alemão e austríacos tiveram as constituições mais “democráticas” da história burguesa, “concedidas sob pressão das massas e para evitar que estas se radicalizassem sob o impacto da Revolução Russa”. A pergunta fundamental para o Comitê era o que mudou da situação em que haviam rejeitado a proposta dos brizolistas para a situação atual. A PO admitia a mudança, mas para pior. Se no momento anterior ao golpe, com a crescente radicalização das massas não havia ainda condições para mudar a composição

<sup>143</sup> A propósito da constituinte. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 2.

<sup>144</sup> A propósito da constituinte. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 2.

<sup>145</sup> Idem, ibidem, pág.2

de classe de uma Assembleia Nacional Constituinte, a situação atual oferecia ainda menos perspectivas para tal alteração no quadro geral. Portanto, tratava-se de uma solução pequeno-burguesa, que não visava uma real mudança. Para a PO o problema da classe operária era outro e o que estava na ordem do dia era o reestabelecimento da

autoconfiança em sua força própria, abalada pela experiência reformista e revisionista. É o de organizá-la nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos e num partido político, como força independente, com objetivos de luta independentes do movimento burguês e pequeno-burguês. É de mobilizar a classe contra a ditadura <sup>146</sup>

Em 3 de junho do mesmo ano a seção de Minas escreve uma extensa resposta ao documento produzido pela direção do CN. Com isso o debate ganhou novos contornos e a situação entre o núcleo de Minas Gerais e a direção fica ainda mais tensa.

De acordo com o grupo de Minas, ainda em janeiro de 1965 foi proposto um debate sobre a tática política da organização. Naquela ocasião foi sugerido a palavra de ordem “constituente popular”. A intenção era que o debate fosse ventilado em toda organização. “Entretanto, a direção não se deu ao trabalho de discutir o problema, absorvida que estava, como ainda está, pela preocupação de instalar um foco insurrecional no campo.”<sup>147</sup>

O SR tratou de afastar sua proposta de desvios pequeno-burgueses, que continha um pensamento legalista sobre a constituinte. Os militantes da seção de Minas se defendiam afirmando:

Nós jamais pensamos, jamais demos a entender que a Constituinte, em si, tenha capacidade de ampliar as liberdades democráticas, jamais tivemos ilusões que a Constituinte seja uma fórmula mágica capaz de garantir o poder ao povo. Isto pensa a pequena-burguesia. O que vimos dizendo é que a única forma capaz de conduzir as massas à insurreição, dentro do quadro político que se apresenta concretamente, é através de uma luta pela Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana. Como se vê de um lado está o raciocínio legalista da pequena-burguesia que tem respeito supersticioso pela lei; de outro está uma palavra de ordem tática revolucionária que consiste em aproveitar as contradições do quadro político dado para iniciar uma luta capaz de arregimentar, organizar e educar as massas, desmascarando a ditadura, radicalizando a luta política até a insurreição popular<sup>148</sup>

<sup>146</sup> *A propósito da constituinte*. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 3.

<sup>147</sup> *Resposta ao documento da direção intitulado “a propósito da constituinte”*. SR-Minas Gerais, 3 de junho de 1966. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 1.

<sup>148</sup> *Idem*, *ibidem*, pág.1

A direção é acusada de não perceber nenhuma diferença entre as duas posições apresentadas. Preferindo “estudá-las em conjunto”. O método de análise utilizado pelos militantes do CN continuou sendo criticado pela seção de Minas. Para o núcleo o CN ao refutar o pensamento pequeno-burguês defendido pela esquerda tradicional e as oposições burguesas passa a tirar conclusões também sobre alguns esquerdistas de origem pequeno-burguesa se referindo aos militantes da organização. A SR-MG entendia que em nenhum momento seus argumentos foram refutados.

Na resposta dada pelos militantes de Minas foram utilizados vários dos principais argumentos que o comitê apresentou em sua crítica. O cerne da questão era que o documento apresentado pelo CN partia do pressuposto de que, quando fora proposto pelos brizolistas a luta por uma constituinte popular, a organização aprovou em seu congresso pela sua rejeição e convocou as massas para a luta. Agora, quando a discussão volta à tona, a direção não entendia os motivos para lutar por um constituinte, já que o cenário havia mudado para pior depois do golpe. O SR avaliou a questão da seguinte forma:

quando as classes dominantes resolveram lançar mão da violência para enfrentar os movimentos de massa, o congresso, liricamente, decidiu jogar as massas nas ruas... jogar as massas nas ruas sem um canivete nas mãos. Foi preciso que as lideranças operárias fossem degradingoladas, foi preciso que fosse perpetrado o golpe, foi preciso que a contra-revolução instalasse a ditadura, foi preciso que se iniciasse a era do terrorismo contra a grande maioria do povo, contra as esquerdas, contra os operários, os camponeses, os estudantes, os soldados e os intelectuais para que os teóricos da organização acordassem do seu sonho. Foi preciso que tudo isso acontecesse para que se pensasse em preparar a resistência armada. Agora, entretanto, caem no extremo oposto, relegam a segundo plano a ação política das massas<sup>149</sup>

Portanto, o equívoco não se encontrava na defesa da palavra de ordem da Constituinte. O erro não foi defendê-la, mas sim não preparar as massas para a reação das classes dominantes frente à luta pela mesma. Essa era a avaliação do secretariado de Minas.

Os militantes do grupo de Minas retomam situação em que Kautsky defendeu a constituinte em 1918 e comparam com a situação de oposição do CN. “Tanto Kautsky quanto os companheiros da direção vêm a constituinte como uma coisa pura. Alguma coisa fora da história. Para o grupo de Minas a palavra-de-ordem “Assembleia Nacional Constituinte Popular

---

<sup>149</sup> Resposta ao documento da direção intitulado “a propósito da constituinte”. SR-Minas Gerais, 3 de junho de 1966. CEDEM, Fundo POLOP. pág.5

e Soberana” seria uma “forma prática de transformar a oposição subjetiva do povo à ditadura em uma oposição objetiva<sup>150</sup>

Outra questão que teria gerado grande polêmica e que foi apontada na resposta pelo secretariado de Minas foi fato da direção colocar a posição dos companheiros no bojo das correntes de esquerda tradicional e oposições burguesas, sem maiores explicações.

No documento escrito pelo secretariado de Minas os militantes desta seção destacavam o aspecto do desmascaramento da ditadura que a palavra-de-ordem ajudaria a trazer à tona. Porém, a questão do desmascaramento também foi criticada pela direção e em resposta a mesma o SR-MG afirmou que a direção não sabia o significado real do que era desmascarar a ditadura, em sua compreensão simplificada o seu significado levaria apenas à denúncia da sua ilegalidade. Para os militantes da seção Minas desmascarar a ditadura era, no limite, desmascarar o “Estado burguês sob sua forma concreta, isto é, ditatorial.”<sup>151</sup>

No último ponto da resposta a seção Minas afirma que a direção não apresentava uma alternativa à palavra-de-ordem, mas ao invés disso omitia sua tática política. A SR-MG concordava com todas as propostas de enfrentamento a ditadura feita pelos membros da direção. “Entretanto, e isto é que é importante, ela não percebe que tudo isso é impossível sem uma tática clara e definida e, conseqüentemente, sem uma palavra-de-ordem tática clara e definida. Assim é que ela se omite no que diz respeito à tática política.”<sup>152</sup>

O último documento que encerra o debate sobre a luta pela constituinte foi escrito em agosto de 1966 pelo Comitê Nacional com o título “O problema da tática: mais uma vez sobre a luta pela constituinte”.

Para a direção o aprofundamento dessa discussão interna seria importante para revitalizar a organização e depurá-la de vícios do passado. O avanço ou o recuo da organização estaria, portanto, condicionado pela capacidade da PO em enfrentar e solucionar os problemas colocados.

O CN rebate as críticas feitas pelo secretariado de Minas acerca dos critérios subjetivos adotados pelo grupo para caracterizar posições diferentes das suas como pequeno-burguesas. Os militantes da seção Minas haviam afirmado que “ao contrário da direção que usa e abusa de critérios subjetivos que consistem, fundamentalmente, em rotular todas as posições que não se identificam com as suas como posições “pequeno-burguesas”, nós nos negamos a indagar das

---

<sup>150</sup> Idem, ibidem, pág. 9.

<sup>151</sup> *Resposta ao documento da direção intitulado “a propósito da constituinte”*. SR-Minas Gerais, 3 de junho de 1966. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 10.

<sup>152</sup> Idem, ibidem, pág. 11.

razões psicológicas que inspiram suas falhas”.<sup>153</sup> Para o CN era justamente ao contrário, isto é, de um ponto de vista objetivo a tática que apontava os trabalhadores para uma constituinte como solução era uma tática pequeno-burguesa porque substituía a “luta contra as bases materiais da ditadura pela luta contra suas bases jurídicas”.<sup>154</sup> Portanto, independentemente das razões que levavam o secretariado de Minas a adotar esse caminho, o resultado objetivo, segundo a direção, era o desvio da consciência operária de “seus verdadeiros alvos”. A luta por uma constituinte naquele momento representava uma “redemocratização no fundo”, pois separava a luta contra a ditadura militar, da luta contra a ditadura de classe, que poderia continuar com ou sem a outra. Era justamente por fugir da caracterização social que a convocação da Constituinte permanecia na plataforma da oposição burguesa contra a ditadura. Para os militantes do comitê a “plataforma do proletariado tem que ter como reivindicação global a destruição do poder dos grandes monopólios e do latifúndio, para que a luta contra a ditadura seja de fato conduzida contra suas bases sociais”.<sup>155</sup>

A direção avaliava que a luta por uma Constituinte Soberana e Popular seria válida somente nos países em que a burguesia não havia chegado ao poder, isto é, países que ainda não haviam passado pela revolução democrático-burguesa. Mesmo nessa situação o proletariado não poderia se centrar nessa reivindicação, pelo seu caráter ambíguo. O CN cita o exemplo da Rússia Czarista, quando os bolcheviques faziam “a palavra-de-ordem da Constituinte depender da insurreição e da formação de um governo provisório revolucionário”.<sup>156</sup> No Brasil de meados dos anos 60 a burguesia já havia chegado, portanto, a democracia burguesa já era uma etapa vencida. Por isso “as liberdades democráticas para os trabalhadores não se definem pela Constituinte mas pela derrubada do poder político que lhes estrangula suas manifestações autônomas”.<sup>157</sup>

Para o CN a assembleia nacional viria depois da tomada do poder pelos trabalhadores ou seria apenas um engodo mais, isto é, mais uma representação dos mesmos políticos burgueses. O termo popular proposto pelo secretariado de Minas na palavra-de-ordem da constituinte também é atacado pela direção. Para estes, o termo, que é naturalmente indefinido e vago, tornava-se perfeitamente “amoldável a qualquer demagogia liberal”.<sup>158</sup> Era essa

<sup>153</sup> *Resposta ao documento da direção intitulado “a propósito da constituinte”*. SR-Minas Gerais, 3 de junho de 1966. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 6.

<sup>154</sup> *O problema da tática: mais uma vez sobre a luta pela constituinte*. Comitê Nacional, agosto de 1966. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 1.

<sup>155</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 1.

<sup>156</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 2.

<sup>157</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 2.

<sup>158</sup> *Resposta ao documento da direção intitulado “a propósito da constituinte”*. SR-Minas Gerais, 3 de junho de 1966. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 3.

imprecisão do significado da “Constituinte Popular” que permitiria à burguesia e sua oposição à diversos tipos de manobras.

O movimento de desmascaramento da ditadura pensado pela seção de minas foi radicalmente criticado pelo CN, que não concordava sob nenhuma circunstância com um movimento liderado, isto é, sob a hegemonia da pequena burguesia, como propunha os militantes de minas.

A seção de minas acreditava que o comitê havia errado em não aderir a palavra-de-ordem proposta em março de 1964, antes do golpe, no seu congresso. Os defensores da Constituinte na ocasião criticaram o editorial lançado pela organização em 12 de Março “Frente de Classe para derrotar o fascismo” em que era denunciada a aliança com a burguesia, que amarrava as mãos da classe operária e os impedia de lutar contra a reação. Lá fora proposto a mobilização independente dos trabalhadores para lutar contra o possível golpe e por um governo dos trabalhadores. O secretariado de minas criticou afirmando que a organização tinha uma confiança mística na força dos movimentos de massas. O secretariado de minas ainda criticou a direção por não ter conseguido organizar uma resistência armada contra o golpe. O comitê rebate questionando se os militantes de minas acreditavam mesmo que a organização tinha o poder nas mãos de evitar o golpe e que a seção de minas não sabia qual era o real papel da organização naquele momento. O CN se considerava pelo peso exercia junto a classe trabalhadora “uma pequena organização de propagandistas das teses operárias”<sup>159</sup>. O mesmo encerra reafirmando a tarefa fundamental da organização: ajudar na construção de um partido da classe operária independente.

Intenso debate acerca da luta pela constituinte foi, sem dúvida, um catalisador para a primeira cisão da organização, que já acumulava algumas divergências sobre os rumos da luta armada no Brasil.

### **3.4 O Fim de um ciclo: A cisão**

As divergências que separavam o Comitê Nacional de uma parte considerável dos militantes da organização não pode ser resolvida no processo da luta interna. A aprovação do programa, chamado de oportunista pelos militantes que romperam, por maioria – segundo eles escassa e discutível – 16 votos contra 14 tornou insustentável a permanência da oposição na

---

<sup>159</sup> Idem, *ibidem*, pág. 6.

organização. Para a oposição “Esse rompimento significa um passo adiante no sentido de superar o estágio atrasado em que se mantém a Organização, amarrada a uma forma de seita cujo programa político impede que ela se incorpore ao processo revolucionário do Brasil e da América Latina”<sup>160</sup>.

A cisão era vista pelos militantes que rompiam como manifestação de um fenômeno parcial que se desenvolvia entre as esquerdas em tudo o mundo e, de forma especial, na América Latina em decorrência da radicalização da luta de classes nesta parte do globo. A luta era travada entre os revolucionários que expressavam a ideologia proletária e empenhavam-se em derrubar os pilares da sociedade capitalista e os oportunistas, de direita e de esquerda, que “contaminados pelas ideologias de outras classes mostram-se vacilantes e são incapazes de apresentar uma perspectiva clara a força revolucionárias, abrindo-lhes o caminho para a luta armada e a tomada do poder”<sup>161</sup>

Para os militantes haviam duas tendências principais e divergentes dentro da organização que com o passar dos anos foram apresentando subdivisões internas, porém todas incapazes de formular uma linha revolucionária que sintetizasse a experiência de luta na América Latina e no Brasil adequando-a para a realidade brasileira. As transplantações teóricas mecânicas levaram a POLOP ao sectarismo e a incapacidade de traduzir, para a prática, suas próprias concepções políticas eram equívocos que os militantes identificavam como cruciais para a ruína da organização. Por vezes, os debates internos sobre questões estratégicas foram travados “num nível abstraído de nosso tempo e de nosso espaço”<sup>162</sup>.

Após o golpe de abril a direção persistia, segundo os militantes da oposição, em suas falsas concepções, agravadas pela mudança na conjuntura política continuando a permanecer enquanto “vanguarda ideológica”.

Nesse processo é que vimos a compreender que a realidade brasileira nos impunha um novo esforço de mudança das premissas da linha política da Organização, a fim de superarmos uma concepção irreal da qual advinham os monstruosos erros cometidos, o oportunismo e o aventureirismo que substituíam a impraticabilidade da linha política proposta pela direção nacional e sua incapacidade de traduzir, teórica e praticamente, a sua diretriz política geral para a militância dos quadros revolucionários<sup>163</sup>

---

<sup>160</sup> *Carta aberta aos revolucionários*. Setembro de 1967. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 1.

<sup>161</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 1.

<sup>162</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 1.

<sup>163</sup> *Carta aberta aos revolucionários*. Setembro de 1967. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 1



O rompimento com a organização representava a reelaboração das premissas da concepção da revolução brasileira por parte dos militantes que saíram. A partir dali começariam um processo prático-teórico “de elaboração e consecução do projeto revolucionário no Brasil, cujos fundamentos assimilamos na luta revolucionária continental e na nossa realidade concreta”.<sup>164</sup>

Em quatro proposições os militantes convocavam outros companheiros a romper com a organização e superar a linha política geral da POLOP, que era basicamente a linha sua direção nacional. No primeiro ponto é abordada a questão compreensão da realidade brasileira. A direção teria compreendido erroneamente a realidade nacional e isso levou a organização a uma série de equívocos. Considerando a sociedade brasileira como capitalista industrial, a análise de classes proposta pela direção levou a uma visão deformada da correlação de forças existente entre as classes sociais que lutavam pela transformação e as que faziam oposição a tais transformações no país. Para o grupo que rompeu com a POLOP o processo de industrialização foi deformado desde a sua origem e impossibilitado de seguir adiante por sua subordinação ao sistema capitalista internacional. O imperialismo não aparece nessa visão como um corpo estranho, mas sim como um dos elementos constitutivos da nossa economia “tendo presidido, em sua essência, o desenvolvimento capitalista e a formação da burguesia brasileira”<sup>165</sup>. Portanto, a luta anti-imperialista era nas condições do Brasil uma luta anti-capitalista. Concluía os militantes:

Isto não significa, porém, que só a classe que propõe uma alternativa ao capitalismo – a classe operária- interessa uma luta anti-imperialista. As demais classes exploradas e oprimidas, que constituem a maioria da população, podem ser mobilizadas para a luta revolucionária pela emancipação nacional e social<sup>166</sup>

Esse ponto de divergência leva a uma direção totalmente oposta ao que a POLOP elaborou e difundiu na medida do possível até aquele momento. Não voltaremos à discussão aqui, pois já foi feita no primeiro capítulo, mas só para refrescar a mente do leitor no seu documento mais importante o Programa Socialista para o Brasil a organização considera o Brasil um país plenamente capitalista e industrial. Portanto, a superação do capitalismo brasileiro seria através de uma revolução socialista. Não caberia mais nenhuma etapa do tipo democrática-burguesa, de libertação nacional ou algo similar a isso. Em 1976 Eder Sader (cujo pseudônimo era Raul

---

<sup>164</sup> Idem, ibidem, pág. 2.

<sup>165</sup> Idem, ibidem, pág. 2.

<sup>166</sup> Idem, ibidem, pág. 2.

Villa) fez um balanço sobre a trajetória da Organização<sup>167</sup>. De acordo com ele o IV congresso tinha como discussão principal o caráter da revolução no Brasil. Naquela ocasião existiam três projetos em disputa. O primeiro, defendido pelo Comitê Nacional, representava as propostas sintetizadas no Programa Socialista para o Brasil. O núcleo carioca defendia uma luta prolongada no campo. A última propunha uma Revolução Democrática e Nacional defendida pela secretaria de Minas e que está expressa na carta de rompimento destes com a POLOP. A vitória do programa, como já foi dito acima, foi um dos motivos apontados por Sader para a cisão da Organização.

O segundo ponto da carta critica a ação da direção no sentido de “educar a classe operária” dando-lhe uma consciência socialista através do trabalho de propaganda. De acordo com a oposição a classe operária só seria “mobilizada através da luta, no processo da qual se educará, assim como a nós próprios”.<sup>168</sup> A classe operária ainda era a força motriz da revolução, mas não a fazia sozinha. Outras forças sociais também teriam que se juntar a luta sob sua direção para “destruir o aparelho de repressão do estado burguês-latifundiário e minar as bases do imperialismo”<sup>169</sup>

Nos últimos dois pontos os militantes, que eram em sua grande maioria da seção de Minas, atacam a questão da luta armada e seus desdobramentos. Este núcleo defendia a guerrilha no campo, se distanciando do trabalho político da vanguarda junto a classe operária. A posição do Comitê Nacional acerca da luta armada, como já foi dito nas páginas anteriores, tentava equilibrar o foco guerrilheiro, a insurreição urbana e o trabalho junto à classe. O trabalho da vanguarda junto a classe era de fundamental importância para o CN, pois aceleraria o amadurecimento político da classe e permitiria a construção do seu partido independente. Portanto, qualquer tática que secundarizasse tal premissa estaria fadado ao fracasso. Para o SR-MG,

Enquanto a direção nacional tem seu projeto baseado na esperança de uma insurreição urbana, colocamos que a luta armada – como forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura- terá que ser centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilhas. Para o Comitê Nacional, o foco guerrilheiro tem, como principal tarefa, mobilizar a classe operária, despertá-la e mostrar-lhes o exemplo da luta armada, ainda dentro da perspectiva de uma insurreição. É assim que propõe a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – do qual a guerrilha, além de ser apenas uma hipótese, seria o braço armado – apesar de, oportunisticamente, declarar que só a prática poderá determinar qual surgirá primeiro: o partido ou o foco guerrilheiro. Para nós a

<sup>167</sup> VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Revista Brasil Socialista*, Ano II número 7. Outubro de 1976.

<sup>168</sup> *Carta aberta aos revolucionários*. Setembro de 1967. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 2.

<sup>169</sup> Idem, *ibidem*, pág. 2.

tarefa fundamental e imediata é a da instalação do foco guerrilheiro, não como mero apêndice, mas como núcleo do Partido e embrião do Exército Popular, que porá [sic] em movimento as grandes massas camponesas e dará apoio às massas urbanas, enfraquecendo e destruindo o aparelho [sic] burocrático e militar do estado. A insurreição urbana, como coroamento da tomada do poder, só será possível sob a coordenação do comando do Exército Popular<sup>170</sup>

Em meio a ditadura civil-militar o núcleo de Minas propunha uma estratégia diferente do CN. Nessa proposta de ação o proletariado, nas cidades, ao lado da luta armada que contestava o poder burguês-latifundiário, deveria realizar, simultaneamente, uma luta política e econômica, por melhores condições de vida. Era esse processo de luta que modificaria qualitativamente sua consciência de classe e não, como propunha o CN, a difusão de ideias marxistas no seio da classe. A seção de Minas acusa a direção abandonar a luta armada, que surgia apenas no seu esquema teórico. Portanto, a direção não compreendia que “à classe não basta apenas a consciência de si mesma e de seu próprio destino, mas que é preciso fornecer-lhe organizações de combate – em todos os níveis – sem as quais esse destino não se realiza”<sup>171</sup>.

A primeira cisão da POLOP, que dividiu quase ao meio a mesma, deu origem a novas Organizações que partiram imediatamente para a luta armada. Dois grupos se formaram a partir do “racha”, o Comando de Libertação Nacional (COLINA<sup>172</sup>) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR<sup>173</sup>). O grupo que permaneceu na POLOP, se articula com a Dissidência Leninista, grupo que rompeu com o PCB, centrando a militância principalmente no Rio Grande do Sul. Dessa aproximação surge o Partido Operário Comunista (POC).

### 3.5 O Partido Operário Comunista (POC)

<sup>170</sup> *Carta aberta aos revolucionários*. Setembro de 1967. CEDEM, Fundo POLOP. pág. 2.

<sup>171</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 3.

<sup>172</sup> O Comando de Libertação Nacional (COLINA) foi formado pelos militantes do núcleo de Minas Gerais. Influenciado pelas obras de Régis Debray, aderiu a luta armada no seu Congresso de fundação em abril de 1968, onde aprova o documento *Concepção da Luta Revolucionária*, que orientou o trabalho para a construção de um “Exército Popular”. Para mais informações vide SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. 2ª edição. Dag Gráfica e Editorial: São Paulo. Ver também: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA DE SÁ, Jair (Orgs). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

<sup>173</sup> Em 1968 militantes que romperam com a POLOP juntam-se aos militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário e passam a denominar-se Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Para mais informações vide SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. 2ª edição. Dag Gráfica e Editorial: São Paulo. Apontamos alguns dos seus princípios teóricos no primeiro capítulo. Para mais, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA DE SÁ, Jair (Orgs). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006

O V congresso do Partido Operário Comunista (POC) consolidou a unificação entre a ORM-Política Operária e a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. O novo partido manteve a mesma linha política das duas organizações. Ao mesmo tempo que se tratava de um novo produto era entendido pelos seus militantes como a continuação da luta travada por seus fundadores. O *Programa Socialista para o Brasil*, que fora aprovado IV congresso da organização, novamente foi aprovado por unanimidade. Isto significou na prática a reivindicação por parte dos militantes integrantes do POC da herança direta do legado da antiga POLOP. Por esse motivo que o evento foi considerado como o V congresso e não o primeiro, como seria mais provável já que se tratava uma nova organização.

A respeito da construção do partido revolucionário da classe operária o pensamento continuava o mesmo. Embora tivesse escolhido o nome Partido Operário a organização não se considerava ainda o partido da classe operária, mas sim o núcleo que viria a ser tal partido.

ao defender a denominação de Partido para a nova organização, a maioria dos delegados argumentou que, embora constituindo-se ainda no núcleo de um partido revolucionário da classe operária, esse nome já designa as tarefas e responsabilidades que nos cabem. Embora setor minoritário, ainda, no movimento operário brasileiro, ficou patente que somos hoje aquela parcela mais firme, disposta e consciente do caminho a seguir: a formação do partido, em toda a sua estrutura, depende fundamentalmente do trabalho deste núcleo inicial. Ao aprovar a denominação, os delegados quiseram mostrar que estamos dispostos a enfrentar tais tarefas e responsabilidades com todas as consequências<sup>174</sup>

Sobre o surgimento da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), criada em 1967 em Cuba, o POC saudava a organização entendida como uma frente de esquerda anti-imperialista no continente. Para o partido o seu surgimento tratava-se de um divisor de águas, pois colocava de uma lado as organizações políticas dispostas à luta armada e do outro, as velhas organizações reformistas, pregadoras do caminho pacífico e da colaboração com as classes dominantes. O POC declarava a OLAS apoio “a linha de solidariedade militante às classes oprimidas e exploradas do Continente e o apoio ativo às lutas de emancipação.”<sup>175</sup>

A formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER) ganhava novas táticas. Só seria possível a sua formação a partir de uma prática concreta na classe operária. A nova plataforma da FER deveria se ligar a um programa de ação revolucionária na classe, que deveria se ligar a basicamente três pontos: A) Mobilizar a classe operária nas lutas contra o

<sup>174</sup> O V congresso nacional do Partido Operário Comunista. CEDEM, Fundo POLOP, pág. 1.

<sup>175</sup> O V congresso nacional do Partido Operário Comunista. CEDEM, Fundo POLOP, pág. 2.

rebaixamento do nível de vida. B) travar a luta com os métodos proletários que o forjassem como classe independente, através da organização pela base – Comitês de Empresa – na perspectiva da greve geral proletária. C) Lutar pela libertação sindical, denunciando a estrutura sindical tutelada pelo Estado Burguês. O golpe de abril trouxe consigo a exigência de uma nova liderança da classe operária. As antigas direções, entendidas como reformistas e conciliadores de classe já não eram mais capazes de conduzir o movimento operário, entraram em falência, segundo os militantes do POC. Para o surgimento de uma nova vanguarda, porém, foi necessário um longo período de discussão e luta interna, que separou os militantes revolucionários dos “burocratas acomodados”. Essa discussão ideológica atingiu todas as organizações de esquerda. A fundação do Partido Operário Comunista (POC) é fruto desse “processo de definição de forças e união dos que se definiram pelo caminho da revolução proletária”<sup>176</sup>. A consolidação e crescimento do partido dependeria do sucesso da sua penetração no movimento operário, oferecendo uma alternativa ao reformismo do passado e construindo, no seio das lutas de classe, um partido de massa do proletariado independente. Esse processo de divisões e reaglutinações no meio da esquerda ainda estava em curso. Uma grande quantidade de quadros que romperam com o PCB permaneciam ainda sem uma linha política definida. De acordo com o POC esses militantes se encontravam

nas lutas políticas e sindicais, na agitação e organização da classe, na formação de uma vanguarda, estão desarmados politicamente e então, pela própria força do hábito, acabam se guiando pelas normas reboquistas do passado. Pela própria indefinição podemos saber que tais posições são precárias e provisórias. Dependem da ação dos marxistas-leninistas o futuro aproveitamento de inúmeros quadros e bases dispostos à luta ainda sem orientação segura<sup>177</sup>

Entretanto a influência dos marxistas-leninistas nesse momento se faria menos pela discussão ideológica e mais pela aplicação dos seus princípios nas lutas das classes trabalhadoras. No início da década de 1960, quando do seu surgimento, a POLOP, mesmo afirmando a importância e tentando, através da militância penetrar nos movimentos de massa, teve maior êxito e projeção no campo ideológico da esquerda brasileira, com a propagação de seus ideais no seu periódico, isto é, seus jornais e em um breve momento, revistas. Já em 1968, organizados como POC, a preocupação dos militantes era justamente se aproximar e fazer com

---

<sup>176</sup> *Resolução política do congresso de fundação do Partido Operário Comunista*. CEDEM, Fundo POLOP, pág. 1.

<sup>177</sup> *O V congresso nacional do Partido Operário Comunista*. CEDEM, Fundo POLOP, pág. 2.

que suas ideias ganhassem força no movimento operário, já que os próprios militantes admitiam a dificuldade da organização em penetrar no seio da classe operária no período anterior.

A proposta do POC era a construção de um partido sólido da classe operária – mesmo objetivo da POLOP – reafirmando o papel central de um partido para a consolidação da revolução brasileira, pois

ao contrário dos que negam a necessidade de um partido, nos afirmamos a exigência insubstituível dum partido revolucionário para coordenar as várias formas de luta, para mobilizar o proletariado e desenvolver seus métodos de ação revolucionária, para estabelecer a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade sob a hegemonia operária, para atingir a revolução socialista no Brasil<sup>178</sup>

Esse partido não iria surgir automaticamente nem das lutas econômicas da classe trabalhadora nem da luta armada. Só seria possível o surgimento de tal partido através do trabalho consciente de coordenação de todas as atividades revolucionárias através da organização de vanguarda da classe. Nesse sentido, o POC propunha a direção de toda sua ação na perspectiva da Revolução Socialista.

O foco guerrilheiro no Brasil só seria possível aliado a uma vitoriosa insurreição urbana,

mas para isso é preciso que, ao lado da deflagração do foco guerrilheiro no campo, o partido desenvolva toda uma atividade revolucionária entre a classe operária. E essa atividade só pode se dar a partir dos problemas próprios da classe e de sua organização para essas lutas. É o desenvolvimento de tais lutas sob uma liderança comunista que cria uma classe revolucionária para enfrentar a sociedade exploradora<sup>179</sup>

Aqui também é possível notar a mesma linha política do POC e da POLOP, que tentava aliar o foco guerrilheiro a insurreição urbana e o trabalho junto a classe operária.

Numa autocrítica feita pelo secretariado regional do Rio Grande do Sul o POC teve uma participação pouco proveitosa no movimento contra o arrocho salarial centralizado pelo Movimento Intersindical Anti-Arocho (MIA). Em sua concepção o principal erro foi focar os esforços na luta de cúpula. Em suas palavras:

Percebe-se que nosso maior erro foi esgotar nossos quadros em luta de cúpula, desprezando, na prática a organização e o trabalho de base. A única tentativa, foi a elaboração e a difusão de um programa mínimo do MIA que, no entanto, não soubemos capitalizar, procurando em torno da luta antiarrocho, organizar

---

<sup>178</sup> Idem, *Ibidem*, pág. 2.

<sup>179</sup> *O V congresso nacional do Partido Operário Comunista*. CEDEM, Fundo POLOP, pág. 3.

os trabalhadores. Fazíamos um trabalho propagandístico, não sabendo tirar disso as consequências organizatórias da classe<sup>180</sup>

Com a autocrítica o partido tirou algumas conclusões importantes e a partir dessa experiência a tática do POC passou a se concentrar nas atividades dentro das empresas, isto é, na criação de comitês de empresa como alternativa aos sindicatos, que em sua grande maioria estavam dominados pelo reformismo e na mira da repressão. Nos sindicatos o trabalho prioritário era desenvolver e estimular a organização pela base, “denunciando o sindicalismo oficial e colocando a necessidade de comitês de empresa e a greve geral como forma de derrubada do arrocho e da ditadura burguesa-latifundiária”<sup>181</sup>

A participação do partido nos sindicatos foi tema central do Partido. No documento intitulado “Nosso Trabalho nos Sindicatos” Eric Sachs, sob seu pseudônimo, traça a linha política geral do partido no que diz respeito ao seu trabalho nos sindicatos. Na primeira parte do documento o teórico do partido faz uma análise do caráter e o papel dos sindicatos brasileiros. Para Sachs,

nossos sindicatos foram criados e estruturados pelo Estado burguês-latifundiário para que a classe dominante pudesse controlar e dominar o proletariado. Foram criados e estruturados não como instrumento de luta de classe e sim para evitar essa luta; não para defender os mais elementares interesses econômicos da classe operária e sim como parte do aparelho estatal que serve para dominá-la e oprimi-la. Criados pelo Estado Novo conforme padrões fascistas italianos e outros, os sindicatos permanecem até hoje com estas mesmas características. A ditadura militar não precisou remodelar sua legislação; herdou a que já estava em vigor, praticamente inalterada pela experiência "democrática" e populista de depois da guerra.<sup>182</sup>

Não era possível, portanto, falar em sindicatos operários brasileiros em termos convencionais. Não era possível comparar os sindicatos do Brasil com os franceses, chilenos ou mesmo norte-americanos, pois nesses países os sindicatos mais reformistas ainda eram sindicatos livres, isto é, representavam órgãos da classe.

Ao rejeitar o simples boicote ao sindicalismo oficial e apelar para os sindicatos clandestinos, atitude tomada pelos bolcheviques em relação aos famosos sindicatos de Zoubatov, Sachs sugere como obrigação do partido e das organizações de esquerda, a quebra da estrutura sindical. Assim,

<sup>180</sup> *Balanço crítico*. CEDEM, Fundo POLOP, pág. 1.

<sup>181</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 1.

<sup>182</sup> MARTINS, Ernesto. Nosso trabalho nos Sindicatos. In: CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 219.

A primeira tarefa nossa, como revolucionários é, portanto, levar essa luta e esse objetivo para dentro dos sindicatos. Isso significa não só que nós não podemos ter nenhuma ilusão sobre o caráter do sindicato e, portanto, não podemos, em nenhuma circunstância, nos conformar com a presente estrutura sindical, como também que temos de deixar bem clara essa nossa atitude diante da classe operária, a fim de não alimentar ilusões em seu seio e não contribuir para que ela se conforme com a situação, mesmo em caso de vitórias parciais<sup>183</sup>

Isso significava que o partido não poderia se limitar às formas organizatórias que os sindicatos ofereciam naquele momento. Era necessário criar as organizações de base, como Comitês de Empresas, que ultrapassavam a estrutura sindical.

O que interessava nos sindicatos, de acordo com Sachs, eram as possibilidades legais que ofereciam para se chegar nas fábricas e para servir como polos de concentração da classe no auge de campanhas ou crises, pois “a massa, encontramos na fábrica e não nas sedes sindicais.”

Por fim, a luta nos sindicatos representava para Sachs era apenas um dos terrenos de atuação no meio do proletariado brasileiro. Desse modo,

os sindicatos não abrangem a classe, e no presente momento não podemos nos limitar aos sindicatos sem abandonar a imensa maioria do proletariado, que tem de ser levada à luta. Assim, também, não é aconselhável que o trabalho no meio operário, as Coordenações operárias e órgãos locais orientadores fiquem exclusivamente entregues a quadros sindicais. Estes grupos são inclinados a se fixarem unicamente num dos aspectos da luta operária. Para ter uma visão mais completa, temos de poder contar com mais quadros nas fábricas, aos quais tem de ser dada a necessária formação para influir diretamente nas atitudes e na conduta geral da nossa luta, ao lado dos demais militantes. É a experiência em todos esses setores que contribuirá para tornar mais concreta a tática diária do Partido<sup>184</sup>

Eis a tática do POC para penetrar nos sindicatos.

Desde o seu surgimento o POC tentou se tornar mais presente nos meios operários e nos movimentos de massa. A insuficiência, reconhecida pelos seus próprios militantes, de suas ações no passado voltou a assombrar o partido. A crescente repressão que veio sobretudo com o ato institucional (AI5), devastou diversas organizações de esquerda que encontravam-se na clandestinidade. A perda nos diversos quadros tornou ainda mais difícil os esforços de

---

<sup>183</sup> Idem, *ibidem*, pág. 220.

<sup>184</sup> CVM. (org). *POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009, pág. 221.



articulação do partido e, conseqüentemente, seu trabalho junto à classe operária. Ainda em 1969 já era possível identificar setores contrários à linha política do Comitê Nacional. Num relatório de uma reunião ampliada do mesmo ano questões como a falta de direcionamento do CN, o despreparo e a falta de dedicação de alguns militantes, falta de condições materiais de trabalho foram citadas. A luta armada seria novamente o pivô de uma nova cisão. Parte dos militantes do partido insistia no trabalho junto a classe operária como prioridade, secundarizando a luta armada. Esse grupo rompe com o partido e em 1970 formam a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO).

A OCML-PO, assim como o POC, reconheceu o *Programa Socialista para o Brasil* como documento base para a política geral da organização. Mais uma vez, os militantes que ainda se organizavam enquanto POLOP passariam por mais um processo de reconstrução, entretanto essa história foge dos limites temporais deste trabalho, mas é importante salientar que recentemente um pouco dessa história foi contada no trabalho da historiadora Tamires Brito<sup>185</sup> e representa um passo importante para a construção de uma história que permanece ainda pouco conhecida.

---

<sup>185</sup> BRITO, Tamires A. Nery de. *A Grande Tarefa: Política Operária e a Construção do Partido Revolucionário (1968-1979)*. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos iniciais da década de 1960, mais precisamente, a partir de 1961 o cenário brasileiro assistia uma ascensão dos movimentos sociais e dos grupos de esquerda no país. Foi nesse período que a POLOP surgiu e iniciou sua trajetória com o objetivo de construir o partido independente da classe operária, que levaria o país a uma revolução socialista. Nos primeiros anos de sua existência a organização tratou de fazer duras críticas à política do PCB e se lançar nos círculos de esquerda como alternativa política. Ao mesmo tempo as tentativas de se inserir nas fábricas e nos movimentos sociais ainda encontrava grande resistência. As caras novas e a pouca experiência de boa parte dos seus militantes dificultou sua entrada nesses meios. O PCB e o PTB ainda eram as forças hegemônicas nesses espaços e com maior aceitação dos operários. Esse cenário se estendeu até 1964, quando ocorreu o golpe.

A partir de 1964, nas trevas da ditadura civil-militar a organização, assim como todos os grupos de esquerda sofreu as consequências desse novo regime. Ao mesmo tempo, fruto das suas previsões e solidez teórica, a PO ganhou novos quadros. Houveram mudanças nas formas de luta. Sua aproximação com a classe operária ficara ainda mais complicada e os debates internos mais acirrados. Em 1967, no seu IV congresso, o *Programa Socialista para o Brasil* foi aprovado, mas a organização não superou as divergências internas e teve sua primeira cisão, que dividiu a mesma quase ao meio. Juntamente com a Dissidência do Rio Grande do Sul os militantes da POLOP se reorganizaram e surge o Partido Operário Comunista (POC), continuando a tradição da antiga organização através do reconhecimento do *Programa Socialista*. Outro aspecto que nos parece ter sido preponderante nesta cisão foi o fato da POLOP ter sido uma organização heterodoxa no que diz respeito às suas matrizes de pensamento. Até 1964, antes do golpe de abril, a PO tinha como elemento de coesão a crítica a esquerda tradicional, isto é, o PCB. Depois do golpe, com uma nova realidade imposta esse elemento de coesão parece não ter conseguido mais unir os militantes provenientes das mais variadas tradições.

O POC vem com a proposta de ser mais efetivo na militância dentro das fábricas, mas não deixa o debate teórico de lado. Continua lançando seu periódico *Política Operária* para tentar aglutinar mais setores da esquerda em torno da Frente de Esquerda Revolucionária (FER) para destruir a ditadura civil-militar. Entretanto, dois anos após seu surgimento, devido a divergências internas, sobretudo no tocante da militância nas fábricas ocorre outra cisão em

1970. Nesse mesmo ano os remanescentes da POLOP se reorganizam em torno da Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO).

Desde seu surgimento até o “racha” do POC a organização teve muita dificuldade em se inserir nos movimentos sociais e nas fábricas. Em compensação sua participação nos círculos de esquerda foi bastante significativa. O legado teórico deixado pela organização foi, sem dúvida, sua maior contribuição. A tradição pecebista nos sindicatos e nos movimentos sociais não pode ser rompida pela POLOP. Somado a isto o golpe de 1964 impôs uma nova e cruel realidade para as organizações de esquerda. Mortes, prisões e o exílio fizeram parte da história da organização nesse período, o que dificultou ainda mais as possibilidades de articulação e trabalhos nos meios operários. Essa nova realidade ainda trouxe consigo divergências quanto à sua superação. Traçando caminhos diferentes as seguidas cisões que organização sofreu pôs fim no seu objetivo principal, a construção de um partido independente da classe operária.

## FONTES

### **Documentos referentes a Liga Socialista Independente:**

Jornal *Ação Socialista*, nº 1, dezembro, 1958, AEL/UNICAMP

Jornal *Ação Socialista*, nº 2, fevereiro, 1959, AEL/UNICAMP.

Jornal *Ação Socialista*, nº 3, junho, 1959, CEDEM UNESP.

Jornal *Ação Socialista*, nº 4, setembro, 1959, CEDEM UNESP.

Jornal *Ação Socialista*, nº 5, outubro, 1959, CEDEM UNESP.

Jornal *Ação Socialista*, nº 6, dezembro, 1959, CEDEM UNESP.

Jornal *Ação Socialista*, nº 7, abril, 1960, CEDEM UNESP.

Jornal *Ação Socialista*, nº 8, agosto, 1960, CEDEM UNESP.

Jornal *Ação Socialista*, nº 9, setembro, 1960, CEDEM UNESP.

### **Revista *Movimento Socialista*:**

Revista *Movimento Socialista*, nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959

Revista *Movimento Socialista* nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959.

### **Documentos da POLOP:**

1(1)1 **O nome e o programa**, 1962, LABELU, Acervo Victor Meyer.

2 (1)2. **Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP**, 1960, LABELU, Acervo Victor Meyer.

**Programa socialista para o Brasil.** In: POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil. Documentos publicados. Organizadores: Pery Fálcon e Orlando Miranda. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

**Nosso trabalho nos Sindicatos.** In: POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil. Documentos publicados. Organizadores: Pery Fálcon e Orlando Miranda. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010

Doc. 0171 - **A propósito do Programa** (1963). CEDEM UNESP.

Doc. 0173 - **Teses sobre a Questão do Programa** (1963). CEDEM UNESP.

Doc. 0171-0172 - **A propósito do Programa** (1963). CEDEM UNESP.

SACHS, Eric. **Introdução para os 20 anos da POLOP**. CEDEM UNESP.

- 1- **Política Operária: O que é.** (1963) CEDEM UNESP.
- 2- **O que é o Jornal?** (1964) CEDEM UNESP.
- 3- **Tese do II Congresso da PO** (janeiro/1963) CEDEM UNESP.
- 4- **Solidariedade ao Povo Cubano** (1963) CEDEM UNESP.
- 5- **Declaração Política da II Conferência Extraordinária da PO** (julho/1963) CEDEM UNESP.
- 6- **Qual o Significado Político de um Brizola?** CEDEM UNESP.
- 7- **Resoluções da II Conferência Extraordinária** (julho/1963) CEDEM UNESP.
- 8- **A propósito do Programa** (1963) CEDEM UNESP.
- 9- **Teses sobre a Questão do Programa** (1963) CEDEM UNESP.
- 10- **Partido Revolucionário e o Partido Socialista** (1963) CEDEM UNESP.
- 11- **A Formação Teórica para a Militância Política** (Boletim nº 2) CEDEM UNESP.
- 12- **Como se Organiza uma Base** (Boletim nº 4 – abril/1963) CEDEM UNESP.
- 13- **As Tarefas de Agit Prop da PO** (Boletim nº 5) CEDEM UNESP.
- 14- **As Tarefas da Esquerda Perante o Novo Governo Burguês** (Boletim nº 8) CEDEM UNESP.
- 15- VILLA, Raul. **Para um balanço da PO**. *Brasil Socialista*, ano II, nº7, outubro de 1976. CEDEM UNESP.

### **Jornais Política Operária:**

Jornal Política Operária, nº 1, janeiro, 1962, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 2, abril, 1962, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 3, maio, 1962, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 4, outubro, 1962, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 5, 1963, CEDEM UNESP

Jornal Política Operária, nº 6, 1963, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 7, outubro, 1963, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 8, 15 de janeiro, 1964, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 9, 22 de janeiro, 1964, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 10, 29 de janeiro, 1964, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 11, 5 de fevereiro, 1964, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 12, 27 de fevereiro, 1964, CEDEM UNESP.

Jornal Política Operária, nº 13, 12 de março, 1964, CEDEM UNESP.

**Sites consultados:**

<http://www.centrovictormeyer.org.br>

## REFERÊNCIAS

- A. e FERREIRA, J. *Revolução e Democracia. 1964-1985*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª edição. Editora: Vozes, Rio de Janeiro, 1984.
- COELHO, Eurelino Texeira, GOMES, Igor, JORGE, Henrique. *Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira*. Projeto de Pesquisa. Feira de Santana, 2009.
- COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar. IN: MATTOS, Marcelo Badaró, VEJA, Rúben (orgs.) *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- CORRÊA, Lucas Andrade de Sá. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2014.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- FREDERICO, Celso. *A Esquerda e o movimento operário 1964-1984*. São Paulo: Novos Rumos, 1987
- GORENDER, Jacob. *Combates nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol I 1999; Vol. III 2000; Vol. IV, 2001.

HOBBSAWM, Eric J., 1917. *Da história social a história da sociedade*. In: Sobre a história. Tradução de Cid Knipel Moreira – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEAL, Leovegildo. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF, 1992.

LENIN, V.I. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Tradução Marcelo Braz – 1 edição – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_, Marcelo Badaró. *Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil vol. V*. Campinas, Edunicamp, 2002.

\_\_\_\_\_, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina, FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente. 1964-1992*. Série Princípios. 3ª edição. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_, Sônia Regina. *O patronato rural no Brasil recente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MIRANDA, Orlando, FALCÓN, Pery (organizadores). *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª edição. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.



NOBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização de Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2015.

OLIVEIRA, Joelma Alves. *Polop: As origens, a coesão e a cisão de uma Organização Marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Guimarães. *Um Partido Contra a Corrente: Tese e Disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado em História. Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

OZAÍ, Antonio. *História das Tendências no Brasil. Organizações, cisões e propostas*. 2ª ed., São Paulo, Proposta Editorial, [s.d.]

REIS FILHO, D. A. Introdução. In: REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. *Imagens de Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985

\_\_\_\_\_, Daniel Aarão. Classe Operária, Partido de Quadros e Revolução Socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Vol 3: Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos de 1960-1970*. In: *Revolução e Democracia (1964...)* Organizadores: Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010

SANTANA, Marco Aurélio, ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na História Recente do Brasil. IN: RIDENTI, Marcelo, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Volume 6. Partidos e movimentos após os anos de 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.